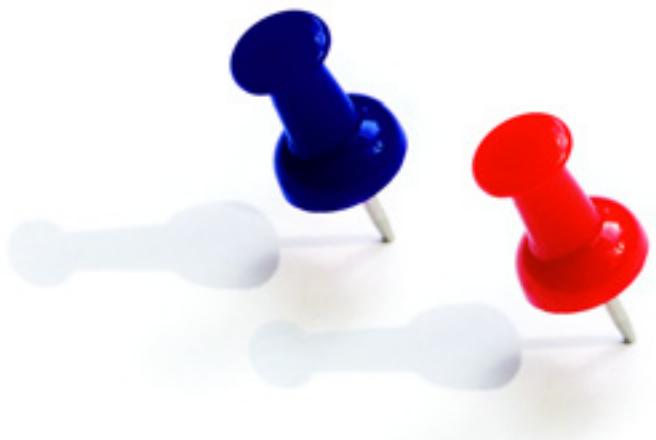


Portugal Telecom

Relatório e contas consolidadas
Primeiro semestre 2007



Portugal Telecom, SGPS, SA

Sociedade aberta

Capital social 33.865.695 euros

Matrícula na Conservatória

do Registo Comercial de Lisboa
e Pessoa Colectiva n.º 503215058

Avenida Fontes Pereira de Melo, 40
1069-300 Lisboa

As designações "PT", "Grupo Portugal Telecom",
"Grupo PT", "Grupo" e "Empresa" referem-se
ao conjunto das empresas que constituem
a Portugal Telecom ou a qualquer uma delas,
consoante o contexto.

Relatório e contas consolidadas

Primeiro semestre 2007

6	01 Análise dos resultados consolidados
20	02 Evolução dos negócios
20	Mercado doméstico
27	Mercado internacional
32	03 Recursos humanos
33	04 Eventos do semestre e desenvolvimentos recentes
36	Demonstrações financeiras consolidadas
129	Certificação legal das contas consolidadas
130	Relatório e parecer da Comissão de Auditoria
131	Relatório de auditoria
132	Indicadores-chave
134	Glossário
135	Conselho de Administração
136	Informação adicional aos accionistas

Portugal Telecom

Portugal

Rede fixa

993 milhões de euros de receitas

- > Retailo [PT Comunicações 100%]
- > Voz e dados para grandes empresas [PT Corporate 100%]
- > Voz e dados para PME [PT Prime 100%]
- > ISP e serviços de banda larga [PT.COM100%]

Móvel

728 milhões de euros de receitas

- > TMN 100%

Internacional

Receitas (milhões de euros)

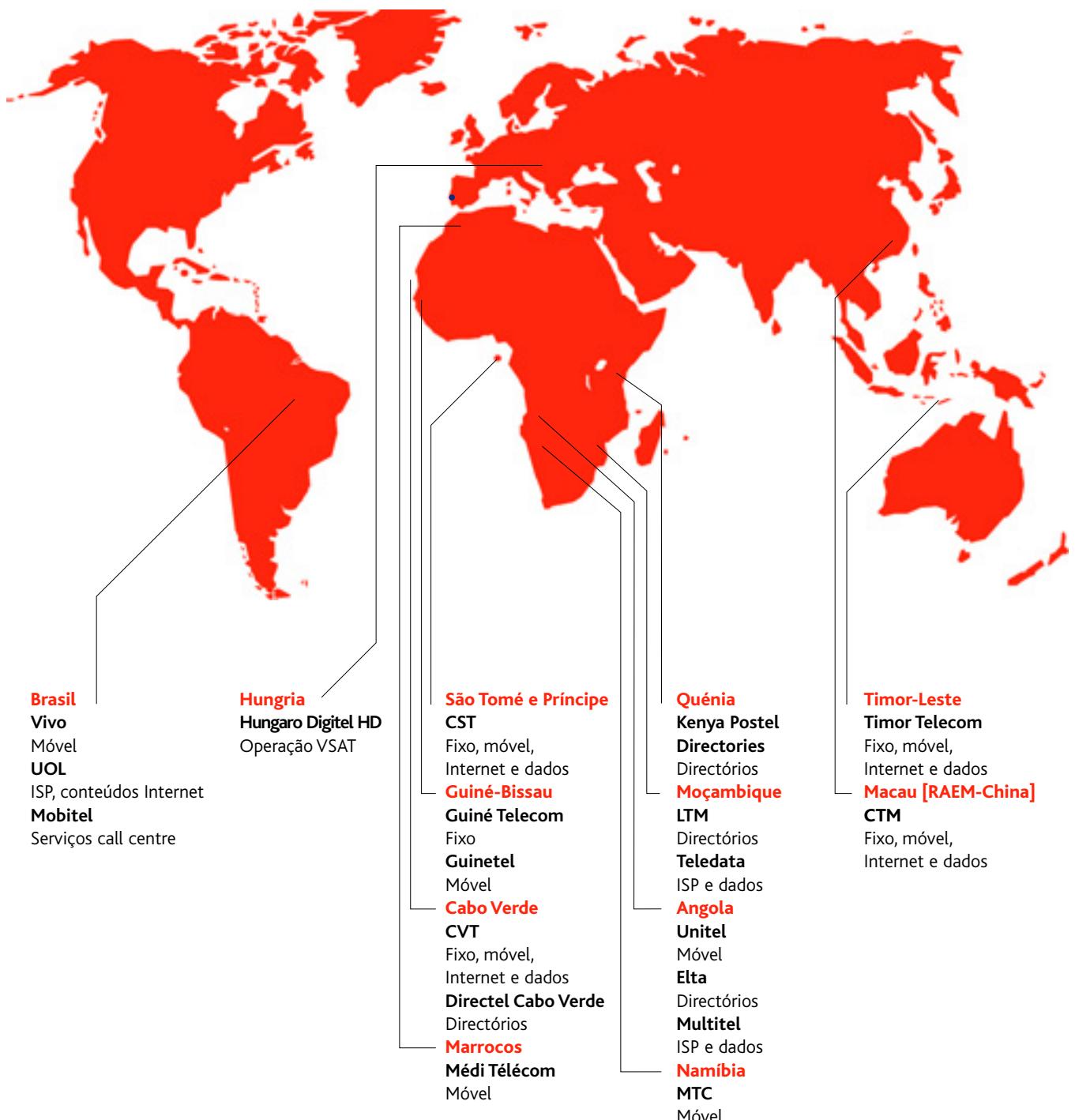
> Vivo 31,38%	Brasil	> Móvel	1.140
> Médi Télécom 32,18%	Marrocos	> Móvel	212
> Unitel 25%	Angola	> Móvel	281
> CTM 28%	Macau	> Fixo, móvel, Internet e dados	98
> MTC 34%	Namíbia	> Móvel	57
> CVT 40%	Cabo Verde	> Fixo, móvel, Internet e dados	32
> CST 51%	São Tomé e Príncipe	> Fixo, móvel, Internet e dados	4
> Timor Telecom 41,12%	Timor-Leste	> Fixo, móvel, Internet e dados	11
> UOL 29%	Brasil	> ISP, conteúdos e Internet	91

Empresas instrumentais

Serviços de sistemas e TI [PT Sistemas de Informação 100%]; Inovação, investigação e desenvolvimento [PT Inovação 100%];

Serviços administrativos e de gestão partilhada [PT PRO 100%]; Serviços de negociação [PT Compras 100%];

Call centers e serviços de telemarketing [PT Contact 100%]; Gestão de fundos de pensões [Previsão 78,12%]



01 _ Análise dos resultados consolidados

- 6** Resultados consolidados
- 7** Receitas operacionais consolidadas
- 7** Custos operacionais consolidados
- 9** EBITDA
- 10** Resultado líquido
- 12** Capex
- 13** Cash flow
- 14** Balanço consolidado
- 15** Dívida líquida consolidada
- 17** Benefícios de reforma
- 19** Capital próprio
(excluindo interesses minoritários)

Resultados Consolidados

Demonstração de resultados consolidados ⁽¹⁾		milhões de euros		
		1S07	1S06	Δ 07/06
Receitas operacionais		2.955,8	2.805,7	5,4%
Rede fixa		936,2	991,0	(5,5%)
Móvel Portugal _ TMN		690,1	686,0	0,6%
Móvel Brasil _ Vivo ⁽¹⁾		1.140,3	1.014,4	12,4%
Outros		189,1	114,3	65,5%
Custos operacionais, excluindo amortizações		1.809,0	1.810,1	(0,1%)
Custos com o pessoal		322,6	332,2	(2,9%)
Custos com benefícios de reforma, líquidos		(17,3)	23,9	n.s.
Custos directos dos serviços prestados		428,1	312,6	36,9%
Custo das mercadorias vendidas		276,4	286,0	(3,4%)
Serviços de suporte		102,0	104,4	(2,4%)
Marketing e publicidade		65,4	65,2	0,2%
Fornecimentos e serviços externos		458,9	453,1	1,3%
Impostos indirectos		97,3	89,9	8,2%
Provisões e ajustamentos		75,6	142,6	(47,0%)
EBITDA ⁽²⁾		1.146,8	995,6	15,2%
Amortizações		540,6	557,2	(3,0%)
Resultado operacional ⁽³⁾		606,2	438,4	38,3%
Outros custos (receitas)		111,1	44,8	148,1%
Custos com o programa de redução de efectivos		84,4	25,0	237,1%
Perdas com alienação de activos fixos, líquidos		11,7	(0,4)	n.s.
Outros custos, líquidos		14,9	20,2	(25,9%)
Resultado antes de resultados financeiros e impostos		495,1	393,6	25,8%
Custos (ganhos) financeiros		(89,1)	105,9	n.s.
Juros líquidos		90,9	110,7	(17,9%)
Ganhos com variações cambiais, líquidos		(2,6)	(1,6)	61,9%
Ganhos em activos financeiros, líquidos		(142,4)	12,8	n.s.
Ganhos em empresas participadas, líquidos		(52,9)	(45,6)	15,9%
Outros custos financeiros, líquidos		17,9	29,7	(39,7%)
Resultado antes de impostos		584,3	287,7	103,1%
Imposto sobre o rendimento		(141,1)	65,4	n.s.
Resultado das operações continuadas		443,2	353,1	25,5%
Resultado das operações descontinuadas		28,6	45,2	(36,6%)
Interesses minoritários		(42,7)	3,2	n.s.
Resultado líquido		429,1	401,5	6,9%

⁽¹⁾ Considerando uma taxa de câmbio média euro/real de 2,7218 no 1S07 e 2,6925 no 1S06. ⁽²⁾ EBITDA = resultado operacional + amortizações. ⁽³⁾ Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custo com o programa de redução de efectivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos líquidos.

Receitas operacionais consolidadas _ receitas por segmento de negócio (1)	milhões de euros		
	1S07	1S06	Δ 07/06
Rede fixa	992,9	1.053,5	(5,7%)
Móvel Portugal _ TMN	728,1	719,9	1,1%
Móvel Brasil _ Vivo (1)	1.140,3	1.014,4	12,4%
Outros e eliminações	94,4	17,9	n.s.
Receitas operacionais consolidadas	2.955,8	2.805,7	5,4%

(1) Considerando uma taxa de câmbio média euro/real de 2,7218 no 1S07 e 2,6925 no 1S06.

Receitas operacionais consolidadas

Receitas operacionais consolidadas As receitas operacionais consolidadas aumentaram 5,4% no primeiro semestre de 2007, face a igual período do ano anterior, para 2.956 milhões de euros, reflectindo uma maior contribuição: (1) da Vivo (126 milhões de euros), devido ao impacto positivo da alteração do sistema de interligação (em Julho de 2006), bem como do crescimento dos clientes e do ARPU; (2) da TMN (4 milhões de euros), em resultado do acréscimo de 8,4% do numero de clientes, não obstante o impacto negativo de 12 milhões de euros da redução das tarifas de terminação móvel, e (3) dos outros negócios (75 milhões de euros), que resultou essencialmente da consolidação da MTC (57 milhões de euros). Estes efeitos foram parcialmente compensados por uma redução na contribuição do negócio de rede fixa (55 milhões de euros), essencialmente em resultado da descida das receitas de voz devido à perda de linhas, apesar do aumento das receitas de dados, de wholesale e de dados e soluções empresariais.

Custos operacionais consolidados

Custos operacionais consolidados Os custos operacionais consolidados totalizaram 2.350 milhões de euros no primeiro semestre de 2007, uma diminuição de 0,7% face a igual período do ano anterior. Considerando uma taxa de câmbio constante, os custos operacionais consolidados teriam registado uma diminuição de 0,2% no primeiro semestre de 2007.

Custos com o pessoal Os custos com o pessoal diminuíram 2,9%, no primeiro semestre de 2007, para 323 milhões de euros, principalmente em resultado do decréscimo de 8,8% ocorrido no negócio de rede fixa, devido ao programa de redução de efectivos e ao enfoque na contenção de aumentos salariais. Os custos com o pessoal representaram 10,9% das receitas operacionais consolidadas.

Custos com benefícios de reforma Os custos com benefícios de reforma totalizaram 17 milhões de euros negativos (ganhos) no primeiros semestre de 2007, essencialmente em resultado dos ganhos com serviços passados relacionados com direitos vencidos no montante de 37 milhões de euros, no âmbito das alterações efectuadas às regras da Segurança Social e das fórmulas usadas pela Portugal Telecom no cálculo das pensões de reforma. O decréscimo no custo com os benefícios de reforma é igualmente explicado pela redução do custo do serviço, essencialmente devido ao decréscimo nas responsabilidades com serviços de saúde que ocorreram no final de 2006.

Custos directos dos serviços prestados Os custos directos dos serviços prestados aumentaram 36,9% no primeiro semestre de 2007, face a igual período do ano anterior, para 428 milhões de euros, e representaram 14,5% das receitas operacionais consolidadas. Os custos de telecomunicações, a principal componente dos custos directos, aumentaram 48,6% no primeiro semestre de 2007, face a igual período do ano anterior, para 344 milhões de euros, em resultado do aumento na Vivo (113 milhões de euros), devido principalmente ao fim do sistema de "bill & keep" parcial (128 milhões de euros), que foi compensado em parte pela descida na rede fixa (5 milhões de euros) e na TMN (8 milhões de euros), resultado essencialmente da redução dos volumes de tráfego na rede fixa e da redução das tarifas de interligação fixo-móvel e móvel-móvel em Portugal.

Custos operacionais consolidados ⁽¹⁾	1S07	1S06	Δ 07/06	milhões de euros % Rec.
Custos com o pessoal	322,6	332,2	(2,9%)	10,9%
Custos com benefícios de reforma, líquidos	(17,3)	23,9	n.s.	(0,6%)
Custos directos dos serviços prestados	428,1	312,6	36,9%	14,5%
Custos de telecomunicações	344,5	231,9	48,6%	11,7%
Listas telefónicas	34,6	38,5	(10,0%)	1,2%
Outros	49,0	42,3	15,8%	1,7%
Custo das mercadorias vendidas	276,4	286,0	(3,4%)	9,3%
Serviços de suporte	102,0	104,4	(2,4%)	3,4%
Marketing e publicidade	65,4	65,2	0,2%	2,2%
Fornecimentos e serviços externos	458,9	453,1	1,3%	15,5%
Provisões e ajustamentos	97,3	89,9	8,2%	3,3%
Impostos indirectos	75,6	142,6	(47,0%)	2,6%
Custos operacionais, excluindo amortizações	1.809,0	1.810,1	(0,1%)	61,2%
Amortizações	540,6	557,2	(3,0%)	18,3%
Custos operacionais	2.349,6	2.367,3	(0,7%)	79,5%

(1) Considerando uma taxa de câmbio média euro/real de 2,7218 no 1S07 e 2,6925 no 1S06.

Custo das mercadorias vendidas _ O custo das mercadorias vendidas registou um decréscimo de 3,4% no primeiro semestre de 2007, face a igual período do ano anterior, para 276 milhões de euros, principalmente devido à redução do preço dos equipamentos na Vivo (beneficiando igualmente da apreciação do real face ao dólar), não obstante o aumento da actividade comercial.

Serviços de suporte _ Os custos com serviços de suporte diminuíram 2,4% no primeiro semestre de 2007, face a igual período do ano anterior, para 102 milhões de euros, e representaram 3,4% das receitas operacionais consolidadas. O aumento dos serviços de suporte na TMN (4 milhões de euros), essencialmente em resultado do acréscimo dos custos de call centers, devido ao aumento da actividade comercial, foram mais do que compensados por uma redução destes custos no negócio de rede fixa.

Marketing e publicidade _ Os custos de marketing e publicidade mantiveram-se estáveis em 65 milhões de euros no primeiro semestre de 2007, face a igual período do ano anterior. A redução na Vivo (4 milhões de euros) foi compensada pelas despesas de marketing da MTC (3 milhões de euros) e pelo aumento da TMN (1 milhão de euros). Os custos de marketing e publicidade representaram 2,2% das receitas operacionais consolidadas.

Fornecimentos e serviços externos _ Os custos com fornecimentos e serviços externos registaram um aumento de 1,3% no primeiro semestre de 2007, face a igual período do ano anterior, para 459 milhões de euros, com a redução nas comissões (10 milhões de euros), em especial na Vivo, a serem mais do que compensadas pelo aumento nos outros fornecimentos e serviços (15 milhões de euros), essencialmente por uma maior contribuição da Vivo (6 milhões de euros), em resultado do aumento das despesas de electricidade relacionadas com a rede de GSM e despesas legais, e da consolidação da MTC (5 milhões de euros). Esta rubrica representou 15,5% das receitas operacionais consolidadas.

Impostos indirectos _ Os impostos indirectos, que incluem essencialmente os custos de espectro (TMN e Vivo) e outros impostos, aumentaram de 90 milhões de euros no primeiro semestre de 2006 para 97 milhões de euros no primeiro semestre de 2007, essencialmente devido a um aumento nos custos de espectro da TMN e da Vivo, em resultado do crescimento da base de clientes em ambos os negócios.

EBITDA por segmento de negócio ^{(1) (2)}	milhões de euros		
	1S07	1S06	Δ 07/06
Rede fixa	506,0	486,9	3,9%
Móvel Portugal _ TMN	327,4	318,8	2,7%
Móvel Brasil _ Vivo ⁽¹⁾	274,7	197,6	39,0%
Outros	38,7	(7,7)	n.s.
EBITDA total ⁽²⁾	1.146,8	995,6	15,2%
Margem EBITDA (%)	38,8	35,5	3,3pp

⁽¹⁾ Considerando uma taxa de câmbio média euro/real de 2,7218 no 1S07 e 2,6925 no 1S06. ⁽²⁾ EBITDA = resultado operacional + amortizações.

Provisões e ajustamentos – As provisões e ajustamentos diminuíram de 143 milhões de euros no primeiro semestre de 2006 para 76 milhões de euros no primeiro semestre de 2007. Esta diminuição resultou principalmente dos decréscimos de 56 milhões de euros e 13 milhões de euros na Vivo e na rede fixa, respectivamente, em resultado de uma diminuição nas dívidas de cobrança duvidosa, em ambos os negócios, e devido igualmente a uma provisão extraordinária registada na Vivo no primeiro semestre de 2006 (30 milhões de euros). No primeiro semestre de 2007, esta rubrica representou 2,6% das receitas operacionais consolidadas.

Amortizações – As amortizações diminuíram 3,0% no primeiro semestre de 2007, face a igual período do ano anterior, para 541 milhões de euros, principalmente devido a um decréscimo em todos os segmentos de negócio: Vivo (12 milhões de euros), rede fixa (8 milhões de euros) e TMN (2 milhões de euros). A diminuição da Vivo é essencialmente explicada pela apreciação do euro face ao real (3 milhões de euros) e pela redução na amortização de activos intangíveis (10 milhões de euros), em resultado da amortização de determinados activos intangíveis identificados na metodologia de alocação do preço de compra das ofertas públicas de aquisição em 2004, que foram amortizados durante 2 anos, terminando o período em Setembro de 2006. Estes efeitos foram parcialmente compensados pela consolidação da MTC (6 milhões de euros). Esta rubrica de custos representou 18,3% das receitas operacionais consolidadas.

EBITDA

O EBITDA aumentou 15,2% no primeiro semestre de 2007, face a igual período do ano anterior, para 1.147 milhões de euros, equivalente a uma margem EBITDA de 38,8%, uma melhoria de 3,3pp. O crescimento do EBITDA no semestre foi suportado por todos os segmentos de negócio, sendo a maior contribuição proveniente da Vivo, cujo EBITDA aumentou 39,0%. Apesar de parte do aumento do EBITDA da Vivo ser explicado pelo impacto de uma provisão registada no primeiro semestre de 2006 (30 milhões de euros), excluindo este efeito, o EBITDA aumentou 22,0% em reais. A melhoria da margem EBITDA da TMN resultou do crescimento das receitas de serviço e do controlo rigoroso dos custos, apesar do aumento da base de clientes e da redução das tarifas de terminação móvel ocorrida nos anos anteriores. Na rede fixa, o EBITDA registou um acréscimo de 3,9%, em resultado do aumento de ganhos com serviços passados, registados no primeiro semestre de 2007, relativos à redução dos custos com benefícios de reforma. Excluindo os ganhos com serviços passados, o EBITDA da rede fixa ter-se-ia mantido estável no primeiro semestre de 2007, evidenciando a melhoria de eficiência operacional perante um contexto de pressão sobre as receitas. O EBITDA dos outros negócios aumentou para 39 milhões de euros no primeiro semestre de 2007, essencialmente em resultado da consolidação da MTC (30 milhões de euros) desde Setembro de 2006 e do acréscimo do EBITDA de outras subsidiárias consolidadas integralmente.

Resultado líquido

Custos com o programa de redução de efectivos _ Os custos com o programa de redução de efectivos totalizaram 84 milhões de euros no primeiro semestre de 2007, em comparação com 25 milhões de euros no primeiro semestre de 2006. Os custos registados no primeiro semestre de 2007 foram relativos à redução de 253 trabalhadores.

Juros líquidos _ Os juros líquidos decresceram 17,9% no primeiro semestre de 2007, face a igual período do ano anterior, para 91 milhões de euros, essencialmente em resultado da redução do custo médio da dívida em Portugal e no Brasil, bem como da dívida líquida média da Vivo no período. Excluindo os juros suportados pela Vivo e os juros associados ao equity swap sobre acções da PT Multimédia, o custo médio da dívida foi de 3,2% no primeiro semestre de 2007, o que compara com 3,7% no primeiro semestre de 2006.

Ganhos com variações cambiais, líquidos _ Os ganhos com variações cambiais totalizaram 3 milhões de euros no primeiro semestre de 2007, o que compara com 2 milhões de euros no primeiro semestre de 2006. Esta rubrica inclui essencialmente os ganhos cambiais com a dívida da Vivo denominada em dólares e sem cobertura cambial, resultantes da apreciação do real face ao dólar em ambos os períodos, os quais foram compensados pelas perdas cambiais relativas aos dividendos a receber da Unitel (denominados em dólares), na sequência da desvalorização do dólar face ao euro em ambos os períodos.

Ganhos em activos financeiros, líquidos _ Os ganhos líquidos com activos financeiros totalizaram 142 milhões de euros no primeiro semestre de 2007, face a perdas líquidas de 13 milhões de euros no primeiro semestre de 2006. Esta rubrica inclui essencialmente: (1) contratos de equity swap sobre acções da PT Multimédia (ganhos de 77 milhões de euros no primeiro semestre de 2007, face a perdas de 7 milhões de euros no primeiro semestre de 2006); (2) exercício financeiro de contratos de equity swap sobre acções próprias (ganhos de 31 milhões de euros no primeiro semestre de 2007), e (3) alienação do investimento no Banco Espírito Santo (ganhos de 36 milhões de euros no primeiro semestre de 2007).

Ganhos em empresas participadas, líquidos _ Os ganhos em empresas participadas totalizaram 53 milhões de euros no primeiro semestre de 2007, face a 46 milhões de euros no primeiro semestre de 2006. Esta rubrica incluiu essencialmente a proporção da PT nos resultados da Unitel em Angola (42 milhões de euros no primeiro semestre de 2007, em comparação com 36 milhões de euros em igual período do ano anterior) e da CTM em Macau (9 milhões de euros no primeiro semestre de 2007, em comparação com 8 milhões de euros em igual período do ano anterior).

Outros custos financeiros, líquidos _ Os outros custos financeiros totalizaram 18 milhões de euros no primeiro semestre de 2007, face a 30 milhões de euros no primeiro semestre de 2006, e incluem essencialmente serviços bancários, comissões, descontos financeiros e outros custos de financiamento. O decréscimo de 12 milhões de euros é essencialmente explicado pelas taxas financeiras pagas pela Vivo no primeiro semestre de 2006, em resultado de uma reestruturação ocorrida nesse período, e pelo decréscimo de 4 milhões de euros nos descontos financeiros concedidos, líquidos.

Imposto sobre o rendimento _ O imposto sobre o rendimento ascendeu no primeiro semestre de 2007 a 141 milhões de euros, em comparação com 65 milhões de euros em igual período do ano anterior. A evolução registada nesta rubrica é essencialmente explicada pelo reconhecimento no primeiro semestre de 2006 de: (1) um crédito fiscal de 53 milhões de euros, resultante da liquidação de uma holding, e (2) um ganho de 142 milhões de euros, relacionado com a redução dos impostos diferidos passivos, decorrente da tributação voluntária sobre mais-valias. Excluindo estes efeitos, o imposto sobre o rendimento teria ascendido a 130 milhões de euros no primeiro semestre de 2007, correspondendo a uma taxa efectiva de imposto de 45%, que compara com uma taxa efectiva de 24% no primeiro semestre de 2007. Este decréscimo está essencialmente relacionado com: (1) o decréscimo das perdas geradas pela Vivo que não originaram o registo de impostos diferidos activos, na sequência da reestruturação empresarial concluída no final de 2006; (2) a redução da taxa nominal de imposto em Portugal de 27,5% em 2006 para 26,5% em 2007, e (3) o registo de determinadas mais-valias não tributáveis no primeiro semestre de 2007.

Resultado das operações descontinuadas _ A rubrica de operações descontinuadas inclui o resultado das empresas que foram ou serão vendidas e as mais-valias líquidas de imposto obtidas com a alienação desses investimentos. Na sequência da aprovação do spin-off da PT Multimédia na Assembleia Geral anual de accionistas, de 27 de Abril, este segmento de negócio passou a ser reportado como uma operação descontinuada em todos os períodos reportados, de acordo com as regras de IFRS. Como resultado, os resultados da PT Multimédia antes de interesses minoritários são incluídos nesta rubrica. No primeiro semestre de 2007, esta rubrica inclui ainda uma provisão, líquida de impostos, no montante de 13 milhões de euros relativa ao processo de spin-off.

Interesses minoritários _ Os lucros atribuíveis a interesses minoritários totalizaram 43 milhões de euros no primeiro semestre de 2007, face a perdas líquidas de 3 milhões de euros no mesmo período do ano anterior. A variação desta rubrica é fundamentalmente explicada: (1) pelo aumento dos lucros atribuíveis a interesses minoritários da Vivo (5 milhões de euros no primeiro semestre de 2007, face a prejuízos de 29 milhões de euros no primeiro semestre de 2006), e (2) pelos lucros atribuíveis a interesses minoritários da MTC (11 milhões de euros), empresa consolidada pela primeira vez em Setembro de 2006.

Resultado líquido _ O resultado líquido aumentou 6,9% no primeiro semestre de 2007 para 429 milhões de euros, principalmente devido ao aumento do EBITDA e dos ganhos financeiros líquidos, que mais do que compensaram o acréscimo dos custos com o programa de redução de efectivos no primeiro semestre de 2007 e a redução do imposto sobre o rendimento no primeiro semestre de 2006.

Capex

Capex por segmento de negócio (1)	milhões de euros		
	1S07	1S06	Δ 07/06
Rede fixa	104,7	99,6	5,1%
Móvel Portugal _ TMN	71,0	51,5	37,8%
Móvel Brasil _ Vivo (1)	105,2	114,6	(8,2%)
Outros	26,0	15,3	69,8%
Capex total	306,8	281,0	9,2%
Capex em % das receitas operacionais (%)	10,4	10,0	0,4pp

(1) Considerando uma taxa de câmbio média euro/real de 2,7218 no 1S07 e 2,6925 no 1S06.

No primeiro semestre de 2007, o total do capex aumentou 9,2%, face a igual período do ano anterior, para 307 milhões de euros, com o decréscimo registado na Vivo a ser mais do que compensado pelo aumento do capex nos restantes segmentos de negócio reportáveis. O capex dos outros negócios aumentou 26 milhões de euros no primeiro semestre de 2007, em comparação com 15 milhões de euros no mesmo período do ano anterior, essencialmente em resultado da consolidação da MTC (15 milhões de euros). O total do capex foi equivalente a 10,4% das receitas operacionais consolidadas.

Cash flow

EBITDA menos Capex por segmento de negócio ⁽¹⁾			milhões de euros		
	1S07	1S06	Δ 07/06		
Rede fixa	401,3	387,3		3,6%	
Móvel Portugal _ TMN	256,5	267,3		(4,0%)	
Móvel Brasil _ Vivo ⁽¹⁾	169,5	83,0		104,1%	
Outros	12,7	(23,0)		n.s.	
EBITDA menos Capex total	840,0	714,6		17,6%	

⁽¹⁾ Considerando uma taxa de câmbio média euro/real de 2,7218 no 1S07 e 2,6925 no 1S06.

Free cash flow			milhões de euros		
	1S07	1S06	Δ 07/06		
EBITDA menos Capex	840,0	714,6		17,6%	
EBITDA	1.146,8	995,6		15,2%	
Capex	(306,8)	(281,0)		9,2%	
Itens não monetários incluídos no EBITDA	56,0	166,2		(66,3%)	
Variação do fundo de maneio	(274,7)	(247,1)		11,2%	
Free cash flow operacional	621,4	633,8		(2,0%)	
Alienação (aquisição) de investimentos financeiros líquidos	114,0	(34,3)		n.s.	
Juros liquidados	(189,7)	(247,7)		(23,4%)	
Contribuições e pagamentos relativos a PRB	(46,8)	(147,2)		(68,2%)	
Liquidiação financeira do equity swap sobre acções da PT Multimédia	94,5	0,0		n.s.	
Imposto sobre o rendimento liquidado	(109,1)	(19,7)		n.s.	
Outros movimentos ⁽¹⁾	51,8	43,0		20,6%	
Free cash flow	536,0	227,9		135,2%	

⁽¹⁾ No 1S07, os outros movimentos incluem 92 milhões de euros relativos ao recebimento de dividendos, principalmente da PT Multimédia (54 milhões de euros) e da Unitel (27 milhões de euros).

EBITDA menos Capex _ O EBITDA menos Capex aumentou 17,6% no primeiro semestre de 2007, face a igual período do ano anterior, para 840 milhões de euros. No seu conjunto, os negócios domésticos representaram aproximadamente 78% do total do EBITDA menos Capex.

Free cash flow operacional _ No primeiro semestre de 2007, o free cash flow operacional diminuiu 2,0%, face a igual período do ano anterior, para 621 milhões de euros, principalmente em resultado do aumento de 28 milhões de euros do investimento em fundo de maneio.

Free cash flow _ O free cash flow aumentou de 228 milhões de euros no primeiro semestre de 2006 para 536 milhões de euros no primeiro semestre de 2007, principalmente em resultado: (1) da liquidação financeira do contrato de equity swap sobre acções da PT Multimédia no primeiro semestre de 2007 (94 milhões de euros); (2) da alienação do investimento no Banco Espírito Santo (110 milhões de euros);

(3) da redução dos juros liquidados, e (4) do decréscimo das contribuições e pagamentos relativos a custos com benefícios de reforma, como resultado do reembolso de 75 milhões de euros efectuado no primeiro semestre de 2007 pela PT Prestações, o fundo constituído para cobrir as responsabilidades com cuidados de saúde, de despesas com cuidados de saúde suportadas pela PT Comunicações por conta da PT Prestações referentes a anos anteriores. Estes efeitos só foram parcialmente compensados pelo aumento do imposto sobre o rendimento liquidado, dado a PT ter utilizado em 2006 a totalidade dos prejuízos fiscais reportáveis. A redução dos juros liquidados de 248 milhões de euros no primeiro semestre de 2006 para 190 milhões de euros no primeiro semestre de 2007 resultou de no primeiro semestre de 2006 a PT ter efectuado o último pagamento anual dos juros (52 milhões de euros) do Eurobond que maturou em 2006.

Balanço consolidado

Balanço consolidado ⁽¹⁾	milhões de euros	
	30 Jun 2007	31 Dez 2006
Disponibilidades e títulos negociáveis	1.351,4	2.083,7
Contas a receber	1.406,8	1.417,0
Existências	152,1	130,3
Investimentos financeiros	520,0	631,5
Activos intangíveis	3.165,3	3.490,9
Activos tangíveis	3.566,3	3.942,0
Activos com planos de benefícios de reforma	123,4	134,1
Outros activos	963,9	1.050,5
Impostos diferidos e custos diferidos	1.113,8	1.291,4
Activos de operações descontinuadas (PT Multimédia)	1.105,9	0,0
Total do activo	13.468,9	14.171,2
Contas a pagar	889,4	1.115,1
Dívida bruta	5.631,9	5.840,3
Responsabilidades com planos de benefícios de reforma	1.378,6	1.807,6
Outros passivos	1.830,6	1.995,7
Impostos diferidos e proveitos diferidos	300,1	306,5
Passivos de operações descontinuadas (PT Multimédia)	549,7	0,0
Total do passivo	10.580,2	11.065,2
Capital, excluindo interesses minoritários	2.003,0	2.255,2
Interesses minoritários	885,7	850,8
Total do capital próprio	2.888,7	3.106,0
Total do capital próprio e do passivo	13.468,9	14.171,2

(1) Considerando uma taxa de câmbio euro/real de 2,6024 em 30 de Junho de 2007 e 2,8118 no final de 2006.

Activos e passivos – A redução dos activos e passivos no primeiro semestre de 2007 resultou essencialmente da redução das disponibilidades, em resultado dos dividendos pagos pela PT e outras subsidiárias durante o primeiro semestre de 2007, no montante de 530 milhões de euros, e de contribuições e pagamentos relativos a custos com benefícios de reforma, no montante de 164 milhões de euros. Na sequência da aprovação do spin-off da PT Multimédia pelos accionistas da PT, este segmento de negócio passou a ser reportado como uma operação descontinuada desde 1 de Janeiro de 2007. O valor contabilístico da PT Multimédia no balanço da PT (activos menos passivos menos interesses minoritários atribuíveis) ascendia a 394 milhões de euros a 30 de Junho de 2007.

Exposição líquida ao Brasil – A exposição líquida (activos menos passivos) da PT ao Brasil totalizou 7.538 milhões de reais em 30 de Junho de 2007 (2.896 milhões de euros ao câmbio euro/real em 30 de Junho de 2007). Os activos denominados em reais no balanço em 30 de Junho de 2007 totalizaram 5.141 milhões de euros, equivalentes a aproximadamente 38% do total do activo.

Gearing – O gearing [dívida líquida/(dívida líquida+capital próprio)] aumentou para 59,7% em 30 de Junho de 2007, face a 54,7% em 31 de Dezembro de 2006, enquanto que o indicador [(capital próprio+dívida de longo prazo)/total do activo] diminuiu de 53,4% para 53,1%. O indicador dívida líquida/EBITDA em 30 em Junho de 2007 era de 2,3 vezes e o rácio de cobertura dos encargos financeiros líquidos pelo EBITDA era de 12,6 vezes.

Variação da dívida líquida

	milhões de euros	1S07	1S06
Dívida líquida (balanço inicial)		3.756,6	3.672,5
Dívida líquida da PT Multimédia a 31 de Dezembro de 2006 (a subtrair)		178,9	0,0
Free cash flow (a subtrair)		536,0	227,9
Free cash flow da PT Multimédia		0,0	80,3
Efeitos de conversão cambial da dívida		34,9	(8,4)
Dividendos pagos ⁽¹⁾		529,0	530,4
Aquisição de acções próprias ⁽²⁾		557,9	62,1
Contribuição extraordinária para fundos de pensões		117,0	300,0
Outros		0,0	(28,5)
Dívida líquida (balanço final)		4.280,4	4.380,5
Variação da dívida líquida		523,9	708,0
Variação da dívida líquida (%)		13,9%	19,3%

⁽¹⁾ No 1S07, esta rubrica incluiu os dividendos pagos pela PT (517 milhões de euros) e por algumas das suas subsidiárias. ⁽²⁾ No 1S07, esta rubrica corresponde ao valor nocional de contratos de equity swap sobre 54,8 milhões de acções próprias, no âmbito do programa de share buyback anunciado pelo Conselho de Administração em 20 de Fevereiro de 2007 e aprovado em Assembleia Geral anual de accionistas de 27 de Abril de 2007.

Dívida líquida consolidada

Dívida líquida _ A dívida líquida consolidada da PT em 30 de Junho de 2007 aumentou para 4.280 milhões de euros, face a 3.757 milhões de euros no final de 2006. O acréscimo da dívida líquida no período é explicado essencialmente pelo programa de share buyback, aprovado pelos accionistas, actualmente em curso, e pelo pagamento dos dividendos em Maio de 2007.

Dívida total _ Em 30 de Junho de 2007, 75,6% da dívida bruta era de médio e longo prazo, sendo 59,9% da dívida bruta a taxas fixas. Nessa data, 86,4% da dívida bruta estava denominada em euros, 0,4% em dólares e 13,2% em reais. Em 30 de Junho 2007, os únicos empréstimos da PT com rating triggers eram empréstimos do Banco Europeu de Investimento (BEI), no montante total de 364 milhões de euros. O rating da PT, foi confirmado como Baa2 pela Moody's e BBB- pela S&P, ambos com um outlook estavél, a 5 de Março de 2007 e 16 Março de 2007, respectivamente. A PT tem contratadas e disponíveis linhas de papel comercial tomadas firme, no montante global de 1.350 milhões de euros em 30 de Junho de 2007. As disponibilidades dos negócios domésticos e o montante total disponível da PT em papel comercial e linhas de crédito totalizaram 2.358 milhões de euros no final de Junho de 2007.

A proporção de 50% da PT na dívida líquida da Vivo ascendia a 506 milhões de euros em 30 de Junho de 2007. Aproximadamente 95% da dívida líquida da Vivo está actualmente denominada em reais ou convertida para reais através de contratos de derivados.

Dívida líquida consolidada		milhões de euros			
		30 Jun 2007	31 Dez 2006	Variação	Variação (%)
Dívida de curto prazo		1.372,6	1.372,7	(0,1)	(0,0%)
Empréstimos bancários		337,9	406,9	(69,0)	(17,0%)
Outros empréstimos		240,3	749,9	(509,6)	(68,0%)
Equity swaps sobre acções próprias		776,8	187,6	589,2	314,0%
Locações financeiras		17,6	28,4	(10,8)	(38,0%)
Dívida de médio e longo prazo		4.259,2	4.467,5	(208,2)	(4,7%)
Empréstimos bancários		1.011,8	1.103,4	(91,6)	(8,3%)
Empréstimos obrigacionistas		3.156,2	3.133,6	22,6	0,7%
Outros empréstimos		0,0	0,3	(0,2)	(84,7%)
Locações financeiras		91,2	230,2	(139,0)	(60,4%)
Dívida bruta		5.631,9	5.840,3	(208,4)	(3,6%)
Disponibilidades e títulos negociáveis		1.351,4	2.083,7	(732,3)	(35,1%)
Dívida líquida		4.280,4	3.756,6	523,9	13,9%

Perfil da maturidade da dívida líquida			milhões de euros
Maturidade	Dívida líquida	Notas	
2007	(94,5)	Posição líquida de cash	
2008	480,9		
2009	1.120,9	Inclui 880 milhões de euros de Eurobonds emitidas em Abril 1999	
2010	244,0		
2011	108,9		
2012	1.119,9	Inclui 1.000 milhões de euros de Eurobonds emitidas em Março 2005	
2013	61,7		
2014	35,7		
2015	207,6		
2015 e seguintes	995,3	Inclui 500 milhões de euros de Eurobonds emitidas em Março 2005 (maturidade em 2017) e 500 milhões de euros de Eurobonds emitidas em Junho 2005 (maturidade em 2025)	
Total	4.280,4		

Ratings de dívida			
	Actual	Outlook	Última alteração
Standard & Poor's	BBB-	Estável	16 Março 2007
Moody's	Baa2	Estável	5 Março 2007
Fitch Ratings	BBB	Negativo	5 Março 2007

Custo da dívida e maturidade _ O custo médio e a maturidade da dívida da PT no primeiro semestre de 2007, foi de 4,8% e 6,0 anos, respectivamente, incluindo os empréstimos obtidos no Brasil denominados em reais. Excluindo a dívida da Vivo e os juros dos equity swaps sobre acções da PT Multimédia, o custo médio da dívida foi de 3,2% no primeiro semestre de 2007. A maturidade da dívida, excluindo o Brasil, situou-se em 6,3 anos a 30 de Junho de 2007.

Ratings _ Após o insucesso da OPA, as agências de rating confirmaram o rating da PT em BBB- (S&P), Baa2 (Moody's) e BBB (Fitch).

Responsabilidades com benefícios de reforma	milhões de euros	
	1S07	2006
Responsabilidades com pensões	2.825,5	3.073,8
Salários pagos a empregados suspensos e pré-reformados	991,5	997,7
Responsabilidades com cuidados de saúde	462,4	491,1
Responsabilidades projectadas com benefícios de reforma (PBO)	4.279,4	4.562,6
Valor de mercado dos fundos	(3.047,7)	(2.908,1)
Responsabilidades não financiadas brutas	1.231,7	1.654,4
Ganhos com serviços passados de direitos não vencidos	23,5	19,1
Provisões com responsabilidades com benefícios de reforma	1.255,2	1.673,5
Responsabilidades não financiadas líquidas de impostos	905,3	1.216,0

Variação nas responsabilidades não financiadas brutas	milhões de euros	
	1S07	2006
Responsabilidades não financiadas brutas (saldo inicial)	1.654,4	
Custos com benefícios de reforma / (ganhos)	(17,3)	
Custos com o programa de redução de efectivos	82,0	
Contribuições e pagamentos ⁽¹⁾	(161,3)	
Ganhos líquidos actuariais	(321,6)	
Ganhos com serviços passados relativos a direitos não vencidos	(4,4)	
Responsabilidades não financiadas brutas (saldo final)	1.231,7	
Variação nas responsabilidades não financiadas brutas	(422,7)	
Variação nas responsabilidades não financiadas brutas (%)	(25,6%)	

(1) No 1S07, esta rubrica incluiu: (i) 32 milhões de euros relativos a contribuições regulares; (ii) 76 milhões de euros relativos a pagamentos de salários a empregados suspensos e pré-reformados e outros; (iii) 64 milhões de euros relativos a reembolsos de responsabilidades com cuidados de saúde, e (iv) 117 milhões de euros relativos a contribuições extraordinárias.

Benefícios de reforma

PBO – Em 30 de Junho de 2007, as responsabilidades projectadas com benefícios de reforma (PBO), incluindo pensões, cuidados de saúde e salários de pré-reformados e empregados suspensos, ascenderam a 4.279 milhões de euros. As responsabilidades foram actualizadas com base numa taxa de desconto de 5,25% para as responsabilidades com pensões e cuidados de saúde, e de 4,75% para as responsabilidades com salários de pré-reformados e empregados suspensos. Os planos de benefícios de reforma encontram-se fechados à entrada de novos beneficiários desde 1994 no caso das pensões e desde 2000 no caso dos cuidados de saúde.

Fundos – Em 30 de Junho de 2007, o valor de mercado dos fundos ascendeu a 3.048 milhões de euros, pelo que as responsabilidades não financiadas ascenderam a 1.232 milhões de euros na mesma data. Em 30 de Junho de 2007, a alocação de activos dos fundos era de 47,0% em acções, 33,9% em obrigações, 5,9% em imobiliário e 13,2% em disponibilidades e outros.

Pensões _ Durante o primeiro semestre de 2007 foi publicado o D.L. n.º 187/2007, o qual introduziu algumas alterações à formula de cálculo das pensões, com o objectivo de garantir a sustentabilidade a longo prazo do sistema nacional da Segurança Social. Estas alterações são igualmente aplicadas a alguns planos da PT Comunicações, o qual levou à redução da responsabilidade total com pensões. Adicionalmente, a PT Comunicações reduziu os benefícios garantidos estabelecidos em alguns dos seus planos. O impacto das alterações referidas, levou a uma redução nas obrigações com pensões em 43 milhões de euros, dos quais 37 milhões de euros foram reconhecidos como ganhos de serviços passados, na medida em que se tratavam de direiro vencidos, sendo o restante montante de 6 milhões de euros relacionado com direitos vincendos e, como tal, foram diferidos até ao período da reforma.

Responsabilidades não financiadas _ O decréscimo das responsabilidades não financiadas resultou principalmente do registo de ganhos actuariais líquidos no primeiro semestre de 2007 (322 milhões de euros) e da contribuição extraordinária realizada durante esse período (117 milhões de euros).

Ganhos actuariais líquidos _ Os ganhos actuariais líquidos apurados no primeiro semestre de 2007 incluem os efeitos das alterações de pressupostos actuariais (242 milhões de euros) e das diferenças entre os dados reais e os pressupostos actuariais considerados no estudo actuarial do ano anterior (80 milhões de euros). As alterações de pressupostos actuariais correspondem ao efeito do aumento nas taxa de desconto de 4,75% para 5,25% nas responsabilidades com pensões e cuidados de saúde, e de 4,25% para 4,75% nas responsabilidades com salários de pré-reformados e empregados suspensos, reflectindo a evolução das taxas de mercado.

Variação no capital próprio (excluindo interesses minoritários)	milhões de euros
	1S07
Capital próprio antes de interesses minoritários (saldo inicial)	2.255,2
Resultado líquido	429,1
Ajustamentos de conversão cambial ⁽¹⁾	207,8
Ganhos actuariais líquidos, líquidos do efeito fiscal	236,4
Dividendos pagos	(516,5)
Compra de acções próprias ⁽²⁾	(589,2)
Variação do justo valor de instrumentos financeiros de cobertura e investimentos disponíveis para venda	(18,0)
Outros	(1,9)
Capital próprio antes de interesses minoritários (saldo final)	2.003,0
Variação no capital próprio antes de interesses minoritários	(252,3)
Variação no capital próprio antes de interesses minoritários (%)	(11,2%)

⁽¹⁾ Esta rubrica está essencialmente relacionada com as variações da taxa de câmbio do real face ao euro. ⁽²⁾ No 1S07, esta rubrica inclui 1.061 milhões de euros relativos ao valor nocial de contratos de equity swap estabelecidos no período sobre 103,6 milhões de acções próprias e 472 milhões de euros relativos ao cancelamento do passivo relacionado com equity swaps sobre 48,8 milhões de acções próprias.

Variação nas reservas distribuíveis	milhões de euros
	1S07
Reservas distribuíveis (saldo inicial)	2.727,8
Dividendos pagos	(516,5)
Resultado líquido do exercício determinado de acordo com o POC	365,8
Reestruturação do capital social	440,3
Outros	(0,2)
Reservas distribuíveis (saldo final)	3.017,1
Variação nas reservas distribuíveis	289,3
Variação nas reservas distribuíveis (%)	10,6%

Capital próprio (excluindo interesses minoritários)

Capital próprio – Em 30 de Junho de 2007, o capital próprio, excluindo interesses minoritários, ascendeu a 2.003 milhões de euros, um aumento de 252 milhões de euros no primeiro semestre de 2007.

Reservas distribuíveis – Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da empresa, apresentadas de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade (POC). As reservas distribuíveis aumentaram de 2.728 milhões de euros no final de 2006 para 3.017 milhões de euros em 30 de Junho de 2007, com os impactos da reestruturação do capital social (440 milhões de euros), em conformidade com a deliberação dos accionistas em Assembleia Geral anual, de 27 de Abril de 2007, e do resultado líquido gerado no primeiro semestre de 2007, determinado de acordo com o POC (366 milhões de euros), a mais do que compensar o impacto do pagamento dos dividendos em Maio de 2007 (517 milhões de euros).

02 _ Evolução dos negócios

- 20 Mercado doméstico
- 20 Rede fixa
- 24 Móvel Portugal – TMN
- 27 Mercado internacional
- 27 Móvel Brasil – Vivo
- 29 Outros negócios internacionais

> Mercado doméstico

Rede fixa

Demonstração de resultados _ rede fixa ⁽¹⁾		milhões de euros		
		1S07	1S06	Δ 07/06
Receitas operacionais				
Retalho		992,9	1.053,5	(5,7%)
Voz		525,9	607,1	(13,4%)
Dados		433,1	517,4	(16,3%)
Wholesale (serviços a operadores)		92,8	89,7	3,4%
Dados e soluções empresariais		235,2	230,7	1,9%
Outras receitas de rede fixa		133,7	124,5	7,4%
Custos operacionais, excluindo amortizações		98,1	91,1	7,7%
Custos com pessoal		486,9	566,6	(14,1%)
Custos com benefícios de reforma		126,8	139,0	(8,8%)
Custos directos dos serviços prestados		(17,4)	23,8	n.s.
Custos comerciais		172,4	176,9	(2,6%)
Outros custos operacionais		41,2	41,3	(0,1%)
EBITDA ⁽²⁾		163,9	185,6	(11,7%)
EBITDA, excluindo impactos extraordinários ⁽³⁾		506,0	486,9	3,9%
Resultado operacional ⁽⁴⁾		469,8	472,2	(0,5%)
Amortizações		162,7	170,9	(4,8%)
Margem EBITDA		343,4	316,0	8,7%
Margem EBITDA, excluindo impactos extraordinários		51,0%	46,2%	4,7pp
Capex		47,3%	44,8%	2,5pp
Capex em % das receitas operacionais		104,7	99,6	5,1%
EBITDA menos Capex		10,5%	9,5%	1,1pp
EBITDA menos Capex		401,3	387,3	3,6%

(1) Inclui transacções intragrupo. **(2)** EBITDA = resultado operacional + amortizações. **(3)** Ajustado de ganhos com serviços passados relativos a direitos vencidos no montante de 36 milhões de euros no 1S07 e 15 milhões de euros no 1S06. **(4)** Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos do programa de redução de efectivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos líquidos.

Receitas operacionais _ As receitas operacionais do negócio de rede fixa diminuíram 5,7% no primeiro semestre de 2007, face ao mesmo período do ano anterior, para 993 milhões de euros. A redução das receitas de retalho mais do que compensou o aumento das receitas de wholesale e de dados e soluções empresariais.

Receitas de retalho _ Decorrente da concorrência de operadores fixos e móveis, as receitas de retalho decresceram 13,4% no primeiro semestre de 2007, quando comparado com o mesmo período do ano anterior, originando a continuação da perda de linhas e a pressão sobre os preços. Como resultado, o crescimento das receitas de dados de retalho, que registaram um aumento de 3,4% no primeiro semestre de 2007, face ao período homólogo, só compensou parcialmente a redução de 16,3% das receitas de voz de retalho. A introdução da ORLA no segundo trimestre de 2006 resultou na migração de linhas em pré-selecção para acessos ORLA, originando a transferência de receitas de retalho para receitas de wholesale no montante de 12 milhões de euros no primeiro semestre de 2007. O decréscimo das receitas foi ainda parcialmente justificado pelo impacto negativo de 8 milhões de euros de descontos concedidos a pensionistas, que já não são suportados pelo Estado Português.

Receitas de wholesale _ As receitas de wholesale beneficiaram do crescimento das linhas de desagregação do lacete local e dos acessos ORLA e mais do que compensaram a redução das receitas dos circuitos alugados. As receitas de wholesale aumentaram 1,9% no primeiro semestre de 2007, face a igual período do ano anterior.

Receitas de dados e soluções empresariais _ As receitas de dados e soluções empresariais aumentaram 7,4% no primeiro semestre de 2007, em comparação com o mesmo período do ano anterior, em resultado do enfoque contínuo no crescimento de soluções mais avançadas e adaptadas aos clientes empresariais. O crescimento registado no semestre foi impulsionado pelo aumento das receitas de VPN e circuitos e de outsourcing, gestão de redes e tecnologias de informação.

Outras receitas de rede fixa _ As outras receitas de rede fixa aumentaram 7,7% no primeiro semestre de 2007, face ao período homólogo, com o incremento das vendas de equipamentos, sobretudo no segmento empresarial, e das receitas de portais (+65,6%), a compensar a redução das receitas das listas.

EBITDA _ O EBITDA situou-se em 506 milhões de euros no primeiro semestre de 2007, representando um acréscimo de 3,9% relativamente ao primeiro semestre de 2006, suportado pela contínua racionalização dos custos operacionais, incluindo os custos relativos a responsabilidades com benefícios de reforma. Como resultado das recentes alterações, introduzidas pela Segurança Social, no cálculo das pensões de reforma, a PT adoptou a metodologia utilizada no cálculo dos complementos de pensões, de forma a manter a sustentabilidade e financiamento de longo prazo dos planos. Desta forma, os custos com benefícios de reforma foram negativos (ganho) em 17 milhões de euros, em resultado do registo de ganhos com serviços passados de 36 milhões de euros no primeiro semestre de 2007. Excluindo os ganhos com serviços passados, o EBITDA ter-se-ia mantido constante no primeiro semestre de 2007.

Custos _ O desempenho do EBITDA, no primeiro semestre de 2007, foi também impulsionado pelo aumento de eficiência, em particular nos custos com pessoal e nos outros custos operacionais. Os custos com pessoal registaram um decréscimo de 8,8% no primeiro semestre de 2007, em comparação com o mesmo período do ano anterior, em resultado do programa de redução de efectivos e do enfoque na contenção de aumentos salariais. Em termos líquidos, a redução do número de trabalhadores foi de 202 no primeiro semestre de 2007, aumentando o rácio de eficiência para 622 linhas por trabalhador. Os outros custos operacionais decresceram 11,7% no primeiro semestre de 2007, face a igual período do ano anterior, para 164 milhões de euros, impulsionados pelo decréscimo de custos nas áreas de suporte, nomeadamente de TI/SI e custos de outsourcing, apoio ao cliente e serviços partilhados, bem como pela renegociação de determinados contratos com fornecedores de rede.

Capex _ No primeiro semestre de 2007, o capex situou-se em 105 milhões de euros, um acréscimo de 5,1% relativamente ao primeiro semestre de 2006, e equivalente a 10,5% das receitas operacionais. O capex foi essencialmente direcionado para: (1) upgrades da rede com o objectivo de proporcionar uma maior largura de banda aos clientes; (2) preparar a rede e os sistemas de informação para o lançamento do IPTV (lançamento progressivo no segundo trimestre de 2007), e (3) capex de cliente em resultado do investimento em equipamento terminal para clientes empresariais. O EBITDA menos Capex totalizou 401 milhões de euros no primeiro semestre de 2007.

Dados operacionais _ rede fixa

	1S07	1S06	Δ 07/06
Acessos ('000)	4.342	4.433	(2,0%)
Acessos de retalho	3.861	4.209	(8,3%)
PSTN/RDIS	3.146	3.573	(12,0%)
Linhões geradoras de tráfego	2.833	2.992	(5,3%)
Pré-selecção	313	581	(46,1%)
ADSL retalho	715	636	12,5%
Acessos de wholesale	481	224	114,9%
Lacetes locais desagregados	244	146	67,7%
Acessos ORLA	173	20	n.s.
ADSL wholesale	64	59	8,8%
Adições líquidas ('000)	(62)	(45)	36,8%
Acessos de retalho	(141)	(146)	(3,6%)
PSTN/RDIS	(171)	(196)	(13,2%)
Linhões geradoras de tráfego	(76)	(202)	(62,5%)
Pré-selecção	(95)	6	n.s.
ADSL retalho	30	51	(40,6%)
Acessos de wholesale	79	101	(21,8%)
Lacetes locais desagregados	48	74	(34,2%)
Acessos ORLA	31	20	57,1%
ADSL wholesale	(1)	7	n.s.
Planos de preços ('000)	4.220	2.283	84,9%
ARPU (euros)	30,2	30,0	0,7%
Voz	24,3	25,0	(2,8%)
Dados	5,8	4,9	18,5%
Tráfego total (milhões de minutos)	6.364	6.884	(7,6%)
Tráfego de retalho	2.659	2.872	(7,4%)
Tráfego de wholesale	3.705	4.012	(7,7%)
MOU de retalho (minutos / mês)	160	159	0,3%
Trabalhadores	6.979	7.723	(9,6%)

Banda larga _ Apesar do aumento da concorrência na banda larga, dos operadores fixos e móveis, os acessos ADSL continuaram a crescer no primeiro semestre de 2007, mitigando parcialmente o desligamento das linhas de voz tradicionais. Os acessos ADSL de retalho aumentaram para 715 mil no final do primeiro semestre de 2007, impulsionados pela campanha de Verão lançada em Junho, com adições líquidas de 30 mil clientes no semestre. A PT prosseguiu o seu enfoque na retenção de clientes através da migração para velocidades mais elevadas, utilizando a tecnologia ADSL 2+. No primeiro semestre de 2007, o nível de desligamentos líquidos das linhas geradoras de tráfego da PT situou-se em 76 mil, representando uma melhoria significativa face ao nível registado no primeiro semestre de 2006. As adições líquidas de linhas de desagregação do lacete local decresceram 34,2% para 48 mil no primeiro semestre de 2007, face ao período homólogo, atingindo um total de 244 mil. Em termos de linhas de voz, o efeito líquido da migração de linhas em pré-selecção para acessos ORLA resultou na redução líquida de 64 mil linhas de voz dos operadores concorrentes no primeiro semestre de 2007.

Planos de preços _ Com o objectivo de promover a retenção de clientes através de uma melhor percepção da relação custo-benefício, a PT tem lançado, nos últimos três anos, ofertas competitivas de planos de preços. Os clientes da PT dispõem de uma extensa oferta de planos de preços de tráfego ilimitado, os quais podem ser combinados a fim de fornecerem soluções mais adaptadas às necessidades dos clientes. Adicionalmente, no final do primeiro trimestre de 2007, e em linha com o objectivo de longo prazo da PT, o regulador permitiu à PT agregar a oferta de tráfego ilimitado fixo-fixo, em horário económico, durante a semana, com o aluguer de linha. Actualmente, cerca de 51% dos clientes residenciais de retalho aderiram aos planos de preços de tráfego ilimitado.

IPTV _ No final do primeiro semestre de 2007, a PT anunciou o lançamento progressivo de serviços de IPTV. A oferta triple-play, com a marca “meo”, inclui 42 canais de televisão por subscrição (dos quais 10 “a la carte”), acesso à Internet de banda larga com velocidade até 8 MB e chamadas fixo-fixo ilimitadas por um total de 54,90 euros por mês. Adicionalmente, os clientes podem subscrever canais premium, tais como a SportTV (canais premium de desporto) e Lusomundo Cinema. O serviço é suportado em tecnologia ADSL 2+ e disponibilizado em até duas televisões por casa. A PT foi o primeiro operador a lançar o serviço de HDTV, bem como a oferta VoD (video-on-demand) mais alargada no mercado. Inicialmente, o serviço foi lançado em Lisboa e no Porto.

ARPU _ O ARPU total registou um acréscimo de 0,7% no primeiro semestre de 2007, relativamente ao mesmo período do ano anterior, para 30,2 euros, em resultado do crescimento do ARPU de dados, que aumentou 18,5% no semestre. O aumento da taxa de penetração do ADSL e o crescimento dos serviços sobre IP, incluindo o serviço de VoIP empresarial, mais do que compensaram o impacto negativo decorrente do facto dos descontos concedidos a pensionistas já não serem suportados pelo Estado Português. Excluindo este impacto, o ARPU de voz ter-se-ia mantido estável no período.

Tráfego _ Apesar do tráfego de retalho ter registado um decréscimo de 7,4% no primeiro semestre de 2007, face ao período homólogo, em resultado da perda de linhas, o MOU de retalho, excluindo as linhas em pré-selecção, aumentou 0,3% para 160 minutos, reflectindo o impacto positivo da expansão dos planos de preços. A redução do tráfego de wholesale de 7,7% no primeiro semestre de 2007, quando comparado com o mesmo período do ano anterior, resultou essencialmente da queda de 58,6% no tráfego de Internet de banda estreita, devido à migração para banda larga.

Móvel Portugal – TMN

Demonstração de resultados _ móvel Portugal⁽¹⁾

	1S07	1S06	Δ 07/06
Receitas operacionais	728,1	719,9	1,1%
Prestação de serviços	666,5	661,7	0,7%
Facturação	548,0	537,7	1,9%
Interligação	118,6	124,0	(4,3%)
Vendas	57,1	53,9	6,1%
Outras receitas operacionais	4,5	4,4	2,0%
Custos operacionais, excluindo amortizações	400,7	401,2	(0,1%)
Custos com pessoal	25,4	29,2	(13,0%)
Custos directos dos serviços prestados	137,3	144,9	(5,3%)
Custos comerciais	141,3	133,5	5,8%
Outros custos operacionais	96,7	93,5	3,4%
EBITDA⁽²⁾	327,4	318,8	2,7%
Amortizações	106,1	108,2	(2,0%)
Resultado operacional⁽³⁾	221,4	210,5	5,1%
Margem EBITDA	45,0%	44,3%	0,7pp
Capex	71,0	51,5	37,8%
Capex em % das receitas operacionais	9,7%	7,2%	2,6pp
EBITDA menos Capex	256,5	267,3	(4,0%)

⁽¹⁾ Inclui transacções intragrupo. ⁽²⁾ EBITDA = resultado operacional + amortizações. ⁽³⁾ Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos do programa de redução de efectivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos líquidos.

Receitas operacionais _ As receitas operacionais ascenderam a 728 milhões de euros no primeiro semestre de 2007, representando um aumento de 1,1% face ao mesmo período do ano anterior, em resultado do crescimento das receitas de facturação (+1,9%), impulsionadas pelo forte crescimento da base de clientes. O desempenho positivo das receitas de facturação mais do que compensou o impacto da redução das tarifas de terminação móvel, bem como o decréscimo das vendas de equipamentos e das outras receitas operacionais. Como resultado, as receitas de serviço aumentaram 0,7% no primeiro semestre de 2007 para 667 milhões de euros.

Tarifas de terminação móvel _ A redução das tarifas de terminação móvel, registada ao longo de 2006, foi a causa da descida das receitas de interligação, que decresceram 4,3% no primeiro semestre de 2007, face ao período homólogo. As reduções das tarifas de interligação fixo-móvel e móvel-móvel, no início de Outubro de 2006, para 0,11 euros por minuto, traduziram-se numa descida média anual de 10,2% das tarifas de interligação no primeiro semestre de 2007. Excluindo o impacto da descida das tarifas de terminação

móvel de 12 milhões de euros, as receitas de serviço teriam aumentado 2,5% no primeiro semestre de 2007, relativamente ao mesmo período do ano anterior.

EBITDA _ O EBITDA registou um acréscimo de 2,7% no primeiro semestre de 2007, face a igual período do ano anterior, para 327 milhões de euros, não obstante o aumento significativo da actividade comercial, particularmente no segmento pós-pago e na banda larga móvel, e do impacto negativo da redução das tarifas de terminação móvel (6 milhões de euros no primeiro semestre de 2007). Excluindo este impacto, o EBITDA teria aumentado 4,5% no período. Apesar do aumento da actividade comercial no período, o decréscimo dos custos de aquisição e de retenção (SARC) unitários (-9,8% no primeiro semestre de 2007, face ao período homólogo) e o enfoque na redução da base de custos, nomeadamente de pessoal, permitiram aumentar a margem EBITDA em 0,7pp para 45,0% no primeiro semestre de 2007. A margem EBITDA antes de custos de aquisição e retenção também continuou a melhorar, tendo registado um aumento de 1,3pp para 56,0% no primeiro semestre de 2007.

Dados operacionais – móvel Portugal

	1S07	1S06	Δ 07/06
Clientes ('000)	5.814	5.362	8,4%
Adições líquidas ('000)	110	50	121,3%
MOU (minutos)	118	119	(0,6%)
ARPU (euros)	19,4	20,7	(6,3%)
Facturação	15,5	16,3	(4,9%)
Interligação	3,5	3,9	(11,0%)
Roamers	0,4	0,5	(15,7%)
ARPM (cêntimos euro)	16,5	17,5	(5,8%)
Dados em % das receitas de serviço (%)	14,1	12,6	1,6pp
SARC (euros)	51,7	57,4	(9,8%)
Trabalhadores	1.126	1.165	(3,3%)

Capex _ O capex totalizou 71 milhões de euros no primeiro semestre de 2007, equivalente a 9,7% das receitas operacionais e foi essencialmente direcionado para a capacidade e cobertura de rede 3G/3.5G (aproximadamente 76% do capex de rede). Adicionalmente, e no âmbito das obrigações da licença UMTS, o capex no primeiro semestre de 2007 incluiu a contribuição (8 milhões de euros) para um fundo cujo objectivo é promover o desenvolvimento da sociedade de informação em Portugal. No final de Junho de 2007, a rede 3G da TMN cobria aproximadamente 85% da população. O EBITDA menos Capex situou-se em 256 milhões de euros no primeiro semestre de 2007, equivalente a 35,2% das receitas operacionais.

Clientes _ As adições líquidas mais do que duplicaram no primeiro semestre de 2007, quando comparado com o mesmo período do ano anterior, para 110 mil clientes, reflectindo o sucesso das campanhas da TMN. Como resultado, a base total de clientes aumentou 8,4% no primeiro semestre de 2007, face ao período homólogo, para 5,8 milhões. Durante o semestre, a TMN prosseguiu o seu enfoque nos clientes pós-pagos, em particular no segmento empresarial e na migração dos clientes pré-pagos, e como resultado as adições líquidas no semestre foram totalmente provenientes de clientes pós-pagos, os quais representam 21% da base total de clientes no final de Junho de 2007.

Marca TMN _ Durante o semestre foram implementadas diversas iniciativas em áreas chave como a diferenciação do portfolio de equipamentos, a banda larga móvel, os planos de preços de roaming e o reposicionamento da marca TMN para a aposta nos segmentos empresarial e jovem.

Portfolio de equipamentos _ Em termos de equipamentos, a TMN continuou a diferenciar o seu portfolio, através do enfoque na oferta de equipamentos exclusivos, tendo lançado 28 novos equipamentos exclusivos no primeiro semestre de 2007, e a sua oferta atingido um total de 38 equipamentos exclusivos. Destaque para a campanha de Verão, com o lançamento de 25 novos equipamentos, dos quais 8 exclusivos. Os equipamentos exclusivos permitem uma maior flexibilidade em termos de preços, possibilitando um controlo mais rigoroso do SARC.

Banda larga _ Em termos de banda larga móvel, a TMN lançou campanhas de promoções de preços para os cartões de dados com velocidades até 3,6 Mbps (HSDPA), bem como ofertas especiais com o objectivo de aumentar a penetração do acesso à Internet móvel através do PC. Adicionalmente, o novo serviço de Internet móvel, “internetnotelemóvel”, oferece um plano flat rate para utilização ilimitada da Internet e no acesso ao e-mail nos terminais.

Roaming _ Em termos de roaming, e com o objectivo de adaptar progressivamente os planos de preços de roaming às necessidades dos clientes, a TMN lançou campanhas especiais focadas em datas-chave, como a Páscoa e o Carnaval. Adicionalmente, a TMN lançou no semestre novos pacotes de preços de roaming direccionados para os clientes com um elevado nível de utilização em roaming.

Segmento empresarial _ No segmento empresarial, a TMN lançou uma nova oferta de dados e voz direcionada para o segmento SME/ SoHo, o “Office Box PME”, que inclui serviços móveis e fixos de voz, banda larga, bem como serviços de Internet e e-mail.

Segmento jovem _ O desenvolvimento do segmento jovem continuou a ser uma área crucial de enfoque da TMN, através da reformulação e reposicionamento da marca, que alcançou presentemente a maior notoriedade de sempre. A TMN lançou um conjunto de planos de preços inovadores, designados “kitados”, os quais permitem fazer chamadas ilimitadas na própria rede após o primeiro minuto, durante a noite (“kit noite”) ou durante o fim-de-semana (“kit fim-de-semana”) ou ainda para um número seleccionado (“kit par”). Adicionalmente, a TMN patrocinou diversos eventos direcionados para o segmento jovem, nomeadamente os principais campeonatos de Surf em Portugal, concursos para novas bandas musicais (garage sessions) e um festival de música de verão de muito sucesso. Por último, de salientar o lançamento no Music Box, em exclusivo, do novo single dos Da Weasel (uma das bandas musicais com maior notoriedade em Portugal). O Music Box é um serviço da TMN que permite aos clientes pesquisar e fazer o download de até 600 mil músicas.

ARPU _ O ARPU no primeiro semestre de 2007 diminuiu 6,3%, face a igual período do ano anterior, para 19,4 euros, em resultado da descida do ARPU de facturação, de interligação e de roamers. O decréscimo de 11,0% do ARPU de interligação resultou da redução das tarifas de terminação móvel, que ocorreu ao longo de 2006, enquanto que a diminuição do ARPU de facturação resultou do aumento da taxa de penetração nos segmentos de baixo consumo do mercado. Contudo, o crescimento do número médio de clientes e o aumento da penetração dos serviços de dados mais do que compensaram o decréscimo do ARPU de facturação, permitindo o aumento de 1,9% no primeiro semestre de 2007, relativamente ao

mesmo período do ano anterior, das receitas de facturação. O ARPU de roamers decresceu 15,7%, face ao primeiro semestre de 2006, reflectindo os ajustamentos efectuados pela TMN aos seus tarifários de roaming, mediante a imposição pela UE de alterações ao nível do wholesale. A utilização média mensal (MOU) registou uma ligeira descida de 0,6%, situando-se em 118 minutos no primeiro semestre de 2007, apesar da base de clientes ter aumentado 8,4%.

Receitas de serviços de dados _ As receitas de serviços de dados continuaram a registar uma evolução positiva, representando já 14,1% das receitas de serviço no primeiro semestre de 2007, face a 12,6% no primeiro semestre de 2006. O aumento das receitas de serviços de dados foi essencialmente suportado nos serviços de dados não-SMS, que aumentaram 55,0% no primeiro semestre de 2007, face ao período homólogo do ano anterior, e representaram já 30,7% do total das receitas de dados. Este aumento resultou do forte desempenho da Internet e da banda larga móvel. O número de mensagens (SMS), no primeiro semestre de 2007, totalizou cerca de 168 mensagens por mês por utilizador activo de SMS, refletindo o sucesso do lançamento de vários planos tarifários direcionados para o segmento jovem. O número total de clientes que utilizam o serviço SMS representava 45% da base total de clientes no final do período.

Sociedade de informação _ No âmbito do seu compromisso com o desenvolvimento da sociedade de informação, a TMN irá investir conjuntamente com o Estado português, nos termos da licença UMTS, na disponibilização de computadores portáteis com ligação banda larga móvel, com determinados descontos, a escolas, professores, estudantes e cidadãos info-excluídos. Estas iniciativas serão levadas a cabo até 2015, com um investimento total, em termos de valor de mercado, de até 260 milhões de euros. A TMN espera que estas iniciativas contribuam para o aumento da penetração de computadores e da banda larga em Portugal, reforçando a sua posição neste segmento estratégico do mercado.

> Mercado internacional

Móvel Brasil – Vivo

Demonstração de resultados _ móvel Brasil (1)			milhões de reais
	1S07	1S06	Δ 07/06
Receitas operacionais	6.207,4	5.462,3	13,6%
Prestação de serviços	5.623,1	4.605,7	22,1%
Vendas	479,1	732,0	(34,6%)
Outras receitas operacionais	105,3	124,6	(15,5%)
Custos operacionais, excluindo amortizações	4.712,0	4.398,1	7,1%
Custos com pessoal	346,0	315,6	9,6%
Custos directos de serviços prestados	1.061,8	426,3	149,1%
Custos comerciais	1.547,3	1.705,6	(9,3%)
Outros custos operacionais	1.757,0	1.950,5	(9,9%)
EBITDA (2)	1.495,4	1.064,3	40,5%
EBITDA, excluindo impactos extraordinários (3)	1.495,4	1.225,8	22,0%
Amortizações	1.323,2	1.374,9	(3,8%)
Resultado operacional (4)	172,2	(310,6)	n.s.
Margem EBITDA	24,1%	19,5%	4,6pp
Margem EBITDA, excluindo impactos extraordinários	24,1%	22,4%	1,7pp
Capex	572,7	617,1	(7,2%)
Capex em % das receitas operacionais	9,2%	11,3%	(2,1pp)
EBITDA menos Capex	922,7	447,2	106,3%

(1) Informação preparada de acordo com os IFRS. (2) EBITDA = resultado operacional + amortizações. (3) Ajustado do impacto de uma provisão para dívidas de cobrança duvidosa no montante de 162 milhões de reais.

(4) Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos do programa de redução de efectivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos líquidos.

Receitas operacionais _ As receitas operacionais da Vivo, em reais e de acordo com os IFRS, aumentaram 13,6% no primeiro semestre de 2007, face a igual período do ano anterior, para 6.207 milhões de reais, suportadas pelo forte crescimento das receitas de serviço (+22,1% face ao período homólogo). Apesar da alteração do sistema de interligação, em Julho de 2006, ter tido um impacto positivo nas receitas (699 milhões de reais), as receitas de serviço foram impulsionadas pelo crescimento dos clientes e pelo aumento do ARPU de facturação. Excluindo o impacto do fim do sistema de "bill & keep", as receitas operacionais teriam aumentado 0,8% no primeiro semestre de 2007.

EBITDA _ O EBITDA aumentou 40,5% no primeiro semestre de 2007, em comparação com o mesmo período do ano anterior, para 1.495 milhões de reais. Parte deste aumento é explicado por uma provisão extraordinária para dívidas de cobrança duvidosa registada no primeiro semestre de 2006 (162 milhões de reais). Contudo, o forte desempenho das receitas, conjugado com uma gestão rigorosa dos custos, resultou no acréscimo de 22,0% do EBITDA (excluindo os impactos extraordinários) no primeiro semestre de 2007. Apesar do aumento significativo da actividade comercial, os custos totais de aquisição e de retenção de clientes mantiveram-se estáveis face ao ano anterior, beneficiando do lançamento do serviço GSM que permitiu aumentar a competitividade da Vivo no mercado. Com efeito, o SARC unitário registou uma descida de 20,6% no primeiro semestre de 2007, face a igual período do ano anterior, para 109 reais. A redução dos outros custos operacionais (-9,9%) contribuiu igualmente para a melhoria da margem no semestre. Este desempenho foi em parte explicado pela implementação de medidas rigorosas para controlar as dívidas de cobrança duvidosa (uma diminuição de mais de 80%) e pelo aumento de eficiência em resultado da integração das várias subsidiárias operacionais, incluindo as plataformas TI/SI.

Dados operacionais • móvel Brasil⁽¹⁾

	1S07	1S06	Δ 07/06
Clientes ('000) ⁽²⁾	30.241	28.525	6,0%
Adições líquidas ('000)	1.187	(1.280)	n.s.
MOU (minutos)	76	68	12,2%
ARPU (reais)	29,9	24,7	21,0%
Facturação	16,8	15,1	10,8%
Interligação	13,2	9,6	37,2%
Dados em % das receitas de serviço (%)	7,5	7,4	0,1pp
SARC (reais)	109,5	137,9	(20,6%)
Trabalhadores	5.494	5.768	(4,8%)

(1) Dados operacionais calculados de acordo com o GAAP brasileiro. **(2)** Inclui o ajustamento da base de dados, efectuado no 2T06, de 1.823 mil clientes.

Capex _ O capex diminuiu 7,2% no primeiro semestre de 2007, face ao período homólogo, para 573 milhões de reais, equivalente a 9,2% das receitas operacionais. O capex no primeiro semestre de 2007 foi essencialmente direcionado para: (1) a implementação da rede GSM/EDGE, e (2) o aumento da cobertura e qualidade da rede. A rede GSM/EDG foi instalada em tempo recorde, cobrindo já 96% dos municípios com cobertura CDMA. Já foi investido aproximadamente 76% do capex relativo ao lançamento inicial da rede GSM/EDGE, tal como foi anunciado em Julho de 2006.

Adições líquidas _ As adições líquidas da Vivo situaram-se em 1.187 mil clientes no primeiro semestre de 2007, impulsionadas pelo forte nível de adições líquidas de clientes GSM, na sequência do lançamento deste serviço no semestre. Como resultado, a base de clientes aumentou 6,0% no primeiro semestre de 2007, quando comparado com o mesmo período do ano anterior, para 30.241 milhões. Os clientes GSM representaram cerca de 60% das adições brutas no primeiro semestre de 2007, tendo permitido aumentar a base total de clientes GSM para 3,4 milhões. A actividade comercial da Vivo no trimestre foi centrada no Dia da Mãe e no Dia dos Namorados e suportada por uma vasta oferta de equipamentos. O reforço da posição competitiva da Vivo no mercado permitiu uma melhoria da quota de mercado em termos de adições líquidas, que aumentou aproximadamente para 35% nas áreas de operação. No âmbito da continuação do seu enfoque na aquisição e retenção de clientes de elevado valor, a Vivo lançou igualmente uma nova gama de planos pós-pagos, designados “Vivo Escolha”. Em termos de marca, a Vivo baseou o seu reposicionamento como o operador que oferece a rede com melhor qualidade e o melhor serviço.

Serviços de dados _ O lançamento de serviços de dados continuou a registar um forte crescimento, com as receitas de dados a aumentar 20,6% no primeiro semestre de 2007, face ao período homólogo. As receitas de dados em percentagem das receitas de serviços situaram-se em 7,5% no primeiro semestre de 2007. Aproximadamente 50% das receitas de dados foram provenientes de serviços de dados não-SMS. A Vivo beneficiou do facto de ser o único operador que utiliza as duas tecnologias, posicionando a tecnologia CDMA/EVDO como a melhor solução para o serviço móvel de dados. Como resultado, as ofertas de WAP e ZAP (cartões de dados suportados em EVDO) da Vivo continuaram a registrar um forte crescimento.

MOU _ No primeiro semestre de 2007, o MOU total aumentou 12,2%, relativamente ao mesmo período do ano anterior, para 76 minutos, em resultado do forte crescimento do MOU originado (+28,9% no período). O sucesso dos planos pré-pagos, com oferta de bónus de tráfego on-net, bem como dos planos pós-pagos impulsionaram o desempenho do MOU originado, particularmente em termos do tráfego on-net.

ARPU _ O ARPU total da Vivo no primeiro semestre de 2007 foi de 29,9 reais, um aumento de 21,0% face ao primeiro semestre de 2006, principalmente em resultado da alteração do sistema de interligação (cerca de 7,9 reais). Contudo, as iniciativas implementadas, com o objectivo de aumentar a utilização, tiveram um impacto positivo não só no tráfego, como também no ARPU de facturação. Como resultado, o ARPU de facturação aumentou 10,8% no primeiro semestre de 2007, quando comparado com o mesmo período do ano anterior, resultando no acréscimo de 5,2% do ARPU (excluindo o impacto do “bill & keep”).

Outros negócios internacionais

Destake dos principais activos em África, Brasil e na Ásia no 1S07 (1) (2)								milhares (clientes), milhões (financeiros)	
	Posição	Clientes	Receitas local	Δ 07/06	EBITDA local (5)	Δ 07/06	Margem	Receitas euros	EBITDA euros
Médi Télécom (3)	32,18%	5.800,1	2.367,1	6,2%	980,1	2,0%	41,4%	212,2	87,9
Unitel (3)	25,00%	2.503,3	375,2	29,9%	229,5	15,8%	61,2%	281,2	172,0
CTM (3)	28,00%	494,4	1.052,1	5,6%	448,6	14,0%	42,6%	98,0	41,8
MTC (4)	34,00%	705,2	546,0	21,0%	283,6	3,0%	51,9%	57,0	29,6
CVT (4)	40,00%	193,3	3.543,1	5,9%	2.191,6	4,6%	61,9%	32,1	19,9
CST (4)	51,00%	30,7	71.982	13,5%	24.112	12,6%	33,5%	4,0	1,4
Timor Telecom (4)	41,12%	64,2	14,7	42,5%	7,4	57,0%	50,1%	11,1	5,5
UOL	29,00%	1.701,0	246,5	3,9%	81,6	30,4%	33,1%	90,6	30,0

(1) Informação preparada de acordo com o GAAP local. (2) Referente a 100% das empresas. A PT tem um contrato de gestão na Médi Télécom, CVT e Timor Telecom. (3) Método de equivalência patrimonial. (4) Método de consolidação integral. (5) EBITDA = resultado operacional + amortizações.

Marrocos – Médi Télécom

As receitas operacionais da Médi Télécom aumentaram 6,2% no primeiro semestre de 2007, face ao mesmo período do ano anterior, para 2.367 milhões de dirham marroquinos, enquanto que o EBITDA subiu 2,0% para 980 milhões de dirham, refletindo o aumento dos custos de marketing e publicidade devido ao lançamento da oferta 3G e do “Forza”, o produto de baixo custo introduzido no período. A base de clientes móveis aumentou 38,7% no primeiro semestre de 2007 para 5.800 mil clientes, com as adições líquidas a totalizarem 628 mil no período. O MOU diminuiu 9,2% no primeiro semestre de 2007, face ao período homólogo, situando-se em 47 minutos. O ARPU foi de 71 dirham no primeiro semestre de 2007, um decréscimo de 20,6% relativamente ao mesmo período do ano anterior, essencialmente em resultado do aumento significativo da base de clientes.

Angola – Unitel

As receitas operacionais e o EBITDA da Unitel registaram um crescimento no primeiro semestre de 2007 de 29,9% e 15,8%, respectivamente, face ao primeiro semestre de 2006, devido ao forte crescimento dos clientes. As adições líquidas totalizaram 455 mil no primeiro semestre de 2007, com a base total de clientes a atingir 2.503 mil no final de Junho de 2007, um acréscimo de 61,8% em comparação com o mesmo período do ano anterior. O MOU decresceu 12,3% no primeiro semestre de 2007, face a igual período do ano anterior, para 117 minutos, em resultado do forte crescimento da base de clientes. O ARPU totalizou 26 dólares no primeiro semestre de 2007, um decréscimo de 23,7% relativamente ao período homólogo.

Macau – CTM

As receitas operacionais da CTM aumentaram 5,6% no primeiro semestre de 2007, em comparação com o mesmo período do ano anterior, para 1.052 milhões de patacas, em resultado do crescimento dos clientes móveis e de banda larga. O EBITDA registou um acréscimo de 14,0% no primeiro semestre de 2007, face a igual período de 2006, para 449 milhões de patacas. No segmento móvel, os clientes aumentaram 20,4%, relativamente ao período homólogo, para 317 mil no final de Junho de 2007. O ARPU móvel da CTM diminuiu 12,9% no primeiro semestre de 2007, para 213 patacas, em resultado do aumento da base de clientes.

Namíbia – MTC

As receitas operacionais e o EBITDA da MTC no primeiro semestre de 2007 aumentaram 21,0% e 3,0%, respectivamente, quando comparado com o mesmo período do ano anterior. As adições líquidas totalizaram 95 mil no primeiro semestre de 2007, com a base total de clientes a atingir 705 mil no final de Junho de 2007, um acréscimo de 39,7% face ao mesmo período do ano anterior. O ARPU foi de 137 dólares namibianos no primeiro semestre de 2007, um decréscimo de 13,5% face ao período homólogo, principalmente em resultado do crescimento da base de clientes no período.

Cabo Verde – CVT

As receitas operacionais e o EBITDA da CVT no primeiro semestre de 2007 aumentaram 5,9% e 4,6%, respectivamente, quando comparado com o mesmo período do ano anterior. No segmento de rede fixa, o número total de acessos cresceu 1,8% no primeiro semestre de 2007, para 74 mil, em resultado do aumento da taxa de penetração do ADSL. No segmento móvel, a base de clientes registou um crescimento de 36,4% no primeiro semestre de 2007, relativamente ao período homólogo, para 119 mil clientes, com adições líquidas de 10 mil clientes. O MOU do segmento móvel atingiu 78 minutos, um decréscimo de 0,2% no primeiro semestre de 2007. O ARPU móvel foi de 2.798 escudos cabo-verdianos no primeiro semestre de 2007, um decréscimo de 10,8% face a igual período de 2006.

São Tomé e Príncipe – CST

As receitas operacionais da CST aumentaram 13,5% no primeiro semestre de 2007, quando comparado com o mesmo período do ano anterior, para 71.982 milhões de dobras, com o EBITDA a registar um acréscimo de 12,6%, para 24.112 milhões de dobras. No segmento móvel, a CST adicionou 5 mil novos clientes no primeiro semestre de 2007, atingindo um total de 23 mil clientes no final de Junho de 2007, representando um incremento de 53,4%. O MOU do segmento móvel decresceu 25,4% no primeiro semestre de 2007, situando-se em 60 minutos, em resultado do aumento da base de clientes. O ARPU móvel foi de 287 mil dobras no primeiro semestre de 2007, um decréscimo de 24,9% face a igual período de 2006.

Timor-Leste – Timor Telecom

As receitas operacionais e o EBITDA da Timor Telecom registraram no primeiro semestre de 2007 acréscimos de 42,5% e 57,0%, respectivamente, face ao primeiro semestre de 2006, essencialmente em resultado do aumento dos clientes móveis, bem como do crescimento das receitas de roamers. No segmento móvel, a Timor Telecom adicionou 13 mil novos clientes no primeiro semestre de 2007, atingindo um total de 62 mil clientes no final de Junho de 2007, um acréscimo de 66,0%, em comparação com o mesmo período do ano anterior. O MOU do segmento móvel diminuiu 1,7% no primeiro semestre de 2007, face ao período homólogo, atingindo 103 minutos. O ARPU do segmento móvel foi de 35 dólares no primeiro semestre de 2007, representando um decréscimo de 1,2% face ao primeiro semestre de 2006.

Brasil – UOL

As receitas operacionais da UOL aumentaram 3,9% no primeiro semestre de 2007, quando comparado com o mesmo período do ano anterior, para 247 milhões de reais, em resultado do crescimento da base de clientes e das receitas de publicidade. O EBITDA registou um acréscimo de 30,4% para 82 milhões de reais no primeiro semestre de 2007, correspondendo a uma margem EBITDA de 33,1%, reflectindo o crescimento das receitas de publicidade e das receitas de assinatura, bem como o controlo rigoroso de custos. A base de clientes da UOL atingiu 1.701 mil no final de Junho de 2007, incluindo 915 mil clientes de banda larga, que registaram um crescimento de 31% no período. Em Junho de 2007, o número de páginas vistas e de visitantes únicos aumentou 17% e 36%, respectivamente, face ao período homólogo.

03 _ Recursos humanos

Número de trabalhadores e rácios de produtividade

	30 Jun 2007	30 Jun 2006	Variação	Δ 07/06
Mercado doméstico				
Rede fixa	6.979	7.723	(744)	(9,6%)
Móvel Portugal _ TMN	1.126	1.165	(39)	(3,3%)
Outros	2.979	2.965	14	0,5%
Mercado internacional	20.140	18.330	1.810	9,9%
Móvel Brasil _ Vivo ⁽¹⁾	2.747	2.884	(137)	(4,8%)
Outros	17.393	15.446	1.947	12,6%
Trabalhadores do Grupo	31.224	30.183	1.041	3,4%
Acessos fixos por trabalhador	622	574	48	8,4%
Cartões móveis por trabalhador				
TMN	5.163	4.603	561	12,2%
Vivo	5.504	4.945	559	11,3%

⁽¹⁾ O número de trabalhadores do segmento móvel Brasil corresponde a 50% dos trabalhadores da Vivo.

No final de Junho de 2007, a PT tinha 31.224 trabalhadores, dos quais 35,5% em Portugal. No negócio de rede fixa, o número de acessos por trabalhador aumentou 8,4% no primeiro semestre de 2007, face ao mesmo período do ano anterior, para 622 linhas, reflectindo o programa de redução de efectivos em curso, enquanto que na TMN o número de cartões por trabalhador aumentou 12,2% para 5.163. No final de Junho de 2007, o número total de trabalhadores da Vivo diminuiu 4,8% para 5.494 trabalhadores, tendo o número de cartões por trabalhador aumentado 11,3% para 5.504 cartões.

No âmbito do programa de racionalização de custos, a PT continuou com o seu programa de redução de efectivos, tendo-se registado no primeiro semestre de 2007 saídas de 253 trabalhadores, dos quais 202 da rede fixa.

04 _ Eventos do semestre e desenvolvimentos recentes

Remuneração accionista

27.ABR.07 | Os accionistas da PT aprovaram, em Assembleia Geral anual de accionistas, as seguintes deliberações no âmbito do pacote de remuneração accionista:

- > A distribuição de um dividendo de 47,5 céntimos por acção relativo ao exercício de 2006, tendo o respectivo pagamento ocorrido no dia 18 de Maio.
- > A atribuição gratuita aos accionistas da totalidade das acções da PT Multimédia detidas pela PT. Neste âmbito, a cada accionista da PT será atribuído o número de acções da PT Multimédia resultante da aplicação do factor 0,16 ao número de acções da PT detidas no momento da atribuição, com arredondamento por defeito, o que corresponde a 4 acções da PT Multimédia por cada 25 acções da PT.
- > A aquisição de acções próprias, em conexão com programa de recompra de acções anunciado. Neste âmbito, a PT contratou com diversas instituições financeiras, até à data deste relatório, instrumentos financeiros derivados (equity swaps) sobre um total de 101.237.196 acções, representativas de 8,97% do capital social da PT.

Capital social

27.ABR.07 | Os accionistas da PT aprovaram, em Assembleia Geral anual de accionistas, um aumento do capital social para 474.119.730 euros, por incorporação do montante de 79.019.955 euros da reserva legal. Na mesma Assembleia Geral, os accionistas aprovaram uma redução do capital social no montante de 440.254.035 euros para 33.865.695 euros, através da redução do valor nominal das acções para 3 céntimos.

22.MAI.07 | A PT procedeu à escritura pública das operações de aumento e redução de capital referidas anteriormente, passando assim o seu capital social a ser de 33.865.695 euros, representado por 1.128.856.500 acções com o valor nominal de 3 céntimos cada.

Aquisição da Telemig Participações e da Tele Norte Participações

03.AGO.07 | A Vivo anunciou a assinatura de um contrato de compra e venda com a Telpart Participações com vista à aquisição do controlo da Telemig Celular Participações e da Tele Norte Celular Participações, correspondentes a 22,72% e 19,34% do capital social, respectivamente, por um valor total agregado de 1,2 mil milhões de reais. Considerando a aceitação total em todas as ofertas obrigatórias e voluntárias, a Vivo adquirirá uma participação económica de 58,2% na Telemig Celular e 54,6% na Amazônia Celular, por um valor agregado de aproximadamente 2,9 mil milhões de reais (incluindo o valor dos direitos de subscrição de 87 milhões de reais, a serem adquiridos pela Telpart). Com esta transacção a Vivo acrescenta dois activos atractivos ao seu portfolio, reforçando a sua liderança no mercado de serviços de telecomunicações móveis, com 35 milhões de clientes e uma quota de 33% no mercado nacional.

Dívida

05.MAR.07 | A Moody's confirmou o seu rating para a PT em Baa2, com outlook estável, na sequência do insucesso da OPA. A Fitch Ratings também confirmou o seu rating para a PT em BBB, com outlook negativo.

16.MAR.07 | A Standard & Poor's confirmou o seu rating para a PT em BBB-, com outlook estável, na sequência do insucesso da OPA.

03.JUL.07 | A PT emitiu com sucesso uma oferta de exchangeable bonds no montante de 750 milhões de euros, com uma maturidade de sete anos. O cupão foi fixado em 4,125% e o preço de conversão em 13,9859 euros.

Órgãos sociais

02.MAR.07 | Aprovação em Assembleia Geral da eleição do vice-presidente da Mesa da Assembleia Geral, Daniel Proença de Carvalho, e do secretário da Mesa da Assembleia Geral, Francisco Leal Barona, na sequência da cessação de funções dos anteriores titulares, bem como a ratificação da cooptação do administrador Nuno de Almeida e Vasconcellos, para completar o mandato, em ambos os casos, correspondente ao triénio 2006-2008.

22.JUN.07 | Aprovação em Assembleia Geral das seguintes deliberações:

- > Alteração dos estatutos face à reforma do Código das Sociedades Comerciais que visou, nomeadamente, a adopção do modelo de governo anglo-saxónico, passando a fiscalização da Sociedade a ser assegurada por uma Comissão de Auditoria composta por membros do Conselho de Administração e por um revisor oficial de contas;
- > Alteração da composição do Conselho de Administração de 21 para 23 membros e eleição de Rafael Mora Funes e de José Xavier de Basto como membros do Conselho de Administração para completar o mandato correspondente ao triénio 2006-2008.
- > Eleição dos administradores João Mello Franco (presidente), Thomaz Paes de Vasconcellos e José Xavier de Basto como membros da Comissão de Auditoria, para o mandato correspondente ao triénio 2006-2008.

- > Eleição da sociedade P. Matos Silva, Garcia Jr., P. Caiado & Associados, SROC, representada por Pedro Matos Silva como revisor oficial de contas efectivo e da sociedade Ascenção, Gomes, Cruz & Associado – SROC, representada por Mário Gomes como revisor oficial de contas suplente, para o mandato correspondente ao triénio 2006-2008.
- > Eleição de Eduardo Vera-Cruz Pinto como vice-presidente da Mesa da Assembleia Geral, na sequência da renúncia apresentada pelo anterior vice-presidente, para completar o mandato correspondente ao triénio 2006-2008.
- > Eleição de Álvaro Pinto Correia, João Mello Franco e Francisco Esteves de Carvalho como membros da Comissão de Vencimentos, em substituição dos membros cessantes.

Sanção da Autoridade da Concorrência

02.AGO.07 | A Autoridade da Concorrência portuguesa notificou a PT de uma sanção por alegado abuso de posição dominante por recusa de cedência de espaços nas suas condutas, aplicando uma coima de 38 milhões de euros. Com base em opiniões legais, a PT decidiu não provisionar esta contingência, dado que considera que o resultado será, em última instância, favorável à Empresa.

Oferta pública de aquisição

12.JAN.07 | A PT divulgou uma actualização ao relatório do Conselho de Administração sobre a oferta pública de aquisição anunciada pela Sonaecom. Nesse mesmo dia, a PT foi notificada pela CMVM da decisão de registo da oferta.

20.FEV.07 | A PT divulgou uma actualização ao relatório do Conselho de Administração, na sequência da revisão da contrapartida da oferta pública de aquisição anunciada pela Sonaecom em 15 de Fevereiro de 2007.

27.FEV.07 | A PT anunciou um esclarecimento sobre o pacote de remuneração accionista divulgado na actualização ao relatório do seu Conselho de Administração, de 20 de Fevereiro de 2007, sobre a revisão da contrapartida da oferta.

01.MAR.07 | Na sequência da alteração do prospecto relativo à oferta lançada pelas sociedades Sonaecom SGPS e Sonaecom BV, o Conselho de Administração da PT anunciou que as alterações ao prospecto efectuadas pelas oferentes em nada alteraram a contrapartida e termos da oferta revista anunciada, apenas explicitaram as condições de financiamento da oferta, nomeadamente a venda de activos e afectação, através do pagamento de dividendos, dos resultados da PT para o serviço da dívida contraída pelas oferentes. Desta forma, o Conselho de Administração reiterou integralmente a posição manifestada e os compromissos assumidos no seu relatório de 20 de Fevereiro.

02.MAR.07 | Os accionistas rejeitaram, com maioria dos votos emitidos na Assembleia Geral, a proposta relativa à alteração dos estatutos que constituía a condição necessária para a concretização da oferta lançada pela Sonaecom. Deste modo, e de acordo com o entendimento da CMVM, a oferta pública de aquisição lançada pela Sonaecom sobre a PT e sobre a PT Multimédia, bem como os respectivos efeitos, consideraram-se extintos.

Lisboa, 21 de Setembro de 2007

O Conselho de Administração

Demonstrações financeiras consolidadas

página

nota

38	Demonstração dos resultados consolidados
39	Balanço consolidado
40	Demonstração dos ganhos e perdas consolidados reconhecidos
41	Demonstração consolidada dos fluxos de caixa
42	Notas às demonstrações financeiras consolidadas
42	1 Nota introdutória
43	2 Bases de apresentação
46	3 Principais políticas contabilísticas, julgamentos e estimativas
56	4 Alterações de políticas e estimativas
56	5 Cotações utilizadas para conversão de transacções em moeda estrangeira
57	6 Receitas operacionais
58	7 Composição do resultado líquido por segmentos de negócio
63	8 Custos com pessoal
64	9 Custos com benefícios de reforma
71	10 Custos directos dos serviços prestados
72	11 Custo das mercadorias vendidas
72	12 Fornecimentos e serviços externos
73	13 Locação operacional
73	14 Impostos indirectos
73	15 Outros custos, líquidos
74	16 Perdas (ganhos) em activos financeiros
74	17 Outros custos (ganhos) financeiros
74	18 Impostos e taxas
77	19 Operações descontinuadas
79	20 Interesses minoritários
79	21 Dividendos
80	22 Resultados básicos por acção
80	23 Investimentos de curto prazo
81	24 Contas a receber – clientes

As demonstrações financeiras consolidadas para o semestre findo em 30 de Junho de 2007 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 21 de Setembro de 2007.

página	nota
81	25 Contas a receber – outros
82	26 Existências
82	27 Impostos a pagar e a recuperar
83	28 Custos diferidos
84	29 Outros activos correntes e não correntes
84	30 Investimentos em empresas participadas
86	31 Outros investimentos
87	32 Activos intangíveis
90	33 Activos tangíveis
91	34 Empréstimos obtidos
95	35 Contas a pagar – outros
95	36 Acréscimos de custos
95	37 Proveitos diferidos
96	38 Provisões e ajustamentos
98	39 Outros passivos correntes e não correntes
98	40 Capital próprio
101	41 Instrumentos financeiros
109	42 Garantias e compromissos financeiros
110	43 Demonstração dos fluxos de caixa
113	44 Partes relacionadas
115	45 Processos judiciais em curso
119	46 Normas contabilísticas recentes
120	47 Eventos subsequentes
121	Anexo – detalhe das empresas participadas
121	I. Empresas subsidiárias
125	II. Empresas associadas
127	III. Empresas consolidadas pelo método proporcional

Demonstração dos resultados consolidados

semestres findos em 30 de Junho de 2007 e 2006

euros

	Notas	2007	2006
OPERAÇÕES CONTINUADAS			
RECEITAS			
Prestações de serviços	6	2.747.742.700	2.556.794.627
Vendas	6	167.468.510	208.284.238
Outras receitas	6	40.584.052	40.607.736
		2.955.795.262	2.805.686.601
CUSTOS, DESPESAS, PERDAS (GANHOS)			
Custos com o pessoal	8	322.613.187	332.229.740
Custos com benefícios de reforma, líquidos	9	(17.298.216)	23.940.500
Custos directos dos serviços prestados	10	428.105.234	312.647.921
Custo das mercadorias vendidas	11	276.366.840	285.985.046
Serviços de suporte		101.953.752	104.418.534
Marketing e publicidade		65.381.821	65.242.548
Fornecimentos e serviços externos	12	458.893.356	453.105.204
Impostos indirectos	14	97.341.072	89.939.216
Provisões e ajustamentos	38	75.611.650	142.624.027
Amortizações	32 e 33	540.605.368	557.151.050
Custos com o programa de redução de efectivos	9	84.432.992	25.048.991
Perdas com a alienação de activos fixos, líquidas		11.706.841	(433.158)
Outros custos, líquidos	15	14.936.043	20.160.368
		2.460.649.940	2.412.059.987
Resultado antes de resultados financeiros e impostos		495.145.322	393.626.614
Juros líquidos		90.850.738	110.660.509
Ganhos com variações cambiais		(2.635.303)	(1.628.109)
Perdas (ganhos) em activos financeiros	16	(142.384.175)	12.801.863
Ganhos em empresas participadas	30	(52.869.542)	(45.611.963)
Outros custos financeiros	17	17.897.155	29.662.109
		(89.141.127)	105.884.409
Resultado antes de impostos		584.286.449	287.742.205
Imposto sobre o rendimento	18	141.098.400	(65.394.913)
Resultado das operações continuadas		443.188.049	353.137.118
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS			
Resultado das operações descontinuadas	19	28.639.541	45.174.093
RESULTADO LÍQUIDO		471.827.590	398.311.211
Atribuível a interesses minoritários	20	42.742.980	(3.225.416)
Atribuível a accionistas da Portugal Telecom	22	429.084.610	401.536.627
Resultado por acção das operações continuadas			
Básico	22	0,38	0,34
Diluído	22	0,38	0,33
Resultado líquido por acção			
Básico	22	0,39	0,36
Diluído	22	0,39	0,35

As notas fazem parte integrante desta demonstração de resultados consolidados.

Balanço consolidado

30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006

	Notas	30 Jun 07	31 Dez 06
		euros	
ACTIVO			
Activo corrente			
Caixa e equivalentes de caixa		462.982.493	548.464.617
Investimentos de curto prazo	23	888.426.845	1.535.233.729
Contas a receber – clientes	24	1.195.594.867	1.181.912.412
Contas a receber – outros	25	192.056.226	218.912.177
Existências	26	152.133.928	130.280.564
Impostos a recuperar	27	175.099.938	211.747.572
Custos diferidos	28	126.599.888	121.714.749
Outros activos correntes	29	89.858.639	50.405.004
Total do activo corrente		3.282.752.824	3.998.670.824
Activo não corrente			
Contas a receber – clientes	24	13.402.844	916.813
Contas a receber – outros	25	5.777.362	15.237.939
Impostos a recuperar	27	131.952.465	124.531.128
Custos diferidos		3.859.574	2.628.424
Investimentos em empresas participadas	30	485.209.936	499.098.279
Outros investimentos	31	34.805.831	132.391.079
Activos intangíveis	7.d e 32	3.165.277.091	3.490.881.263
Activos tangíveis	7.d e 33	3.566.292.220	3.942.033.190
Benefícios de reforma	9	123.363.052	134.060.519
Activos por impostos diferidos	18	983.297.937	1.167.007.154
Outros activos não correntes	29	566.963.551	663.792.688
Activos relacionados com operações descontinuadas	7.d e 19	1.105.918.714	–
Total do activo não corrente		10.186.120.577	10.172.578.476
Total do activo		13.468.873.401	14.171.249.300
PASSIVO			
Passivo corrente			
Dívida de curto prazo	34	1.372.617.103	1.372.724.030
Contas a pagar	35	889.351.668	1.115.089.223
Acréscimos de custos	36	533.582.348	680.217.532
Proveitos diferidos	37	216.509.040	215.738.311
Impostos a pagar	27	302.962.039	316.962.828
Provisões	38	130.325.371	105.151.491
Outros passivos correntes	39	125.869.815	82.495.889
Total do passivo corrente		3.571.217.384	3.888.379.304
Passivo não corrente			
Dívida de médio e longo prazo	34	4.259.239.452	4.467.537.132
Impostos a pagar	27	39.472.776	25.787.484
Proveitos diferidos	37	14.024.974	380.097
Provisões	38	105.020.955	102.633.567
Benefícios de reforma	9	1.378.597.016	1.807.570.587
Passivos por impostos diferidos	18	69.541.104	90.377.817
Outros passivos não correntes	39	593.372.578	682.545.374
Passivos relacionados com operações descontinuadas	7.d e 19	549.665.191	–
Total do passivo não corrente		7.008.934.046	7.176.832.058
Total do passivo		10.580.151.430	11.065.211.362
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital social	40	33.865.695	395.099.775
Acções próprias	40	(776.772.019)	(187.612.393)
Reserva legal	40	6.773.139	82.706.881
Resultados acumulados	40	2.739.107.187	1.965.055.467
Capital próprio excluindo interesses minoritários		2.002.974.002	2.255.249.730
Interesses minoritários	20	885.747.969	850.788.208
Total do capital próprio		2.888.721.971	3.106.037.938
Total do capital próprio e do passivo		13.468.873.401	14.171.249.300

As notas fazem parte integrante deste balanço consolidado.

Demonstração dos ganhos e perdas consolidados reconhecidos

semestres findos em 30 de Junho de 2007 e 2006

	Notas	2007	2006
Resultados consolidados reconhecidos directamente no capital próprio			
Benefícios de reforma			euros
Ganhos actuariais líquidos	9.6	321.609.170	247.232.776
Impacto fiscal	18	(85.226.430)	(67.556.356)
Instrumentos financeiros			
Derivados de cobertura (i)	41	(4.766.775)	17.902.619
Investimentos disponíveis para venda			
Variações no valor de mercado	31	15.093.348	(2.575.305)
Transferências para resultados no momento da venda	16	(35.698.600)	–
Impacto fiscal	18	7.349.740	(4.215.011)
Ajustamentos de conversão cambial (ii)		207.838.465	(40.137.433)
Outros custos reconhecidos directamente na situação líquida, líquidos (iii)		(1.892.814)	(3.688.099)
		424.306.104	146.963.191
Resultados reconhecidos na demonstração dos resultados consolidados			
Total de resultados reconhecidos		471.827.590	398.311.211
Atribuível a interesses minoritários		896.133.694	545.274.402
Atribuível a accionistas da Portugal Telecom		853.390.714	548.499.818

As notas fazem parte integrante desta demonstração dos ganhos e perdas consolidados reconhecidos.

(i) Nos primeiros semestres de 2007 e 2006, esta rubrica inclui um custo de 9 milhões de euros e um proveito de 2 milhões de euros, respectivamente, os quais foram transferidos para a demonstração de resultados em virtude do recebimento e pagamento desses montantes. Adicionalmente, esta rubrica inclui ganhos de 4 milhões de euros e 16 milhões de euros no primeiro semestre de 2007 e 2006, respectivamente, referentes à variação no valor de mercado destes derivados, em linha com o aumento nas taxas de juro do mercado. (ii) O ganho registado no primeiro semestre de 2007, refere-se essencialmente à valorização do Real face ao Euro de 2,8118 em 31 de Dezembro de 2006, para 2,6024 em 30 de Junho de 2007, e as perdas reconhecidas no primeiro semestre de 2006 resultam essencialmente da desvalorização do Real face ao Euro de 2,744 em 31 de Dezembro de 2005 para 2,7829 em 30 de Junho de 2006. (iii) Esta rubrica inclui essencialmente outros ganhos e perdas reconhecidos directamente no capital próprio, bem como o imposto corrente relativo a esses e outros ganhos ou perdas reconhecidos directamente no capital próprio. Nos primeiros semestres de 2007 e 2006, o imposto corrente reconhecido directamente no capital próprio ascendeu a 4.437.430 euros e 2.667.726 euros, respectivamente (Nota 27), e está relacionado com o efeito fiscal sobre os ganhos relativos aos equity swaps sobre acções próprias.

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

semestres findos em 30 de Junho de 2007 e 2006

	Notas	2007	2006
ACTIVIDADES OPERACIONAIS			euros
Recebimentos de clientes		3.398.921.350	3.289.356.537
Pagamentos a fornecedores		(1.752.863.314)	(1.687.127.370)
Pagamentos ao pessoal		(355.859.645)	(380.282.560)
Pagamentos relativos a impostos indirectos, taxas e outros	43.a	(304.473.149)	(276.887.441)
Pagamentos relacionados com benefícios de reforma	9	(161.344.169)	(434.611.066)
Pagamentos relacionados com o imposto sobre o rendimento	43.b	(107.762.732)	(20.853.879)
Fluxos das actividades operacionais de operações continuadas		716.618.341	489.594.221
Fluxos das actividades operacionais de operações descontinuadas	19	126.527.500	106.115.849
Fluxos das actividades operacionais (1)		843.145.841	595.710.070
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimentos provenientes de			
Aplicações financeiras de curto prazo	43.c	8.768.489.704	12.250.416.140
Investimentos financeiros	43.d	115.298.232	—
Activos tangíveis e intangíveis		4.862.109	4.398.230
Juros e proveitos similares		99.677.026	136.829.625
Dividendos	43.e	38.026.820	13.246.119
Outras actividades de investimento	43.f	127.003.463	27.902.978
		9.153.357.354	12.432.793.092
Pagamentos respeitantes a			
Aplicações financeiras de curto prazo	43.c	(8.121.682.820)	(10.172.017.196)
Investimentos financeiros	43.g	(1.196.622)	(34.491.057)
Activos tangíveis e intangíveis		(400.270.030)	(337.359.253)
Outras actividades de investimento		(12.988.885)	(21.699.682)
		(8.536.138.357)	(10.565.567.188)
Fluxos das actividades de investimento de operações continuadas		617.218.997	1.867.225.904
Fluxos das actividades de investimento de operações descontinuadas	19	(46.364.829)	(72.524.912)
Fluxos das actividades de investimento (2)		570.854.168	1.794.700.992
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de			
Empréstimos obtidos	43.h	6.447.022.308	5.493.662.944
Subsídios		984.420	1.379.363
Outras actividades de financiamento		430.649	92.069
		6.448.437.377	5.495.134.376
Pagamentos respeitantes a			
Empréstimos obtidos	43.h	(7.088.053.295)	(7.202.751.303)
Amortizações de contratos de locação financeira		(7.554.596)	(5.639.327)
Juros e custos similares		(290.388.184)	(384.603.373)
Dividendos/distribuição de resultados	43.i	(529.015.031)	(530.382.158)
Outras actividades de financiamento	43.j	(23.344.540)	(64.574.270)
		(7.938.355.646)	(8.187.950.431)
Fluxos das actividades de financiamento de operações continuadas		(1.489.918.269)	(2.692.816.055)
Fluxos das actividades de financiamento de operações descontinuadas	19	5.994.601	(41.024.316)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(1.483.923.668)	(2.733.840.371)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		(69.923.659)	(343.429.309)
Efeito das diferenças de câmbio		21.107.165	2.216.941
Caixa e seus equivalentes no início do período		548.464.617	612.158.485
Caixa e seus equivalentes das operações continuadas		462.982.493	270.946.117
Caixa e seus equivalentes das operações descontinuadas		36.665.630	—
Caixa e seus equivalentes no fim do período		499.648.123	270.946.117

As notas fazem parte integrante desta demonstração consolidada dos fluxos de caixa.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas

em 30 de Junho de 2007

(montantes expressos em euros, excepto quando indicado)

1 Nota introdutória

a) Empresa-mãe

A Portugal Telecom, SGPS, SA (“Portugal Telecom”, empresa anteriormente denominada Portugal Telecom, SA) e as suas empresas participadas que integram o seu universo empresarial (“Grupo”, “Grupo Portugal Telecom” ou “Empresa”) operam essencialmente no sector das telecomunicações e multimédia, em Portugal e no estrangeiro, nomeadamente no Brasil.

A empresa-mãe do Grupo é a Portugal Telecom, uma empresa constituída em 23 de Junho de 1994 nos termos do Decreto-Lei n.º 122/94, por fusão das empresas Telecom Portugal, SA (“Telecom Portugal”), Telefones de Lisboa e Porto, SA (“TLP”) e Teledifusora de Portugal, SA (“TDP”). Por escritura pública realizada em 12 de Dezembro de 2000, a Portugal Telecom, SA alterou a sua denominação social para Portugal Telecom, SGPS, SA, tendo modificado o seu objecto social para sociedade gestora de participações sociais.

Em resultado das cinco operações de privatização iniciadas em 1 de Junho de 1995 e terminadas em 4 de Dezembro de 2000, o capital da Portugal Telecom é detido maioritariamente por accionistas privados. Em 30 de Junho de 2007, o Estado Português e as entidades por si controladas, directa ou indirectamente, detêm 7,75% do capital da Portugal Telecom e todas as acções da Categoria A (Nota 40.1).

As acções da Portugal Telecom encontram-se cotadas na Euronext Lisbon e na NYSE – New York Stock Exchange.

b) Actividade

Operações continuadas

O Grupo opera essencialmente nos sectores de telecomunicações em Portugal e no estrangeiro, nomeadamente no Brasil.

Em Portugal, a prestação do serviço fixo de telefone é efectuada pela PT Comunicações, SA (“PT Comunicações”), no âmbito do Contrato de Concessão do Serviço Público de Telecomunicações celebrado em 20 de Março de 1995, de acordo com o Decreto-Lei n.º 40/95, por um período inicial de 30 anos, sujeito a renovações subsequentes por períodos de 15 anos. Este contrato foi modificado de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros de 11 de Dezembro de 2002, que incorpora o Acordo Modificativo do Contrato de Concessão, em resultado de a PT Comunicações ter celebrado com o Estado Português um contrato de compra e venda da Rede Básica de Telecomunicações e Telex (“Rede Básica”).

A prestação do serviço de transmissão de dados é assegurada pela PT Prime – Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, SA (“PT Prime”), que desenvolve igualmente a prestação do serviço de Internet Service Provider (ISP) a grandes clientes.

O serviço de ISP, ADSL e dial-up para clientes residenciais e pequenas e médias empresas é prestado pela PT.COM – Comunicações Interactivas, SA (“PT.COM”), que presta igualmente serviços de concepção e de disponibilização de espaços publicitários e informação em portais de Internet.

Os serviços de telecomunicações móveis são prestados pela TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais, SA (“TMN”), através do sistema global de comunicações móveis (GSM), cuja licença foi concedida pelo Estado português em 1992 (por um período de 15 anos), renovada em 2006 até 16 de Março de 2022, e do sistema de telecomunicações móveis universais (UMTS), cuja licença foi obtida em 19 de Dezembro de 2000 (por um período de 15 anos).

No Brasil, o Grupo presta o serviço móvel terrestre de telecomunicações através da sua participação na Brasilcel NV (“Brasilcel” ou “Vivo”), a joint-venture constituída no final de 2002 entre o Grupo Portugal Telecom (através da PT Móveis, SGPS, SA – “PT Móveis”) e o Grupo Telefónica (através da Telefónica Móviles, SA) para agregar as operações de telecomunicações móveis dos dois grupos no Brasil. A Brasilcel, através da empresa Vivo, SA, desenvolve a sua actividade nos Estados brasileiros de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Rio Grande do Sul e outros onze estados nas regiões Norte e Centro-Oeste. Em Julho de 2007, a Vivo acordou um programa de compra de acções com a Telpart Participações SA (“Telpart”) para a obtenção do controlo da Telemig Celular Participações SA (“Telemig Participações”) e da Tele Norte Cellular Participações SA (“Tele Norte Participações”), operadores de telecomunicações móveis no Estado Brasileiro de Minas Gerais e Estados na região da Amazónia.

Operações descontinuadas

A PT Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA (“PT Multimédia”) é a sub-holding do Grupo para os negócios multimédia. Através da TV Cabo Portugal, SA (“TV Cabo”), a PT Multimédia presta o serviço de televisão por cabo e satélite e serviços de voz e internet em Portugal continental, Madeira e Açores. A PT Multimédia desenvolve igualmente actividades nas áreas de audiovisuais, sendo as áreas mais significativas a distribuição de filmes através da Lusomundo Audiovisuais, SA (“Lusomundo Audiovisuais”) e a exploração de salas de cinema através da Lusomundo Cinemas, SA (“Lusomundo Cinemas”).

Na última Assembleia Geral de Accionistas da Portugal Telecom realizada em 27 de Abril de 2007, foi aprovada a entrega a título de dividendo (spin-off) de todas as acções ordinárias da PT Multimédia detidas pela Portugal Telecom aos seus accionistas. Em resultado desta decisão, os activos, passivos e resultados deste negócio foram apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas na rubrica “Operações descontinuadas” (Nota 19).

As demonstrações financeiras consolidadas para o semestre findo em 30 de Junho de 2007 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 21 de Setembro de 2007.

2

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram apresentadas em euros por esta ser a moeda principal das operações do Grupo. As demonstrações financeiras das empresas participadas em moeda estrangeira foram convertidas para euros de acordo com as políticas contabilísticas descritas na Nota 3.q.

As demonstrações financeiras consolidadas da Portugal Telecom foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”), tal como adoptadas pela União Europeia e com todas as interpretações do International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”) que estavam em vigor em 30 de Junho de 2007. No caso da Portugal Telecom, não existem diferenças entre os IFRS adoptados pela União Europeia e os IFRS publicados pelo International Accounting Standards Board.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas subsidiárias (Anexo I).

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com os IFRS, o Conselho de Administração adoptou certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos reportados, bem como os proveitos e custos relativos aos períodos reportados (Nota 3).

a) Princípios de consolidação

Empresas controladas

A Portugal Telecom consolidou integralmente as demonstrações financeiras de todas as empresas controladas. Considera-se existir controlo quando o Grupo detém, directa ou indirectamente, a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral da empresa subsidiária ou tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais dessa empresa. Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades constituídas com um fim específico, ainda que não possua a maioria dos direitos de voto, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral. As entidades consolidadas integralmente encontram-se indicadas no Anexo I.

A participação de terceiros no capital próprio e no resultado líquido das empresas incluídas na consolidação é apresentada separadamente no balanço consolidado e na demonstração dos resultados consolidados, respectivamente, na rubrica de “Interesses minoritários” (Nota 20).

Quando os prejuízos atribuíveis aos accionistas minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio da empresa subsidiária, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, excepto quando os accionistas minoritários tenham a obrigação e sejam capazes de cobrir esses prejuízos. Se a empresa subsidiária subsequentemente reportar lucros, o Grupo apropria-se de todos os lucros até que a parte dos prejuízos atribuível aos accionistas minoritários e que foram absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

Para as aquisições realizadas a partir de 1 de Janeiro de 2004, os activos, passivos e passivos contingentes de uma subsidiária são mensurados pelo respectivo justo valor na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos activos líquidos identificáveis é registado como goodwill. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos activos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre a aquisição. Os interesses de accionistas minoritários são apresentados pela respectiva proporção do justo valor dos activos e passivos identificados.

Os resultados das empresas subsidiárias adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua alienação, respectivamente.

As transacções e saldos significativos entre essas empresas foram eliminados no processo de consolidação. As mais-valias, decorrentes das transacções entre empresas do Grupo, são igualmente anuladas.

Sempre que necessário, são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas controladas tendo em vista a uniformização das respectivas políticas contabilísticas com as do Grupo.

Empresas controladas conjuntamente

As participações financeiras em empresas controladas conjuntamente são consolidadas pelo método de consolidação proporcional, desde a data em que o controlo conjunto é adquirido. De acordo com este método, os activos, passivos, proveitos e custos destas empresas foram integrados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, rubrica a rubrica, na proporção da percentagem de controlo atribuível ao Grupo. A classificação dos investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente é determinada com base na existência de acordos parassociais que demonstrem e regulem o controlo conjunto.

Todos os saldos e transacções entre empresas são eliminados, na proporção da percentagem de controlo atribuível ao Grupo.

As empresas controladas conjuntamente encontram-se indicadas no Anexo III.

Empresas associadas

Uma associada é uma entidade na qual o Grupo exerce influência significativa, através da participação nas decisões relativas às suas políticas financeiras e operacionais, mas não detém controlo ou controlo conjunto sobre essas políticas.

Os investimentos financeiros em empresas associadas (Anexo II) encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações financeiras sobre empresas associadas são reconhecidas no balanço consolidado ao custo e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das mesmas por contrapartida de resultados financeiros na rubrica de “Ganhos e perdas em empresas participadas” (Nota 30) e por contrapartida de outras variações ocorridas nos activos líquidos adquiridos. Adicionalmente, as participações financeiras poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas por imparidade.

As perdas em empresas associadas em excesso ao investimento efectuado nessas entidades não são reconhecidas, excepto quando o Grupo tenha assumido compromissos de cobrir essas perdas.

Qualquer excesso do custo de aquisição de um investimento financeiro sobre o justo valor líquido dos activos, passivos e passivos contingentes da empresa associada na respectiva data de aquisição do investimento é registado como goodwill. O goodwill é adicionado ao valor do respectivo investimento financeiro e a sua recuperação é analisada anualmente como parte integrante do investimento financeiro. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos activos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho na demonstração dos resultados do período em que ocorre a aquisição.

Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

Os ganhos e perdas ocorridos em transacções com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada, por contrapartida do valor do investimento financeiro nessa mesma associada.

Activos não correntes detidos para venda e empresas em liquidação

Os activos não correntes e empresas/grupos em liquidação são classificados como detidos para venda se o respectivo valor for realizável através de uma transacção de venda, ao invés de o ser através do seu uso continuado. Considera-se que esta situação se verifica apenas quando: (i) a venda é muito provável e o activo está disponível para venda imediata nas suas actuais condições; (ii) o Grupo assumiu um compromisso de vender; e (iii) é expectável que a venda se concretize num período de 12 meses. Neste caso, os activos não correntes e empresas em processo de venda deverão ser mensurados pelo menor do valor contabilístico e do respectivo justo valor deduzido dos custos da venda.

Goodwill

O goodwill representa o excesso do custo de aquisição sobre o justo valor líquido dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis de uma subsidiária, entidade controlada conjuntamente, ou associada, na respectiva data de aquisição, em conformidade com o estabelecido no IFRS 3. Atendendo à excepção prevista no IFRS 1, o Grupo aplicou as disposições do IFRS 3 apenas às aquisições ocorridas posteriormente a 1 de Janeiro de 2004. Os valores de goodwill correspondentes a aquisições anteriores a 1 de Janeiro de 2004 foram mantidos, ao invés de serem recalculados de acordo com o IFRS 3, sendo sujeitos anualmente a testes de imparidade desde aquela data.

O goodwill relativo a investimentos em empresas sedeadas no estrangeiro encontra-se registado na moeda de reporte dessas filiais, sendo convertido para a moeda de reporte do Grupo (euros) à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na Demonstração dos Ganhos e Perdas Consolidados Reconhecidos na rubrica “Ajustamentos de conversão cambial”.

O goodwill é registado como activo e incluído nas rubricas de “Investimentos em empresas participadas” (Nota 30) e de “Activos intangíveis” (Nota 32). O goodwill não é amortizado, sendo sujeito a testes anuais de imparidade ou sempre que ocorram indícios de uma eventual perda de valor. Qualquer perda por imparidade é registada de imediato como custo na demonstração dos resultados do período e não é susceptível de reversão posterior.

Na alienação de uma empresa controlada, controlada conjuntamente ou associada, o correspondente goodwill é incluído na determinação da mais ou menos-valias.

b) Alterações ocorridas no Grupo

Durante o exercício de 2006, a principal alteração ocorrida no perímetro de consolidação foi a inclusão da Mobile Telecommunications Limited (“MTC”) em resultado da aquisição de uma participação de 34% desta empresa em Setembro de 2006. No âmbito desta aquisição, a Portugal Telecom celebrou com os restantes accionistas um acordo parassocial, que lhe atribui poder para definir e controlar as políticas financeiras e operacionais desta participada. Como tal, a PT consolidou os activos, passivos e resultados desde a data em que o controlo foi transferido.

As demonstrações financeiras consolidadas da Portugal Telecom incluem os activos e passivos da MTC à data de 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006 e os seus resultados para o semestre findo a 30 de Junho de 2007.

Durante o primeiro semestre de 2007, não ocorreram modificações significativas no Grupo.

3 Principais políticas contabilísticas, julgamentos e estimativas

a) Classificação do balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a menos de um ano da data do balanço são classificados, respectivamente, no activo e no passivo como correntes.

b) Existências

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição. As existências são ajustadas pela diferença de preços para os materiais cujo valor de realização é inferior ao custo médio de aquisição, sendo essa dedução por depreciação das existências reconhecida directamente na demonstração dos resultados do período como custo das mercadorias vendidas. Usualmente, estas perdas estão relacionadas com obsolescência tecnológica e custos de aquisição superiores ao preço de venda.

c) Activos tangíveis

Os activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido de amortizações acumuladas, perdas por imparidade acumuladas e subsídios, quando aplicável. O custo de aquisição inclui: (1) o preço de compra do activo; (2) as despesas directamente imputáveis à compra; e (3) os custos estimados de desmantelamento, remoção dos activos e requalificação do local (Notas 3.g e 38). Decorrente da excepção prevista no IFRS 1, as reavaliações efectuadas aos activos tangíveis, de acordo com os índices de actualização monetária previstos na legislação portuguesa, em exercícios anteriores a 1 de Janeiro de 2004, foram mantidas, designando-se esse valor reavaliado como valor de custo para efeitos de IFRS.

A amortização dos activos tangíveis, deduzidos do seu valor residual, é realizada de acordo com o método das quotas constantes, a partir do mês em que se encontram disponíveis para utilização, durante a vida útil dos activos, a qual é determinada em função da utilidade esperada.

As taxas de amortização praticadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
Edifícios e outras construções	3-50
Equipamento básico	
Instalações e equipamento de rede – interior e exterior	4-20
Equipamento de comutação	5-10
Equipamento terminal	5-10
Cabos submarinos	15-20
Estações, equipamento e instalações de satélites	15
Outros equipamentos de telecomunicações	3-10
Outro equipamento básico	4-20
Equipamento de transporte	4-8
Ferramentas e utensílios	4-10
Equipamento administrativo	3-10
Outras imobilizações corpóreas	3-10

As perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, bem como as perdas por imparidade, são reconhecidas como uma dedução ao valor do activo respectivo por contrapartida de resultados do período. Os encargos com manutenção e reparações de natureza corrente são registados como custo, quando incorridos. Os custos significativos incorridos com renovações ou melhorias significativas nos activos tangíveis são capitalizados e amortizados no correspondente período estimado de recuperação desses investimentos, quando seja provável a existência de benefícios económicos futuros associados ao item e quando os mesmos possam ser mensurados de uma forma fiável.

A partir do momento em que determinados bens de imobilizado passam a ser considerados como “detidos para venda”, cessa a amortização inherente e passam a ser classificados como activos correntes disponíveis para venda. Os ganhos e perdas nas alienações de activos tangíveis, determinados pela diferença entre o valor de venda e o respectivo valor contabilístico, são contabilizados em resultados na rubrica “Perdas e ganhos com a alienação de activos fixos”.

d) Activos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidade, quando aplicável. Os activos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles adviem benefícios económicos futuros para o Grupo e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os activos intangíveis são constituídos basicamente por goodwill (Nota 2.a), licenças de telecomunicações e outros direitos conexos e licenças de utilização de software.

Os activos intangíveis gerados internamente, nomeadamente as despesas com investigação e desenvolvimento, são registados como custo quando incorridas. As despesas de desenvolvimento apenas são reconhecidas como activo intangível na medida em que se demonstre a capacidade técnica para completar o activo, a fim de o mesmo estar disponível para uso ou comercialização.

Os activos intangíveis, excluindo o goodwill, são amortizados pelo método das quotas constantes, por duodécimos, a partir do início do mês em que se encontram disponíveis para utilização. As taxas de amortização praticadas são como segue:

Licenças de telecomunicações	Período das licenças
Licenças de Banda A e de Banda B detidas pela Vivo	Período das licenças
Propriedade da rede básica detida pela PT Comunicações	Período da concessão (até 2025)
Licença UMTS detida pela TMN	Período da licença (até 2015)
Direitos de aquisição de capacidade	Período dos contratos
Licenças de utilização de software	3 – 6 anos
Outros activos intangíveis	3 – 8 anos

No âmbito da metodologia de imputação do preço de compra da MTC, efectuado no final de 2006, a Portugal Telecom identificou um activo intangível relacionado com o acordo celebrado com os restantes accionistas da MTC, o qual permite à PT controlar a MTC. Este acordo não tem qualquer prazo definido, pelo que o respectivo activo intangível não está a ser amortizado, sendo no entanto objecto de teste de imparidade.

e) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem essencialmente imóveis e terrenos detidos para auferir rendimento ou valorização do capital, ou ambos, e não para utilização no decurso da actividade corrente dos negócios.

As propriedades de investimento são registadas ao custo de aquisição acrescido das despesas de compra e registo de propriedade, deduzidos de amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável. Os custos incorridos (manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades), a par dos rendimentos e rendas obtidos com propriedades de investimento, são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem.

f) Imparidade de activos tangíveis e intangíveis, excluindo goodwill

As empresas do Grupo efectuam periodicamente avaliações de imparidade dos seus activos tangíveis e intangíveis (com vida útil definida). Esta avaliação é igualmente efectuada sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de tais indícios, o Grupo procede à determinação do valor recuperável do activo, de modo a determinar a extensão da perda por imparidade.

O valor recuperável é estimado para cada activo individualmente ou, no caso de tal não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence. As principais unidades geradoras de caixa do Grupo correspondem aos negócios de rede fixa, móvel e multimédia em Portugal, e ao negócio móvel no Brasil. O valor recuperável é determinado pelo valor mais alto entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros actualizados com base em taxas de desconto antes de imposto que reflectam o valor actual do capital e o risco específico do activo.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade na demonstração dos resultados do período a que se refere.

Quando uma perda por imparidade é subsequentemente revertida, o valor contabilístico do activo é actualizado para o seu valor estimado. Contudo, a reversão da perda por imparidade só pode ser efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização) caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida de imediato na demonstração dos resultados.

g) Provisões e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas pelo Grupo quando existe uma obrigação presente resultante de eventos passados, sendo provável que na liquidação dessa obrigação seja necessário um dispêndio de recursos internos e o montante da referida obrigação seja razoavelmente estimável. Quando alguma destas condições não é preenchida, o Grupo procede à divulgação dos eventos como passivo contingente, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos seja remota.

As provisões para reestruturação apenas são reconhecidas quando o Grupo tem um plano detalhado, formalizado, e após terem sido comunicados esses factos às entidades envolvidas.

As provisões para os custos de desmantelamento, remoção de activos e restauração do local são reconhecidas quando os bens começam a ser utilizados e se for possível estimar a respectiva obrigação com fiabilidade (Notas 3.c) e 38). O montante da provisão reconhecida corresponde ao valor presente da obrigação, sendo a actualização financeira registada em resultados como custo financeiro na rubrica de “Juros líquidos”.

As provisões são revistas e actualizadas na data do balanço, de modo a reflectir a melhor estimativa, nesse momento, da obrigação em causa.

h) Responsabilidades com pensões e complementos de reforma

A PT Comunicações, a PT Sistemas de Informação, SA (“PT SI”) e a DCSI – Dados, Comunicações e Soluções Informáticas, Lda. (“DCSI”) têm o compromisso de conceder a alguns dos seus empregados prestações pecuniárias a título de pensão e complemento de pensão de reforma, os quais configuram um plano de benefícios definidos, tendo sido constituídos pela PT Comunicações fundos de pensões autónomos para o efeito (Nota 9.1).

A fim de estimar as suas responsabilidades com o pagamento das referidas prestações, o Grupo segue o procedimento de obter periodicamente cálculos actuariais das responsabilidades determinados de acordo com o “Projected Unit Credit Method”. O Grupo decidiu adoptar o tratamento alternativo previsto no IAS 19 de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais directamente em capitais próprios.

Os ganhos e perdas incorridos com a alteração de responsabilidades passadas são reconhecidos imediatamente em resultados nas situações em que os benefícios se encontrem vencidos. Caso contrário, são reconhecidos proporcionalmente em quotas constantes durante o período estimado que decorre até à data em que os direitos sejam adquiridos pelos colaboradores (na maioria dos casos, na data de reforma).

As responsabilidades com pensões e complementos de reforma, reconhecidas no balanço na rubrica “Benefícios de reforma”, representam o valor actual das obrigações com os planos de benefícios definidos de pensões, deduzido do justo valor dos activos dos fundos de pensões.

As contribuições efectuadas pelo Grupo para planos de pensões de contribuição definida são registados como custo na demonstração dos resultados na data em que as mesmas são devidas.

i) Responsabilidades com cuidados de saúde

A PT Comunicações, a PT SI e a DCSI têm o compromisso de conceder a alguns dos seus empregados, bem como aos respectivos familiares elegíveis, cuidados de saúde a prestar após a reforma, os quais configuram um plano de benefícios definidos. O Plano de Saúde é gerido pela Portugal Telecom – Associação de Cuidados de Saúde (“PT ACS”), tendo em 2004 sido constituído um fundo autónomo para financiar estas responsabilidades (Nota 9.2), gerido pela PT Prestações – Mandatária de Aquisições e Gestão de Bens, SA (“PT Prestações”).

A fim de estimar as suas responsabilidades com o pagamento das referidas prestações após a data de reforma, o Grupo segue o procedimento de obter periodicamente cálculos actuariais das responsabilidades, determinados de acordo com o “Projected Unit Credit Method”. O Grupo decidiu adoptar o tratamento alternativo previsto no IAS 19 de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais directamente em capitais próprios.

Os ganhos e perdas incorridos com a alteração de responsabilidades passadas são reconhecidos imediatamente em resultados, nas situações em que os benefícios se encontrem vencidos. Caso contrário, são reconhecidos proporcionalmente em quotas constantes durante o período estimado que decorre até à data em que os direitos sejam adquiridos pelos colaboradores (na maioria dos casos, na data de reforma).

As responsabilidades com cuidados de saúde reconhecidas no balanço representam o valor presente das obrigações com os planos de benefícios definidos, deduzidas do justo valor dos activos do fundo constituído e dos ganhos ou perdas de serviços passados.

j) Reformas antecipadas, pré-reformas e suspensões do contrato de trabalho

No momento da passagem dos empregados às situações de pré-reforma, de reforma antecipada ou de suspensão do contrato de trabalho, é reconhecido no balanço um passivo, o qual é registado na demonstração dos resultados do período na rubrica “Custos de curtailment, líquidos”, reflectindo a totalidade das responsabilidades pelo pagamento de salários até à idade de reforma, bem como com pensões ou complementos de pensões a pagar e com cuidados de saúde a prestar após aquela data, os quais são determinados com base em estudos actuariais (Nota 9).

k) Subsídios

Os subsídios recebidos do Governo português e da União Europeia são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que as empresas do Grupo irão cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração, nomeadamente para formação de colaboradores, são reconhecidos na demonstração dos resultados de acordo com os custos correspondentes incorridos.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de activos, são deduzidos ao valor dos respectivos activos.

l) Activos e passivos financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo se torna parte na respectiva relação contratual.

(i) Empréstimos e contas a receber (Notas 24 e 25)

Contas a receber, empréstimos atribuídos e outras contas a receber que tenham pagamentos fixos ou definidos que não se encontrem cotados em mercados activos são classificados como valores a receber ou empréstimos atribuídos. As contas a receber não têm implícito juro e são apresentadas pelo respectivo valor nominal, deduzidas de perdas de realização estimadas, calculadas essencialmente baseando-se (a) na antiguidade do saldo a receber e (b) no perfil de crédito do devedor em questão.

(ii) Investimentos (Nota 31)

Os investimentos financeiros, excluindo as partes de capital em empresas participadas, são classificados como detidos até à maturidade, disponíveis para venda ou activos financeiros ao justo valor através de resultados.

Os **investimentos detidos até à maturidade** são classificados como activos não correntes, excepto se o seu vencimento ocorrer nos 12 meses subsequentes à data do balanço. São registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida e para os quais o Grupo tem intenção e capacidade de os manter até essa data. Os **investimentos disponíveis para venda** são os relacionados com títulos cotados detidos pelo Grupo, que sejam transaccionáveis num mercado activo e para os quais a Empresa não possui um interesse estratégico. Os investimentos disponíveis para venda são classificados como activos não correntes (Nota 31). A Portugal Telecom regista como activos financeiros ao justo valor através de resultados para são os investimentos detidos especificamente para negociação.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos, independentemente da data de liquidação financeira. Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, incluindo eventuais despesas inerentes à transacção.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores, com reconhecimento das alterações de justo valor no capital próprio. Nas situações em que os investimentos sejam instrumentos de capital próprio não admitidos à cotação em mercados regulamentados e para os quais não é possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, os mesmos são mantidos ao seu custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Na data de alienação ou imparidade dos investimentos classificados como disponíveis para venda, o valor acumulado das alterações de justo valor, registadas directamente no capital próprio, passa a ser reconhecido na demonstração dos resultados do período.

Os investimentos detidos até à maturidade são registados ao seu custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

(iii) Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio (Nota 34)

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo são classificados de acordo com a substância contratual da transacção e com a definição do passivo financeiro e instrumento de capital próprio. Os instrumentos de capital próprio são contratos que evidenciam um interesse residual nos activos do Grupo após dedução dos passivos.

Os instrumentos de capital próprio emitidos pelas empresas do Grupo são registados pelo valor recebido, líquido dos custos suportados com a sua emissão.

As obrigações convertíveis emitidas pela Portugal Telecom foram reconhecidas inicialmente em duas componentes: (i) o valor actual da dívida, estimado com base em taxas de juro de mercado para empréstimos não convertíveis com características semelhantes e reconhecido no passivo; e (ii) o valor de mercado da opção de conversão da obrigação em acções, por parte do detentor da obrigação, reconhecido directamente no capital próprio. Em cada momento, o passivo é registado pelo seu custo amortizado.

(iv) Empréstimos bancários (Nota 34)

Os empréstimos bancários são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido das respectivas despesas com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros, calculados de acordo com a taxa de juro efectiva, incluindo prémios a pagar, são contabilizados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios.

(v) Contas a pagar – fornecedores (Nota 35)

As contas a pagar são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

(vi) Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura (Nota 41)

As actividades do Grupo estão essencialmente expostas a riscos financeiros, decorrentes de variações nas taxas de câmbio e nas taxas de juro. O Grupo tem como política recorrer a instrumentos financeiros derivados com o objectivo de efectuar cobertura daqueles riscos financeiros sujeitos à análise e aprovação da Comissão Executiva.

Os instrumentos financeiros derivados são inicialmente mensurados ao seu justo valor na data de contratação, sendo reavaliados subsequentemente pelo respectivo justo valor na data de cada balanço.

Contabilidade de cobertura

A designação de um instrumento financeiro derivado como sendo um instrumento de cobertura obedece às disposições do IAS 39.

As variações no justo valor dos instrumentos derivados designados como de cobertura de “justo valor”, bem como as alterações no justo valor do activo ou passivo sujeito àquele risco, são reconhecidas como resultado financeiro do período.

As variações no justo valor dos instrumentos derivados designados como de cobertura de “cash flow” são registadas directamente no capital próprio, na sua componente efectiva, e em resultados financeiros, na sua componente não efectiva. Os valores registados no capital próprio são transferidos para resultados financeiros no período em que o item coberto tiver igualmente efeito em resultados.

A contabilidade de cobertura é descontinuada quando o instrumento de cobertura atinge a maturidade, quando o mesmo é vendido ou exercido ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos exigidos pelo IAS 39.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados que, embora contratados com o objectivo de efectuar cobertura económica de acordo com as políticas de gestão de risco do Grupo, não cumpram todas as disposições do IAS 39 no que respeita à possibilidade de qualificação como contabilidade de cobertura são classificados como “derivados detidos para negociação” e as respectivas variações no justo valor são registadas na demonstração dos resultados do período em que ocorrem.

(vii) Acções próprias (Nota 40)

As acções próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma redução do capital próprio na rubrica “Acções próprias”, e os ganhos ou perdas inerentes à alienação das acções próprias são registados em “Outras reservas”.

Os equity swaps sobre acções próprias, que incluem uma opção de exercício físico executável pela PT, são reconhecidos como um passivo financeiro, e registados de forma similar a uma aquisição de acções próprias, na data de celebração do contrato.

(viii) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 23)

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outros, vencíveis em ou a menos de três meses e que possam ser imediatamente mobiliáveis e com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende também os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica de “Dívida de curto prazo”.

(ix) Operações de “Qualified Technological Equipment”

O Grupo celebrou em exercícios anteriores operações de “Qualified Technological Equipment” (“QTE”), pelas quais alienou a determinados investidores estrangeiros um conjunto de equipamentos de telecomunicações. Em simultâneo, estes investidores celebraram contratos de locação dos equipamentos com entidades constituídas especificamente para o efeito (“veículos”), as quais celebraram com o Grupo contratos de venda condicional dos mesmos equipamentos. O Grupo mantém legalmente a posse dos equipamentos envolvidos.

Estas operações configuraram um sale and lease back, mantendo-se os equipamentos registados no balanço consolidado. As empresas constituídas no âmbito destas operações foram consolidadas integralmente nas demonstrações financeiras, em resultado de o Grupo obter os benefícios económicos gerados pelas mesmas, o que implicou o registo de um activo não corrente pelo montante da venda do equipamento (Nota 29) e de um passivo não corrente pelo montante das rendas vincendas (Nota 39). Em cada momento, estes montantes são mensurados pelo seu valor actual.

Os prémios recebidos pelo Grupo no início daquelas operações são reconhecidos linearmente em resultados no período das mesmas.

m) Trabalhos para a própria empresa

Os custos internos (materiais, mão-de-obra e transportes) incorridos na produção de activos tangíveis são objecto de capitalização, apenas quando sejam preenchidos os seguintes requisitos:

- > os activos desenvolvidos são identificáveis;
- > existe forte probabilidade de que os activos venham a gerar benefícios económicos futuros; e
- > os custos de desenvolvimento são mensuráveis de forma fiável.

A contrapartida na demonstração dos resultados é registada através da redução dos correspondentes custos operacionais, não sendo reconhecidas quaisquer margens geradas internamente. Quando não são preenchidas as condições acima descritas, os valores incorridos são contabilizados na demonstração dos resultados como custos no período em que ocorrem.

Não é política do Grupo a capitalização de custos financeiros. Os valores incorridos na fase de pesquisa são reconhecidos em resultados como custo, no período em que ocorrem.

n) Locação

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos para o locatário substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse dos activos correspondentes. Os restantes contratos de locação são classificados como locações operacionais (Nota 12). A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades para com o locador, são contabilizados pelo método financeiro, de acordo com o plano financeiro contratual (Nota 34). Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do activo fixo tangível são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação (Nota 13).

o) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período é composto por imposto corrente e imposto diferido, sendo reconhecido de acordo com o preconizado pelo IAS 12.

A Portugal Telecom e a PT Multimédia encontram-se abrangidas pelo regime de tributação pelo lucro consolidado (actualmente designado por regime especial de tributação dos grupos de sociedades), que abrange todas as empresas em que participam, directa ou indirectamente, em pelo menos 90% do respectivo capital social e que, simultaneamente, sejam residentes em Portugal e tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC).

As restantes empresas participadas, não abrangidas pelo regime especial de tributação dos Grupos Portugal Telecom e PT Multimédia, são tributadas individualmente, com base nas respectivas matérias colectáveis e nas taxas de imposto aplicáveis.

Na mensuração do custo relativo ao imposto sobre o rendimento do período, para além do imposto corrente é ainda considerado o efeito do imposto diferido, calculado com base na diferença entre o valor contabilístico dos activos e passivos em determinado momento e o correspondente valor para efeitos fiscais.

Tal como está estabelecido na referida norma, são reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e activos por impostos diferidos apenas quando exista razoável segurança de que estes poderão vir a ser utilizados na redução do resultado tributável futuro, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os impostos diferidos activos sejam revertidos. No final de cada período, é efectuada uma revisão desses impostos diferidos activos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

O montante de imposto a incluir quer no imposto corrente, quer no imposto diferido, que resulte de transacções ou eventos reconhecidos em reservas, é registado directamente nestas mesmas rubricas, não afectando o resultado do período.

p) Réido e especialização dos exercícios

As receitas da actividade de telecomunicações fixas são registadas pelo seu valor bruto no momento da prestação do serviço e facturadas numa base mensal ao longo do mês. Os valores não facturados a clientes ou não facturados por outros operadores, mas vencidos ou incorridos à data das demonstrações financeiras consolidadas, são registados com base em estimativas. As diferenças entre os valores estimados e os reais, que normalmente não são significativas, são registadas no período subsequente.

A repartição de receitas dos serviços de telecomunicações internacionais é efectuada com base nos registo de tráfego do país de origem e nas taxas de repartição fixadas mediante acordos celebrados com os vários operadores de telecomunicações. Compete ao operador de origem do tráfego a apresentação do crédito ao operador do país de destino e, se aplicável, aos operadores dos países de trânsito.

As receitas de circuitos alugados são registadas no período a que respeitam, como locação operacional de propriedades de investimento, na rubrica "Outras receitas".

As receitas dos serviços de ISP resultam fundamentalmente de assinaturas mensais pela disponibilização do acesso à Internet e do tráfego telefónico gerado pelos clientes quando utilizam o serviço. Estas receitas são reconhecidas no período em que o serviço é prestado.

As receitas de publicidade relativas a listas telefónicas, bem como os respectivos custos, são registadas durante o período de vigência das listas. A PT Comunicações tem um contrato com a empresa Páginas Amarelas, SA através do qual esta última é responsável pela produção e distribuição das listas telefónicas, bem como da comercialização do espaço publicitário incluído nas listas. O custo total pago pela PT Comunicações por estes serviços é uma percentagem fixa de 64% das receitas brutas resultantes da venda do espaço publicitário. As receitas da venda do espaço publicitário são facturadas directamente pela PT Comunicações aos seus clientes durante o período de vigência de cada lista. Estas receitas são registadas em resultados, mensalmente, durante o referido período.

As receitas da actividade de telecomunicações móveis resultam, essencialmente, da utilização da rede móvel pelos clientes e operadores de telecomunicações. O momento do reconhecimento das receitas geradas no âmbito da actividade de telecomunicações móveis, bem como as rubricas onde se encontram reconhecidas, pode ser resumido da seguinte forma:

Origem do proveito	Classificação	Reconhecimento
Utilização da rede	Prestações de serviços	No mês da prestação do serviço
Tráfego de interligação	Prestações de serviços	No mês da prestação do serviço
Roaming	Prestações de serviços	No mês da prestação do serviço
Cartões pré-pagos	Prestações de serviços	No momento da prestação do serviço
Equipamentos terminais e acessórios	Vendas de mercadorias	No momento da venda

As receitas provenientes da venda de determinados produtos/serviços compostos são alocadas a cada um dos seus componentes de acordo com o seu respectivo valor de mercado e reconhecidas separadamente, de acordo com os critérios definidos para cada um desses componentes.

As receitas do serviço de TV por subscrição, banda larga e telefone da PT Multimédia resultam essencialmente do seguinte: (i) valores facturados a título de assinatura mensal pela utilização do serviço, os quais são reconhecidos no período em que o serviço é prestado; (ii) publicidade colocada nos canais de televisão por cabo, a qual é reconhecida no período em que é colocada; (iii) aluguer de equipamento, o qual é reconhecido no período de aluguer; e (iv) venda de equipamento, a qual é reconhecida no momento da venda.

As receitas da actividade de exibição cinematográfica provêm da venda de bilhetes de cinema, e as receitas relativas à distribuição cinematográfica provêm da venda a outros operadores cinematográficos de direitos de distribuição adquiridos pela Lusomundo Audiovisuais a distribuidores e produtores de filmes. Estas receitas são reconhecidas no período de exibição ou de venda dos direitos.

q) Saldos e transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio da data da transacção. A cada data de balanço, é efectuada a actualização cambial de activos e passivos, aplicando a taxa de fecho. As diferenças cambiais díá resultantes são reconhecidas na demonstração dos resultados do período em que foram determinadas. As variações cambiais geradas em itens não monetários, incluindo o goodwill, e em itens monetários que constituam extensão do investimento denominado na moeda funcional do Grupo PT ou da participada em questão e cujo reembolso não seja previsível num futuro próximo, são reconhecidos directamente no capital próprio, na rubrica "Ajustamentos de conversão cambial", sendo apresentadas na demonstração dos ganhos e perdas consolidados reconhecidos.

A conversão para euros de demonstrações financeiras de empresas participadas denominadas em moeda estrangeira é efectuada considerando as seguintes taxas de câmbio:

- > taxa de câmbio vigente à data do balanço, para a conversão dos activos e passivos;
- > taxa de câmbio média do período, para a conversão das rubricas da demonstração dos resultados;
- > taxa de câmbio média do período, para a conversão dos fluxos de caixa (nos casos em que essa taxa de câmbio se aproxime da taxa real, sendo que para os restantes fluxos de caixa é utilizada a taxa de câmbio da data das operações); e
- > taxa de câmbio histórica, para a conversão das rubricas do capital próprio.

As diferenças de câmbio originadas na conversão são incluídas no capital próprio, na rubrica "Ajustamentos de conversão cambial", e são apresentadas na demonstração dos ganhos e perdas consolidados reconhecidos.

O Grupo optou por utilizar a excepção prevista no IFRS 1, transferindo o montante relativo a variações cambiais acumuladas até à data da transição contabilizado na rubrica de "Ajustamentos de conversão cambial" em 1 de Janeiro de 2004 para a rubrica de "Resultados transitados". A partir de 1 de Janeiro de 2004, o Grupo começou a registar directamente no capital próprio as variações cambiais permitidas pelos IFRS, passando as variações cambiais geradas após a data de transição a ser reconhecidas na demonstração dos resultados apenas na data da alienação dos respectivos investimentos financeiros.

r) Encargos financeiros com empréstimos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

O Grupo não capitaliza os encargos financeiros, ainda que relacionados com empréstimos incorridos na aquisição, construção ou produção de um activo.

s) Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa é preparada de acordo com o IAS 7, através do método directo. O Grupo classifica na rubrica de caixa e equivalentes de caixa os investimentos vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica de “Dívida de curto prazo”.

Os fluxos de caixa são classificados na demonstração dos fluxos de caixa, dependendo da sua natureza, em (1) actividades operacionais; (2) actividades de financiamento; e (3) actividades de investimento. As actividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes, e os pagamentos a fornecedores, ao pessoal, benefícios de reforma e outros relacionados com a actividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas associadas, dividendos recebidos de empresas associadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e venda de activos imobilizados. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira, pagamento de rendas de locações e pagamentos relacionados com juros e despesas relacionadas, compra e venda de acções próprias e pagamento de dividendos.

t) Eventos subsequentes (Nota 47)

Os eventos ocorridos após a data do balanço que, afectem o valor dos activos e passivos existentes à data do balanço, são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, o Conselho de Administração da Portugal Telecom, baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes e considerou determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras consolidadas são como segue:

- > Vidas úteis do activo intangível e tangível;
- > Registo de provisões e ajustamentos;
- > Definição dos pressupostos actuariais para o cálculo do valor das responsabilidades com benefícios de reforma;
- > Análise de imparidade do goodwill; e
- > Determinação do valor de mercado dos instrumentos financeiros.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Alterações a estas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas utilizadas pelo Grupo na preparação das demonstrações financeiras consolidadas encontram-se descritas nas correspondentes notas anexas.

4 Alterações de políticas e estimativas

Durante o primeiro semestre de 2007 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior, apresentada para efeitos comparativos.

5 Cotações utilizadas para conversão de transacções em moeda estrangeira

Em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros com base nas seguintes taxas de câmbio relativamente ao euro:

Moeda	Código	30 Jun 2007	31 Dez 2006
Coroa dinamarquesa	DKK	7,4422	7,456
Coroa norueguesa	NOK	7,9725	8,2380
Coroa sueca	SEK	9,2525	9,0404
Dirham marroquino	MAD	11,1811	11,1354
Dobra de S. Tomé e Príncipe	STD	18.178,3	17.222,3
Dólar australiano	AUD	1,5885	1,6691
Dólar canadiano	CAD	1,4245	1,5281
Dólar namibiano	NAD	9,5531	9,2124
Dólar de Hong Kong	HKD	10,5569	10,2409
Dólar dos EUA	USD	1,3505	1,317
Escudo de Cabo Verde	CVE	110,2650	110,2650
Forint húngaro	HUF	246,1500	251,7700
Franco CFA	XOF	655,9570	655,9570

Moeda	Código	30 Jun 2007	31 Dez 2006
Franco suíço	CHF	1,6553	1,6069
Iene japonês	JPY	166,6300	156,9300
Libra esterlina	GBP	0,674	0,6715
Metical de Moçambique	MZN	35,1900	34,4700
Pataca de Macau	MOP	10,8736	10,5481
Peso argentino	ARS	4,1726	4,0474
Pula de Botswana	BWP	8,3752	7,9313
Rand da África Sul	ZAR	9,5531	9,2124
Real do Brasil	BRL	2,6024	2,8118
Xelim queniano	KES	90,2134	91,6632
Xelim ugandês	UGX	2.145,9	2.292,2
Yuan Renmimbi da China	CNY	10,2816	10,2793

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2007 e 2006, as demonstrações dos resultados das empresas controladas expressas em moeda estrangeira foram convertidas para euros com base nas seguintes taxas de câmbio médio relativamente ao euro:

Moeda	Código	2007	2006
Dirham marroquino	MAD	11,1524	10,989
Dólar namibiano	NAD	9,5768	7,7668
Dobra de S. Tomé e Príncipe	STD	17.825,7	14.971,4
Dólar dos EUA	USD	1,3344	1,2292
Escudo de Cabo Verde	CVE	110,2650	110,2650
Forint húngaro	HUF	250,3783	260,56
Franco CFA	XOF	655,9570	655,9570
Franco suíço	CHF	1,6341	1,5613

Moeda	Código	2007	2006
Metical de Moçambique	MZN	35,1150	30,8875
Pataca de Macau	MOP	10,7391	9,8224
Peso argentino	ARS	4,1295	3,7961
Pula de Botswana	BWP	8,296	6,8988
Real do Brasil	BRL	2,7218	2,6925
Xelim queniano	KES	91,2021	89,2365
Xelim ugandês	UGX	2.279,7	1.887,6
Yuan Renmimbi da China	CNY	10,2805	9,8721

6 Receitas operacionais

As receitas operacionais consolidadas nos semestres findos em 30 de Junho de 2007 e 2006 repartem-se da seguinte forma:

	2007	2006	euros
Rede fixa (Nota 7.a)	936.211.293	991.049.705	
Prestações de serviços (Nota 3.p)	901.932.468	966.441.864	
Vendas (i)	20.691.799	14.774.550	
Outras receitas (ii)	13.587.026	9.833.291	
Móvel Portugal – TMN (Nota 7.b)	690.144.062	685.959.001	
Prestações de serviços (Nota 3.p)	631.745.842	627.879.251	
Vendas (i)	54.459.699	53.738.418	
Outras receitas (ii)	3.938.521	4.341.332	
Móvel Brasil – Vivo (Nota 7.c)	1.140.307.875	1.014.402.164	
Prestações de serviços (Nota 3.p)	1.032.962.270	855.281.771	
Vendas (i)	88.006.160	135.942.368	
Outras receitas (ii)	19.339.445	23.178.025	
Outros (iii)	189.132.032	114.275.731	
Prestações de serviços	181.102.120	107.191.741	
Vendas	4.310.852	3.828.902	
Outras receitas	3.719.060	3.255.088	
	2.955.795.262	2.805.686.601	

(i) Estas rubricas incluem essencialmente vendas de equipamentos terminais da rede fixa, nomeadamente telefones fixos e modems (acesso à Internet de banda larga) e equipamentos terminais móveis na TMN e na Vivo. (ii) As outras receitas operacionais do Grupo incluem essencialmente benefícios de penalidades contratuais aplicadas a clientes, aluguer de equipamento, espaços e outras infra-estruturas próprias e receitas provenientes de estudos, projectos e assistência técnica. (iii) Esta rubrica respeita essencialmente à prestação de serviços por parte de empresas não incluídas nos segmentos, incluindo essencialmente a Mobitel (operação de call center no Brasil), a MTC (operação móvel celular na Namíbia) e a Cabo Verde Telecom (operação integrada de telecomunicações).

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2007 e 2006, as receitas operacionais consolidadas por mercado geográfico são conforme segue:

	2007	2006	euros
Portugal	1.675.159.376	1.712.780.618	
Brasil	1.172.873.049	1.045.621.625	
Outros países	107.762.837	47.284.358	
	2.955.795.262	2.805.686.601	

7 Composição do resultado líquido por segmento de negócio

A principal forma de segmentação de negócios utilizada pelo Grupo PT é a natureza dos serviços prestados e o tipo de tecnologia utilizada nas diversas empresas operacionais do Grupo. Esta é a forma como o Conselho de Administração analisa e controla os seus negócios, sendo também a forma como a informação é organizada e comunicada. Desta forma, foram identificados os seguintes segmentos de negócio em 30 de Junho de 2007 e 2006:

- > Rede fixa (incluindo retalho, serviços a operadores e dados e soluções empresariais);
- > Móvel – Portugal (TMN);
- > Móvel – Brasil (Vivo);

O segmento de negócio de rede fixa inclui essencialmente a PT Comunicações, a PT Prime, a PT.COM e a PT Corporate.

No que se refere aos negócios móveis, o Grupo PT estabeleceu dois segmentos distintos, “Móvel – Portugal” e “Móvel – Brasil”, atendendo ao facto de as licenças e tecnologias de cada um desses negócios serem substancialmente diferentes. Em termos de tecnologia, GSM/UMTS é a tecnologia utilizada na TMN, enquanto o CDMA é a principal tecnologia utilizada pela Vivo. Adicionalmente, os mercados de telecomunicações móveis em Portugal e no Brasil apresentam diferenças significativas em termos de ambiente económico e regulatório, classes de clientes, fornecedores e estratégias de marketing, o que vem reforçar ainda mais a decisão do Grupo PT de estabelecer estes dois negócios separadamente.

O critério secundário de segmentação utilizado pela Portugal Telecom é de natureza geográfica, tendo sido identificados os seguintes segmentos de negócio:

- > Portugal;
- > Brasil;
- > Outros países.

A informação financeira dos principais segmentos de negócio do Grupo, relativa aos semestres findos em 30 de Junho de 2007 e 2006, é conforme segue:

a) Rede fixa

A demonstração dos resultados para os semestres findos a 30 de Junho de 2007 e 2006 para este segmento de negócio é como segue:

	2007	2006	euros
RECEITAS			
Prestações de serviços – clientes externos (Nota 6)	901.932.468	966.441.864	
Prestações de serviços – intragrupo	50.825.491	58.998.144	
Vendas – clientes externos (Nota 6)	20.691.799	14.774.550	
Vendas – intragrupo	218.157	53.121	
Outras receitas – clientes externos (Nota 6)	13.587.026	9.833.291	
Outras receitas – intragrupo	5.672.701	3.362.109	
	992.927.642	1.053.463.079	
CUSTOS, DESPESAS, PERDAS (GANHOS)			
Custos com o pessoal	126.808.645	138.976.823	
Custos com benefícios de reforma, líquidos (i)	(17.431.420)	23.798.000	
Custos directos dos serviços prestados	172.366.091	172.447.918	
Custo das mercadorias vendidas	18.416.713	15.878.587	
Marketing e publicidade	15.124.750	20.027.214	
Serviços de suporte	58.389.791	72.404.401	
Fornecimentos e serviços externos	107.411.832	105.436.514	
Impostos indirectos	3.925.001	3.170.801	
Provisões e ajustamentos	1.894.826	14.454.523	
Amortizações	162.664.049	170.876.102	
Custos com o programa de redução de efectivos	83.824.850	13.100.398	
Ganhos com a alienação de activos fixos, líquidos (ii)	10.784.444	(1.649.857)	
Outros custos, líquidos	12.083	3.048.633	
	744.191.655	751.970.057	
Resultado antes de resultados financeiros e impostos	248.735.987	301.493.022	
Juros líquidos	1.073.613	(2.307.630)	
Perdas (ganhos) com variações cambiais, líquidos	322.126	350.021	
Ganhos em activos financeiros, líquidos	(808.399)	(491.395)	
Outros custos financeiros, líquidos	684.843	341.315	
	1.272.183	(2.107.689)	
Resultado antes de impostos	247.463.804	303.600.711	
Menos: Imposto sobre o rendimento	69.462.496	85.657.342	
Resultado líquido	178.001.308	217.943.369	

(i) A variação nesta rubrica está essencialmente relacionada com o reconhecimento de ganhos por serviços passados no montante de 37.245.920 euros no primeiro semestre de 2007 e 14.642.000 euros no primeiro semestre de 2006, e ainda, com a redução do custo com o serviço do período em resultado da redução dos benefícios de saúde no final do ano de 2006 (Nota 9). (ii) No primeiro semestre de 2007, esta rubrica inclui aproximadamente 11 milhões de euros relacionados com o abate de activos tangíveis (Nota 33).

O activo e passivo deste segmento de negócio apresentam os seguintes valores em 30 de Junho de 2007 e em 31 de Dezembro de 2006:

	30 Jun 2007	31 Dez 2006	euros
Activo	3.889.498.555	4.203.333.498	
Passivo	2.743.649.029	3.152.213.639	

O investimento em activos tangíveis e intangíveis deste segmento de negócio nos semestres findos em 30 de Junho de 2007 e 2006 foi de 105 milhões de euros e 100 milhões de euros, respectivamente.

Em 30 de Junho de 2007 e 2006, o número de empregados afectos a este segmento é de 6.979 e de 7.723, respectivamente.

b) Móvel – Portugal

A demonstração dos resultados para os semestres findos a 30 de Junho de 2007 e 2006 para este segmento de negócio é como segue:

	2007	2006
	euros	
RECEITAS		
Prestações de serviços – clientes externos (Nota 6)	631.745.842	627.879.251
Prestações de serviços – intragrupo	34.796.609	33.823.374
Vendas – clientes externos (Nota 6)	54.459.699	53.738.418
Vendas – intragrupo	2.677.103	137.249
Outras receitas – clientes externos (Nota 6)	3.938.521	4.341.332
Outras receitas – intragrupo	519.451	29.553
	728.137.225	719.949.177
CUSTOS, DESPESAS, PERDAS (GANHOS)		
Custos com o pessoal	25.425.663	29.213.826
Custos directos dos serviços prestados	137.278.831	144.947.347
Custo das mercadorias vendidas	72.112.191	72.691.825
Marketing e publicidade	12.707.316	11.560.365
Serviços de suporte	20.244.058	15.880.520
Fornecimentos e serviços externos	113.582.589	109.889.061
Impostos indirectos	14.206.783	13.726.481
Provisões e ajustamentos	5.165.082	3.267.757
Amortizações	106.057.175	108.244.796
Custos com a redução de efectivos	608.143	–
Perdas com a alienação de activos fixos, líquidas	669.233	794.946
Outros custos, líquidos	1.165.819	410.061
	509.222.883	510.626.985
Resultado antes de resultados financeiros e impostos		
Juros líquidos (i)	(6.429.767)	(1.624.931)
Perdas (ganhos) com variações cambiais, líquidas	74.779	477.936
Perdas em empresas participadas, líquidas	825	6.979
Outros custos financeiros, líquidos	444.170	417.634
	(5.909.993)	(722.382)
Resultado antes de impostos		
Menos: Imposto sobre o rendimento	59.778.910	57.291.556
Resultado líquido	165.045.425	152.753.018

(i) O aumento dos ganhos com juros líquidos está relacionado com o aumento do free cash flow gerado na TMN nos últimos dois anos.

O activo e passivo deste segmento de negócio apresentam os seguintes valores em 30 de Junho de 2007 e em 31 de Dezembro de 2006:

	30 Jun 2007	31 Dez 2006
	euros	
Activo	2.443.799.020	2.496.628.387
Passivo	1.209.065.940	1.205.928.371

O investimento em activos tangíveis e intangíveis deste segmento de negócio nos semestres findos em 30 de Junho de 2007 e 2006 foi de 71 milhões de euros e 51 milhões de euros, respectivamente.

Em 30 de Junho de 2007 e 2006, o número de empregados afectos a este segmento é de 1.126 e de 1.165, respectivamente.

c) Móvel – Brasil

A demonstração dos resultados para os semestres findos a 30 de Junho de 2007 e 2006 para este segmento de negócio é como segue:

	2007	2006
	euros	
RECEITAS		
Prestações de serviços – clientes externos (Nota 6) (i)	1.032.962.270	855.281.771
Vendas – clientes externos (Nota 6)	88.006.160	135.942.368
Outras receitas – clientes externos (Nota 6)	19.339.445	23.178.025
Outros receitas – intra-grupo	7.161	(41.158)
	1.140.315.036	1.014.361.006
CUSTOS, DESPESAS, PERDAS (GANHOS)		
Custos com o pessoal	63.552.168	58.613.111
Custos directos dos serviços prestados (i)	195.047.393	79.164.207
Custo das mercadorias vendidas	190.753.812	200.662.711
Marketing e publicidade	32.101.304	36.165.310
Serviços de suporte	83.755.833	82.123.483
Fornecimentos e serviços externos	161.639.361	174.329.807
Impostos indirectos	71.795.969	62.825.901
Provisões e ajustamentos (ii)	66.960.585	122.840.131
Amortizações	243.074.432	255.317.965
Perdas (ganhos) com a alienação de activos fixos	1.203.319	264.108
Outros custos, líquidos	1.404.096	3.406.715
	1.111.288.272	1.075.713.449
Resultado antes de resultados financeiros e impostos	29.026.764	(61.352.443)
Juros líquidos (iii)	34.767.271	49.351.405
Ganhos com variações cambiais, líquidos	(3.729.277)	(8.170.513)
Perdas (ganhos) em activos financeiros, líquidos	2.591.368	(776.760)
Outros custos financeiros, líquidos (iv)	9.859.898	17.361.589
	43.489.260	57.765.721
Resultado antes de impostos	(14.462.496)	(119.118.164)
Menos: Imposto sobre o rendimento	105.731	(422.307)
Resultado líquido	(14.568.227)	(118.695.857)

(i) O aumento verificado no valor dos serviços prestados e em custos directos é essencialmente explicado pela terminação do regime de interligação de "Bill and Keep", o qual leva ao aumento do reconhecimento de receitas e custos de interligação na integra e pelo bruto. (ii) A redução nesta rubrica é explicada essencialmente (1) pelo registo de uma provisão no primeiro semestre de 2006 (30 milhões de euros) relacionada com problemas de facturação na sequência da migração para uma plataforma unificada, e (2) devido a um nível mais reduzido de provisões relacionadas com fraudes de subscrição e insolvabilidade prematura. (iii) A redução nos juros líquidos está essencialmente relacionada com a diminuição na dívida líquida média da Vivo no primeiro semestre de 2007, comparando com o período homólogo. (iv) A redução nesta rubrica está relacionada com comissões bancárias incorridas pela Vivo no primeiro semestre de 2006, relacionadas com a reestruturação da dívida ocorrida naquele período.

O investimento em activos tangíveis e intangíveis deste segmento de negócio nos semestres findos em 30 de Junho de 2007 e 2006 foi de 105 milhões de euros e 115 milhões de euros, respectivamente.

O detalhe do activo e passivo da Vivo, que foi consolidado proporcionalmente (50%), apresenta os seguintes valores em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006:

	30 Jun 2007	31 Dez 2006
	euros	
Activos correntes		
Activos intangíveis	2.342.948.980	2.245.254.964
Activos tangíveis	1.159.993.903	1.131.810.840
Activos por impostos diferidos	384.794.302	351.507.323
Outros activos não correntes	155.420.624	142.454.925
Total do activo	4.944.791.073	4.773.780.367
Passivos correntes		
Dívida de médio e longo prazo	494.198.334	517.255.183
Outros passivos não correntes	106.197.539	87.071.963
Total do passivo	1.598.206.704	1.663.515.357

Em 30 de Junho de 2007 e 2006, o número de empregados afectos a este segmento (50% da Vivo) é de 2.747 e de 2.884, respectivamente.

d) Reconciliação das receitas, do resultado líquido e dos activos

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2007 e 2006, a reconciliação do total das receitas por segmento com o total das receitas consolidadas é como segue:

	2007	euros 2006
Relativas aos segmentos reportados	2.861.379.903	2.787.773.262
Relativas a outras operações (i)	326.761.626	234.087.923
Eliminação das operações intragrupo	(232.346.267)	(216.174.584)
Total das receitas consolidadas	2.955.795.262	2.805.686.601

(i) O aumento nesta rubrica está essencialmente relacionado com a consolidação da MTC após Setembro de 2006, a qual contribuiu com 57 milhões de euros para as receitas operacionais consolidadas no primeiro semestre de 2007 e com a melhoria verificada nos resultados operacionais da Cabo Verde Telecom no montante de 10 milhões de euros.

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2007 e 2006, a reconciliação do resultado líquido por segmento com o resultado líquido consolidado é como segue:

	2007	euros 2006
Relativo aos segmentos reportados	328.478.506	252.000.530
Relativo a outras operações (i)	20.199.526	(22.203.635)
Outros itens não incluídos nos segmentos reportados		
Juros líquidos suportados com empréstimos a nível corporativo	(61.439.621)	(65.241.665)
Ganhos (perdas) com variações cambiais, líquidos	(697.069)	(5.714.447)
Ganhos (perdas) em activos financeiros, líquidos (ii)	144.167.144	(14.070.018)
Ganhos em empresas associadas, líquidos	52.870.367	45.618.942
Imposto sobre o rendimento não incluído nos segmentos reportados (iii)	(11.751.263)	207.921.504
Resultado líquido consolidado	471.827.590	398.311.211

(i) A melhoria verificada nesta rubrica está essencialmente relacionada com a inclusão do resultado operacional da MTC no primeiro semestre de 2007, no montante de 24 milhões de euros, na sequência da aquisição de uma posição de controlo em Setembro de 2006. (ii) No primeiro semestre de 2007, esta rubrica inclui (a) o ganho de 35.698.600 euros (Nota 16) relacionado com a alienação do investimento no Banco Espírito Santo, (b) o ganho de 77.428.725 euros (Nota 41) relacionado com alterações no justo valor dos equity swaps sobre acções da PT Multimédia até à data de exercício da opção, e (c) ao ganho de 31.247.010 euros (Nota 16) relacionado com o exercício financeiro dos equity swaps sobre as acções próprias. (iii) No primeiro semestre de 2006, esta rubrica inclui essencialmente (a) o reconhecimento de um crédito fiscal de 53 milhões de euros (Nota 18) decorrente da liquidação de uma empresa participada e (b) um ganho de 142 milhões de euros (Nota 18) relativo à reversão do imposto diferido passivo sobre mais-valias suspensas, decorrente da tributação voluntária das mesmas, que originou um benefício de 50% sobre o imposto a pagar.

Em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, a reconciliação do activo líquido por segmentos e o total do activo líquido consolidado é como segue:

	30 Jun 2007	euros 31 Dez 2006
Activos relativos aos segmentos reportados (i)	11.278.088.648	12.625.567.751
Activos relativos a operações descontinuadas (Nota 19)	1.105.918.714	–
Activos relativos a outras operações e eliminações (ii)	529.758.144	894.074.388
Outros itens não incluídos nos segmentos reportados		
Investimentos em empresas associadas e outros (iii)	493.161.176	585.838.311
Goodwill (Nota 32)	61.946.719	65.768.850
Total dos activos consolidados	13.468.873.401	14.171.249.300

(i) Em 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica inclui o montante de 1.151.825.499 euros referente aos activos da PT Multimédia, os quais a 30 de Junho de 2007 foram apresentados como uma operação descontinuada. (ii) A redução ocorrida nesta rubrica refere-se essencialmente à redução dos investimentos de curto prazo, conforme explicado na Nota 23. (iii) A redução nesta rubrica é principalmente explicada pela venda do investimento no Banco Espírito Santo, o qual a 31 de Dezembro de 2006 ascendia a 95.340.000 euros (Nota 31).

Em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, a reconciliação do total do passivo por segmentos e o total do passivo consolidado é como segue:

	euros	30 Jun 2007	31 Dez 2006
Passivos relativos aos segmentos reportados (i)		5.550.921.673	6.572.770.085
Passivos relativos a operações descontinuadas (Nota 19)		549.665.191	—
Passivos relativos a outras operações e eliminações		(309.990.308)	(252.389.174)
Outros itens não incluídos nos segmentos reportados		4.789.554.874	4.744.830.451
Dívida bruta		4.789.554.874	4.744.830.451
Total dos passivos consolidados		10.580.151.430	11.065.211.362

(i) Em 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica inclui o montante de 551.112.718 euros referente aos passivos da PT Multimédia, os quais a 30 de Junho de 2007 foram apresentados como uma operação descontinuada.

O total do activo, passivo, activos tangíveis e intangíveis por mercados geográficos em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, e o investimento em activos tangíveis e intangíveis nos semestres findos em 30 de Junho de 2007 e 2006 apresentam os seguintes valores:

	euros	30 Jun 2007	1507
			Investimento em activos tangíveis e intangíveis
Total do activo	13.468.873.401	10.580.151.430	3.566.292.220
Portugal	7.892.699.937	5.784.996.080	2.278.477.833
Brasil	5.132.657.134	1.626.736.990	1.174.419.061
Outros (i)	443.516.330	3.168.418.360	113.395.326
	13.468.873.401	10.580.151.430	3.165.277.091
			306.830.029

	euros	31 Dez 2006	1506
			Investimento em activos tangíveis e intangíveis
Total do activo	14.171.249.300	11.065.211.362	3.942.033.190
Portugal	8.754.295.771	6.131.463.187	2.685.753.152
Brasil	4.866.913.022	1.690.551.545	1.145.651.310
Outros (i)	550.040.507	3.243.196.630	110.628.728
	14.171.249.300	11.065.211.362	3.490.881.263
			280.967.785

(i) Em 30 de Junho de 2007, o activo e o passivo das outras áreas geográficas inclui, respectivamente, 98.218.912 euros e 3.088.702.898 euros relacionados com a PT Finance, empresa subsidiária do Grupo com sede na Holanda. O activo da PT Finance corresponde basicamente a aplicações de curto prazo, e os passivos correspondem a empréstimos obtidos nos mercados financeiros, os quais são utilizados para financiar os negócios das empresas do Grupo, principalmente em Portugal. Em 31 de Dezembro de 2006, o activo e o passivo das outras áreas geográficas inclui, respectivamente, 195.242.342 euros e 3.158.205.855 euros, relacionados com a PT Finance.

8

Custos com pessoal

Os custos com pessoal nos semestres findos em 30 de Junho de 2007 e 2006 repartem-se da seguinte forma:

	euros	2007	2006
Remunerações		257.572.543	270.478.520
Encargos sociais		49.903.307	46.182.128
Cuidados de saúde		6.544.743	5.551.374
Acção social		2.154.424	2.820.946
Formação		2.952.584	3.943.892
Seguros		2.194.042	2.234.235
Outros		1.291.544	1.018.645
		322.613.187	332.229.740

9 Custos com benefícios de reforma

9.1 Pensões e complementos de reforma

Conforme referido na Nota 3.h., a PT Comunicações é responsável pelo pagamento de pensões de reforma e de complementos de pensões a empregados suspensos, bem como a empregados já reformados ou ainda no activo. Estas responsabilidades, estimadas com base em cálculos actuariais, são as seguintes:

- a)** Os reformados e empregados oriundos da Telecom Portugal (“Plano CGA”) e contratados antes de 14 de Maio de 1992, têm o direito a receber da PT Comunicações uma pensão de reforma. Os empregados contratados após essa data encontram-se abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social. Os empregados suspensos recebem normalmente um valor equivalente a 90% do salário-base anterior à suspensão do contrato de trabalho, estando previsto em algumas situações um incremento anual.
- b)** Os reformados e empregados oriundos dos TLP, contratados antes de 23 de Junho de 1994, têm direito a receber da PT Comunicações um complemento à pensão de reforma paga pelo Regime Geral da Segurança Social. Os empregados pré-reformados têm igualmente direito a receber uma prestação equivalente a um montante entre 25% e 80% do seu salário-base na altura da pré-reforma, até que atinjam a idade de reforma definida pelo Regime Geral da Segurança Social. Após esta data, estes antigos empregados têm direito ao complemento de pensão. Os empregados suspensos recebem normalmente um valor equivalente a 90% do salário-base na altura da suspensão do contrato de trabalho, estando em algumas situações previsto um incremento anual.
- c)** Os reformados e empregados oriundos da TDP, contratados antes de 23 de Junho de 1994, têm direito a receber da PT Comunicações um complemento à pensão de reforma paga pelo Regime Geral da Segurança Social. Os empregados pré-reformados têm igualmente direito a receber uma prestação equivalente a um montante entre 25% e 80% do seu salário-base na altura da pré-reforma, até que atinjam a idade de reforma definida pelo Regime Geral da Segurança Social. Após essa data, estes antigos empregados têm direito ao complemento de pensão. Os empregados suspensos recebem normalmente um valor igual a 90% do salário-base na altura da suspensão do contrato de trabalho, estando em algumas situações previsto um incremento anual.
- d)** Os reformados e empregados oriundos da Companhia Portuguesa Rádio Marconi, SA (“Marconi”, uma empresa incorporada na PT Comunicações em 2002), contratados antes de 1 de Fevereiro de 1998, têm direito a receber da Caixa Marconi uma pensão de reforma, bem como dois complementos adicionais (“Marconi Fundo de Melhoria” e “Marconi Fundo Complementar”). Os empregados contratados pela PT Comunicações ou alguma das suas empresas predecessoras, após a data indicada em cima não têm direito a estes benefícios dado que se encontram abrangidos pelo regime geral da Segurança Social.
- e)** No momento da reforma, a PT Comunicações paga uma gratificação de valor fixo a cada empregado, em função dos anos de serviço.

Os empregados da PT SI e DCSI que foram transferidos da PT Comunicações ou da Marconi, e que estivessem abrangidos por algum dos planos de benefícios de reforma acima referidos, mantêm tais benefícios.

Os estudos actuariais destes planos de benefícios de reforma, com referência a 30 de Junho de 2007 e 2006 e 31 de Dezembro de 2006, foram elaborados com base no “Projected Unit Credit Method” e utilizando os seguintes pressupostos e bases técnicas actuariais:

	30 Jun 2007	31 Dez 2006	30 Jun 2006
Taxa anual de rendimento dos fundos de longo prazo	6,00%	6,00%	6,00%
Taxa anual de desconto das responsabilidades com pensões	5,25%	4,75%	5,00%
Taxa anual de desconto das responsabilidades com salários de pré-reformados e suspensos	4,75%	4,25%	4,25%
Taxa anual de crescimento salarial	2,25%	2,25%	3,00%
Taxa anual de crescimento das pensões	1,75%	1,75%	2,00%
Taxa de inflação	1,75%	1,75%	2,00%

A taxa anual de desconto das responsabilidades com pensões foi estimada com base em taxas de rendimento de longo prazo de obrigações de rating elevado à data de balanço e com maturidades equiparáveis às das responsabilidades.

A taxa anual de rendimento dos fundos a longo prazo foi estimada essencialmente com base em informação histórica sobre a rentabilidade das várias classes de activos em carteira, na evolução expectável da composição da carteira de activos e em indicadores de mercados financeiros usualmente considerados neste tipo de análises.

A taxa anual de crescimento salarial foi determinada com base numa taxa de crescimento de 50 pp acima da inflação. Este pressuposto está de acordo com a política salarial definida pela gestão da PT Comunicações.

Adicionalmente, os pressupostos demográficos considerados nos estudos actuariais em 30 de Junho de 2007 e 2006 e 31 de Dezembro de 2006 foram os seguintes:

Tábuas de mortalidade

Activos e pré-reformados

Homens	AM (92)
Mulheres	AF (92)
Pensionistas	
Homens	PA (90)m ajustada
Mulheres	PA (90)f ajustada

Tábua de invalidez: Swiss Reinsurance Company

Rotação de empregados: Nula

Os pressupostos demográficos considerados pela Portugal Telecom no cálculo das responsabilidades com benefícios de reforma resultam da adopção de tábuas de mortalidade usualmente aceites para efeitos actuariais, sendo as mesmas ajustadas periodicamente para reflectir a experiência de mortalidade verificada no universo fechado de beneficiários dos Planos.

Durante o primeiro semestre de 2007 foi publicado o D.L. nº 187/2007 de 10 de Maio, o qual introduziu algumas alterações à fórmula de cálculo das pensões, com o objectivo de garantir a sustentabilidade a longo-prazo do sistema nacional da segurança social. Estas alterações são igualmente aplicadas a alguns planos da PT Comunicações, as quais levaram à redução da responsabilidade total com pensões. Adicionalmente, a PT Comunicações reduziu os benefícios garantidos estabelecidos em alguns dos seus planos. O impacto das alterações referidas, levou a uma redução nas obrigações com pensões em 42.776.920 euros, dos quais 37.245.920 euros foram reconhecidos como ganhos de serviços passados, na medida em que correspondia a direitos vencidos, sendo o restante montante de 5.531.000 euros relacionado com direitos vincendos e, como tal, foram diferidos até ao período da reforma (Nota 3.h).

De acordo com os citados estudos actuariais, as responsabilidades projectadas e o valor de mercado dos fundos de pensões, em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, eram como segue:

	30 Jun 2007	31 Dez 2006	euros
Valor actual das responsabilidades projectadas da PT Comunicações, da PT SI e da DCSI			
Pensionistas, sobreviventes e pensões a pré-reformados e suspensos	2.825.499.466	3.073.825.333	
Salários e prémios a pré-reformados e suspensos	991.516.038	997.670.254	
3.817.015.504	4.071.495.587		
(2.458.206.970)	(2.263.925.000)		
Valor de mercado dos fundos	1.358.808.534	1.807.570.587	
Valor actual das responsabilidades não financiadas	5.531.000	–	
Ganhos com serviços passados (i)	5.531.000		
Valor actual das responsabilidades não financiadas (Nota 9.3)	1.364.339.534	1.807.570.587	

(i) Esta rubrica está relacionada com ganhos de serviço passados resultante das alterações nos benefícios dos planos de pensões introduzidas no primeiro semestre de 2007, relacionadas com direitos vincendos. Este montante será reconhecido em resultados durante o período estimado ao longo do qual esse benefícios serão ganhos pelos empregados (15 anos).

Em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, a composição dos fundos de pensões por natureza dos investimentos era como segue:

	30 Jun 2007		31 Dez 2006	
	Valor	%	Valor	%
Acções (i)	1.183.656.703	48,2%	1.024.536.020	45,3%
Obrigações	784.189.484	31,9%	726.262.119	32,1%
Imobiliário (ii)	178.842.867	7,3%	264.172.280	11,7%
Disponibilidades, contas a receber e outros activos de curto prazo	311.517.916	12,7%	248.954.581	11,0%
	2.458.206.970	100,0%	2.263.925.000	100,0%

(i) Em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica inclui investimentos em acções da Portugal Telecom e de partes relacionadas, como segue:

	30 Jun 2007		31 Dez 2006	
	Número de acções	Valor	Número de acções	Valor
Banco Espírito Santo	11.204.497	184.650.111	13.107.904	178.529.652
Telefónica	7.631.820	126.230.303	8.928.305	143.924.277
Portugal Telecom	3.315.892	33.921.575	3.887.262	38.250.658
	344.801.989		360.704.587	

(ii) Em 30 de Junho de 2007, esta rubrica inclui imóveis arrendados ao Grupo que representam cerca de 89% do valor das propriedades de investimento detidas pelos fundos.

Durante o primeiro semestre de 2007 e 2006, o movimento ocorrido nos activos dos fundos de pensões foi como segue:

	euros	
	2007	2006
Saldo inicial dos activos dos fundos de pensões	2.263.925.000	2.200.172.000
Rendimento real dos fundos	112.255.000	26.591.000
Pagamento de benefícios	(71.450.000)	(66.893.000)
Contribuições efectuadas pela Empresa	148.919.970	46.795.000
Contribuições dos empregados	4.557.000	1.938.000
Saldo final dos activos dos fundos de pensões	2.458.206.970	2.208.603.000

A composição do custo com pensões nos semestres findos em 30 de Junho de 2007 e 2006 é como segue:

	euros	
	2007	2006
Custo com o serviço do período	6.963.000	11.268.000
Custo financeiro do período	91.907.520	87.533.000
Rendimento estimado dos fundos	(72.247.000)	(65.404.000)
Ganhos com serviços passados	(37.245.920)	(14.642.000)
Subtotal (Nota 9.5)	(10.622.400)	18.755.000
Custos de curtailment (Nota 9.5)	79.540.451	11.961.800
Custo com pensões	68.918.051	30.716.800

Os ganhos e perdas actuariais resultam essencialmente da alteração dos pressupostos actuariais ou das diferenças entre esses mesmos pressupostos e os dados reais, e são reconhecidos directamente no capital próprio, sendo apresentados na Demonstração de Ganhos e Perdas Reconhecidas. O movimento nas perdas actuariais acumuladas líquidas, durante o semestre findo em 30 de Junho de 2007 e 2006, foi como segue:

	euros	
	2007	2006
Saldo inicial (Nota 40.6)	1.404.159.583	1.653.137.579
Alteração de pressupostos actuariais (Nota 9.6)	(208.920.016)	(247.027.288)
Diferenças entre os dados reais e os pressupostos actuariais (Nota 9.6)		
Relacionados com as responsabilidades	(38.100.994)	–
Relacionados com os activos do fundo	(40.008.000)	38.813.524
Saldo final (Nota 40.6)	1.117.130.573	1.444.923.815

Durante o primeiro semestre de 2007, a alteração de pressupostos actuariais corresponde ao efeito do aumento da taxa de desconto de 4,75% para 5,25%, para as responsabilidades com pensões, e de 4,25% para 4,75%, para as responsabilidades com salários, reflectindo a evolução verificada nas taxas de juro do mercado. No primeiro semestre de 2006, a alteração de pressupostos actuariais corresponde ao efeito do aumento da taxa de desconto de 4,5% para 5,0%, para as responsabilidades com pensões, e de 3,5% para 4,25%, para as responsabilidades com salários.

9.2

Cuidados de saúde

Conforme referido na Nota 3.i), a PT Comunicações é responsável pelo financiamento dos Planos de Saúde aplicáveis aos seus empregados activos, com suspensão de contrato, pré-reformados, reformados e aposentados, bem como aos respectivos familiares elegíveis. A prestação dos serviços de assistência médica é efectuada pela PT ACS, que foi constituída com o único objectivo de proceder à gestão corrente do Plano de Saúde.

Este Plano de Saúde patrocinado pela PT Comunicações abrange todos os empregados contratados até 31 de Dezembro de 2003 e os empregados contratados pela Marconi até 1 de Fevereiro de 1998. Alguns empregados da PT SI e da DCSI que foram transferidos da PT Comunicações são igualmente cobertos por este plano.

O financiamento do Plano de Saúde é garantido pelas contribuições definidas dos beneficiários titulares para a PT ACS, sendo o remanescente garantido pela PT Comunicações que, em 2004, constituiu um fundo autónomo para o efeito.

No segundo semestre de 2006, a PT Comunicações efectuou alterações aos Planos de Saúde no sentido de garantir a sua sustentabilidade e financiamento de longo prazo. As alterações efectuadas respeitam essencialmente a uma redução generalizada da comparticipação da PT Comunicações nos actos médicos e a um incremento progressivo das contribuições dos beneficiários (de 1,7% do salário em 2007 até 2,1% do salário em 2009), tendo estes efeitos levado a uma redução das obrigações com cuidados de saúde no final de 2006 e a uma redução com os custos do serviço no futuro.

Adicionalmente, em Dezembro de 2006 a PT Comunicações e o SNS acordaram proceder ao cancelamento antecipado do Protocolo celebrado em 2004 referente ao Plano de Saúde. No âmbito do referido Protocolo, o SNS participava o Plano de Saúde da PT Comunicações, através da entrega de um valor anual por beneficiário, e a PT Comunicações, em contrapartida, suportava as despesas de saúde incorridas pelos beneficiários na rede de hospitais do SNS. Em termos históricos, o Protocolo evidenciava uma situação deficitária para a PT Comunicações, tendo essa tendência sido incorporada no cálculo das responsabilidades com cuidados de saúde.

Os estudos actuariais do Plano de Saúde, com referência a 30 de Junho de 2007 e 2006 e 31 de Dezembro de 2006, foram elaborados com base no “Projected Unit Credit Method” e utilizando os seguintes pressupostos e bases técnicas actuariais:

	30 Jun 2007	31 Dez 2006	30 Jun 2006
Taxa anual de rendimento dos fundos de longo prazo	6,00%	6,00%	6,00%
Taxa de desconto das responsabilidades com saúde	5,25%	4,75%	5,00%
Taxa de crescimento dos custos com saúde			
Próximos 4 anos	3,50%	3,50%	3,50%
Anos seguintes	2,75%	2,75%	3,00%
Taxa anual de crescimento salarial	2,25%	2,25%	3,00%
Taxa de inflação	1,75%	1,75%	2,00%

A taxa anual de desconto das responsabilidades com saúde foi estimada com base em taxas de rendimentos de longo prazo de obrigações de rating elevado à data do balanço e com maturidades equiparáveis às das responsabilidades.

A taxa anual de rendimento dos fundos a longo prazo foi estimada essencialmente com base em informação histórica sobre a rentabilidade das várias classes de activos em carteira, na evolução expectável da composição da carteira de activos e em indicadores de mercados financeiros habitualmente considerados neste tipo de análises.

A taxa anual de crescimento dos custos com saúde foi determinada com base em indicadores específicos para este sector e informação histórica, sendo no caso da taxa de longo prazo indexada igualmente à taxa de inflação.

Os pressupostos demográficos considerados nos estudos actuariais em 30 de Junho de 2007 e 2006 e 31 de Dezembro de 2006 foram os seguintes:

Tábuas de mortalidade	
Activos e pré-reformados	
Homens	AM (92)
Mulheres	AF (92)
Pensionistas	
Homens	PA (90)m ajustada
Mulheres	PA (90)f ajustada
Tábua de invalidez: Swiss Reinsurance Company	
Rotação de empregados: Nula	

Os pressupostos demográficos considerados pela Portugal Telecom no cálculo das responsabilidades com benefícios de reforma resultam da adopção de tábuas de mortalidade usualmente aceites para efeitos actuariais, sendo as mesmas ajustadas periodicamente para reflectir a experiência de mortalidade verificada no universo fechado de beneficiários do Plano.

Com base nos estudos actuariais, a responsabilidade projectada com cuidados de saúde, o valor actual dos fundos e os ganhos com serviços passados em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, são como segue:

	30 Jun 2007	31 Dez 2006
Valor actual das responsabilidades projectadas	462.434.851	491.102.185
Valor de mercado do fundo de pensões	(589.507.421)	(644.224.704)
Excesso de financiamento de responsabilidades	(127.072.570)	(153.122.519)
Ganhos com serviços passados (i)	17.967.000	19.062.000
Valor actual do excesso de financiamento de responsabilidades (Nota 9.3)	(109.105.570)	(134.060.519)

(i) Este montante respeita ao ganho com serviços passados decorrente das alterações ao Plano de Saúde relativo aos benefícios que ainda não se encontram vencidos, que foi diferido e será reconhecido em resultados durante o período estimado em que esses benefícios sejam adquiridos pelos colaboradores (18 anos).

Em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, a composição do fundo autónomo afecto à cobertura de responsabilidades com cuidados de saúde, por natureza de investimentos, era como segue:

	30 Jun 2007		31 Dez 2006	
	Euro	%	Euro	%
Acções	250.080.443	42,4%	289.205.401	44,9%
Obrigações	247.638.188	42,0%	260.860.332	40,5%
Disponibilidades, contas a receber e outros activos de curto prazo	91.788.790	15,6%	94.158.971	14,6%
	589.507.421	100,0%	644.224.704	100,0%

Durante o primeiro semestre de 2007, o movimento ocorrido nos activos deste fundo foi como segue:

	euros	
	2007	2006
Saldo inicial dos activos do fundo	644.224.704	315.576.000
Rendimento real dos fundos	20.507.000	(7.588.000)
Reembolso de despesas pagas por conta pela PT Comunicações	(75.224.283)	–
Contribuições efectuadas pela PT Comunicações	–	300.000.000
Saldo final dos activos do fundo	589.507.421	607.988.000

A composição do custo com cuidados de saúde, nos semestres findos em 30 de Junho de 2007 e 2006, é como segue:

	euros	
	2007	2006
Custo com o serviço do período	1.366.184	3.530.500
Custo financeiro do período	11.443.000	20.123.000
Rendimento estimado dos fundos	(18.971.000)	(18.468.000)
Ganhos com serviços passados	(514.000)	–
Subtotal (Nota 9.5)	(6.675.816)	5.185.500
Custos de curtailment (Nota 9.5)	2.435.000	483.000
	(4.240.816)	5.668.500

Os ganhos e perdas actuariais, resultam essencialmente da alteração dos pressupostos actuariais e/ou das diferenças entre esses mesmos pressupostos e os dados reais são calculados anualmente pelo actuário e reconhecidos directamente no capital próprio, sendo apresentados na Demonstração dos Ganhos e Perdas Reconhecidos. O movimento nos ganhos e perdas actuariais acumulados líquidos, durante os semestres findos em 30 de Junho de 2007 e 2006, foi como segue:

	euros	
	2007	2006
Saldo inicial (Nota 40.6)	246.438.253	316.875.470
Alteração de pressupostos actuariais (Nota 9.6)	(33.044.160)	(65.075.012)
Diferenças entre os dados reais e os pressupostos actuariais assumidos (Nota 9.6)		
Relacionados com os activos do fundo	(1.536.000)	26.056.000
Saldo final (Nota 40.6)	211.858.093	277.856.458

Durante o primeiro semestre de 2007, a alteração de pressupostos actuariais corresponde ao efeito do aumento da taxa de desconto de 4,75% para 5,25%. Durante o primeiro semestre de 2006, a alteração de pressupostos actuariais corresponde ao efeito do aumento da taxa de desconto de 4,5% para 5,0%.

9.3 Responsabilidades com os planos de benefícios de reforma

O movimento ocorrido durante o exercício de 2006 e no primeiro semestre de 2007 nas rubricas de balanço de "Benefícios de reforma" foi como segue:

	Pensões e complementos de reforma (Nota 9.1)	Cuidados de saúde (Nota 9.2)	euros Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	2.038.652.313	597.231.431	2.635.883.744
Alterações no perímetro de consolidação (i)	1.270.982	1.241.684	2.512.666
Custo (ganho) líquido do período	44.653.706	(116.768.684)	(72.114.978)
Custos com pré-reformas, suspensões de contratos e outros	197.304.200	11.609.762	208.913.962
Cancelamento do Protocolo com o SNS	–	(220.417.000)	(220.417.000)
Pagamentos e contribuições	(225.332.618)	(336.520.495)	(561.853.113)
Ganhos actuariais, líquidos	(248.977.996)	(70.437.217)	(319.415.213)
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	1.807.570.587	(134.060.519)	1.673.510.068
Custo (ganho) de período (Nota 9.5)	(10.622.400)	(6.675.816)	(17.298.216)
Custos com pré-reformas, suspensões de contratos e outros (Nota 9.5)	79.540.451	2.435.000	81.975.451
Pagamentos, contribuições e reembolsos (Nota 9.4)	(225.120.094)	63.775.925	(161.344.169)
Ganhos actuariais, líquidos (Nota 9.6)	(287.029.010)	(34.580.160)	(321.609.170)
Saldo em 30 de Junho de 2007	1.364.339.534	(109.105.570)	1.255.233.964

(i) Em 2006, esta rubrica refere-se à responsabilidade com benefícios de reforma e cuidados de saúde da DCSI, empresa adquirida durante o exercício de 2006.

Alguns planos de pensões e saúde apresentam posições excedentárias, como tal, de acordo com o IAS 19 o saldo excedentário deverá ser apresentado no balanço separadamente dos saldos daqueles fundos com posição deficitária. A 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, o valor líquido das obrigações com planos de pensões e saúde foram reconhecidos no balanço como se segue:

	30 Jun 2007	31 Dez 2006
Planos com uma situação deficitária		
Pensões	1.376.343.328	1.807.570.587
Saúde	2.253.688	–
	1.378.597.016	1.807.570.587
Planos com uma situação excedentária		
Pensões	(12.003.794)	–
Saúde	(111.359.258)	(134.060.519)
	(123.363.052)	(134.060.519)
	1.255.233.964	1.673.510.068

9.4 Fluxos de caixa com os planos de benefícios de reforma

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2007 e 2006, os pagamentos e contribuições respeitantes aos benefícios de reforma foram como segue:

	2007	2006
Pensões		
Contribuições para os fundos	148.919.970	46.795.000
Pagamentos de salários a pré-reformados e suspensos	76.200.124	72.191.222
Subtotal (Nota 9.3)	225.120.094	118.986.222
Cuidados de saúde		
Reembolso de despesas pagas por conta pela PT Comunicações	(75.224.283)	–
Pagamentos à PT ACS	11.448.358	15.624.844
Contribuições para o fundo	–	300.000.000
Subtotal (Nota 9.3)	(63.775.925)	315.624.844
	161.344.169	434.611.066

9.5 Custos com os planos de benefícios de reforma

Os custos com os planos de benefícios de reforma e com o programa de redução de efectivos patrocinados pela Empresa foram registados, nas demonstrações dos resultados nos primeiros semestres de 2007 e 2006, conforme segue:

	2007	2006	euros
Custos com benefícios de reforma, líquidos			
Pensões (Notas 9.1 e 9.3)	(10.622.400)	18.755.000	
Cuidados de saúde (Notas 9.2 e 9.3)	(6.675.816)	5.185.500	
	(17.298.216)	23.940.500	
Custos de curtailment, líquidos			
Programa de redução de efectivos			
Pensões (Notas 9.1 e 9.3)	79.540.451	11.961.800	
Cuidados de saúde (Notas 9.2 e 9.3)	2.435.000	483.000	
Pagamento por cessação de contrato de trabalho	2.457.541	12.604.191	
	84.432.992	25.048.991	

O impacto de um aumento (diminuição) de 1% na taxa de retorno de longo prazo dos activos do fundo levaria a uma diminuição (aumento) nos custos com o plano de benefícios de reforma para o semestre findo a 30 de Junho de 2007 de aproximadamente 15 milhões de euros, resultante do aumento (diminuição) no retorno esperado dos activos do fundo.

9.6 Ganhos actuariais líquidos

No primeiro semestre de 2007, o movimento e a natureza dos ganhos actuariais líquidos registados na Demonstração dos Ganhos e Perdas Consolidados Reconhecidos foram conforme segue:

	2007	2006	euros
Alterações nos pressupostos actuariais			
Pensões (Notas 9.1 e 9.3)	(208.920.016)	(247.027.288)	
Cuidados de saúde (Notas 9.2 e 9.3)	(33.044.160)	(65.075.012)	
	(241.964.176)	(312.102.300)	
Diferenças entre os dados reais e os pressupostos actuariais			
Pensões (Notas 9.1 e 9.3)	(78.108.994)	38.813.524	
Cuidados de saúde (Notas 9.2 e 9.3)	(1.536.000)	26.056.000	
	(79.644.994)	64.869.524	
	(321.609.170)	(247.232.776)	

10 Custos directos dos serviços prestados

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2007 e 2006 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2007	2006	euros
Custos com telecomunicações (i) (ii)	344.483.092	231.866.909	
Listas telefónicas (Nota 3.p)	34.597.305	38.455.787	
Aluguer de estações-base (ii)	28.020.346	26.674.992	
Outros	21.004.491	15.650.233	
	428.105.234	312.647.921	

(i) O aumento nos custos com telecomunicações está essencialmente relacionado com a terminação do regime de interligação "Bill & Keep" existente no Brasil (Nota 7.c). (ii) Nos primeiros semestres de 2007 e 2006, estas rubricas incluem custos relacionados com locações operacionais, relativas a aluguer de capacidade, no montante de 56.918.252 euros e 51.381.065 euros, respectivamente (Nota 13).

11 Custo das mercadorias vendidas

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2007 e 2006, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2007	2006	euros
Custos das mercadorias vendidas	278.148.006	284.755.630	
Aumentos nos ajustamentos a existências (Nota 38)	160.377	1.229.539	
Reduções nos ajustamentos a existências (Nota 38)	(1.941.543)	(123)	
	276.366.840	285.985.046	

12 Fornecimentos e serviços externos

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2007 e 2006, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2007	2006	euros
Comissões	124.433.647	134.211.842	
Trabalhos especializados	83.741.521	81.192.220	
Manutenção e reparação	79.443.110	72.500.309	
Locação operacional (Nota 13)	28.998.192	30.313.018	
Electricidade	37.974.812	33.432.322	
Comunicação	10.462.792	10.785.243	
Instalação, montagem e remoção de equipamento terminal	9.040.425	7.955.624	
Deslocações e estadas	6.018.494	6.845.345	
Vigilância e segurança	7.151.484	6.627.357	
Combustíveis, água e outros fluidos	5.693.670	5.756.388	
Transporte	4.908.485	5.087.522	
Material de escritório	4.769.493	4.953.600	
Seguros	4.565.765	6.237.138	
Limpeza	4.327.875	4.135.646	
Outros	47.363.591	43.071.630	
	458.893.356	453.105.204	

13 Locação operacional

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2007 e 2006, os custos incorridos com contratos de locação operacional foram reconhecidos nas seguintes rubricas:

	2007	2006	euros
Custos directos (Nota 10)	56.918.252	51.381.065	
Fornecimentos e serviços externos (Nota 12) (i)	28.998.192	30.313.018	
	85.916.444	81.694.083	

(i) Esta rubrica refere-se essencialmente a aluguer de equipamento de transporte e rendas de propriedades.

Em 30 de Junho de 2007, as responsabilidades futuras do Grupo com os contratos de locação operacional vencem-se como segue:

	euros
Curto prazo	121.701.385
Segundo semestre de 2008	28.375.291
2009	52.002.085
2010	42.551.962
2011	36.018.636
Primeiro semestre de 2012	17.093.468
Segundo semestre de 2012 e períodos seguintes	124.004.570
	421.747.397

14 Impostos indirectos

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2007 e 2006, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2007	2006	euros
Taxas de utilização de espectro (i)	61.088.789	55.094.881	
Imposto sobre o valor acrescentado	11.228.025	15.796.575	
Outros impostos indirectos (ii)	25.024.258	19.047.760	
	97.341.072	89.939.216	

(i) Esta rubrica inclui essencialmente taxas de utilização de espectro da Vivo e da TMN, as quais no primeiro semestre de 2007 ascenderam a 46 milhões de euros e 14 milhões de euros, respectivamente, enquanto que no mesmo período do ano anterior ascenderam a 41 milhões de euros e 13 milhões de euros, respectivamente. (ii) Esta rubrica inclui essencialmente impostos indirectos suportados pela Vivo relacionados com as taxas Fust (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações) e Funtel (Fundo Nacional de Telecomunicações), e com outros impostos e taxas municipais, federais e estaduais no Brasil.

15 Outros custos, líquidos

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2007 e 2006, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2007	2006	euros
Dontivos	3.128.542	4.728.049	
Multas fiscais	505.065	646.676	
Outros (i)	11.302.436	14.785.643	
	14.936.043	20.160.368	

(i) No primeiro semestre de 2007 e 2006, esta rubrica respeita essencialmente a despesas incorridas pela Portugal Telecom no montante de 7 milhões de euros e 13 milhões de euros, respectivamente, relacionadas com a oferta pública de aquisição lançada contra a Portugal Telecom pela Sonaecom durante o primeiro semestre de 2006.

16 Perdas (ganhos) em activos financeiros

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2007 e 2006, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2007	2006	euros
Instrumentos derivados (i)	(104.450.608)	11.616.497	
Alienação do investimento no Banco Espírito Santo (Notas 7.d, 18 e 31)	(35.698.600)	–	
Investimentos em imóveis (ii)	(403.019)	(161.112)	
Outros, líquidos (iii)	(1.831.948)	1.346.478	
	(142.384.175)	12.801.863	

(i) Nos primeiros semestres de 2007 e 2006, esta rubrica inclui, respectivamente, ganhos líquidos de 73.203.598 euros e perdas líquidas de 20.024.647 euros, relacionado com variações no justo valor de instrumentos derivados classificados como detidos para negociação (Nota 41). Adicionalmente, esta rubrica ainda inclui ganhos de 31.247.010 euros (Notas 7.d, 40.3 e 43.f) registados no primeiro semestre de 2007, relacionados com o exercício financeiro de equity swaps sobre 48.810.043 acções próprias (Nota 40.3), e um ganho de 8.408.150 euros registado no primeiro semestre de 2006, referente aos equity swaps sobre acções da PT Multimédia. (ii) Esta rubrica inclui os ganhos relativos às rendas cobradas em imóveis propriedade do Grupo arrendados a terceiros, líquidos das amortizações relativas a esses imóveis (Nota 31). (iii) No primeiro semestre de 2007, esta rubrica inclui um ganho de 2.632.000 euros relacionado com os dividendos recebidos do Banco Espírito Santo (Nota 43.e). No primeiro semestre de 2006, esta rubrica inclui essencialmente uma perda de 1.136.737 euros relacionada com a desvalorização do Fundo Íris Capital e ainda um ganho de 1.344.000 relacionado com dividendos recebidos do Banco Espírito Santo (Nota 43.e).

17 Outros custos (ganhos) financeiros

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2007 e 2006, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2007	2006	euros
Comissões e outros serviços bancários	12.975.010	15.912.018	
Outros	4.922.145	13.750.091	
	17.897.155	29.662.109	

18 Impostos e taxas

A Portugal Telecom e as empresas incluídas na consolidação sedeadas em Portugal são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas à taxa de 25%, acrescida até a um valor máximo de 1,5% de Derrama sobre a matéria colectável, atingindo uma taxa agregada de cerca de 26,5%. Em 2006, a derrama podia ascender a 10% da taxa normal, atingindo uma taxa agregada de 27,5%. No cálculo dos resultados tributáveis, aos quais é aplicada a taxa de imposto mencionada anteriormente, os custos e proveitos não aceites fiscalmente são deduzidos ou acrescidos aos resultados contabilísticos. Estas diferenças entre o resultado contabilístico e o resultado fiscal podem ser se cariz temporário ou permanente.

A Portugal Telecom e a PT Multimédia são tributadas de acordo com o regime especial de tributação dos grupos de sociedades, do qual fazem parte as empresas em que detêm, directa ou indirectamente, pelo menos 90% do seu capital e cumprem os requisitos previstos no artigo 63.º do Código do IRC. O imposto sobre o rendimento decorrente do consolidado fiscal da PT Multimédia é apresentada no resultado consolidado na rubrica “Operações descontinuadas” (Nota 19).

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social, sendo que para as quotizações e contribuições relativas a exercícios anteriores a 2001 o prazo era de dez anos), excepto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. O Conselho de Administração da Portugal Telecom, suportado nas informações dos seus serviços de assessoria fiscal, entende que eventuais revisões e correções dessas declarações fiscais, bem como outras contingências de natureza fiscal, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Junho de 2007, excepto para as situações que foram objecto de registo de uma provisão (Nota 38).

a) Impostos diferidos

Nos primeiros semestres de 2007 e 2006, os movimentos ocorridos nos impostos diferidos foram como segue:

	Saldo 31 Dez 2006	Alterações ao perímetro de consolidação (i)	Resultado líquido (ii)	Resultados acumulados	Ajustamentos de conversão cambial	Outros movimentos	Saldo 30 Jun 2007	euros
Impostos diferidos activos								
Benefícios de reforma	443.480.168	–	(25.616.738)	(85.226.430)	–	–	332.637.000	
Prejuízos fiscais reportáveis (iii)	272.545.978	(73.229.713)	(1.249.472)	–	15.980.495	–	214.047.288	
Provisões	112.663.562	(14.931.534)	(6.154.558)	–	4.199.365	–	95.776.835	
Contribuição adicional para o fundo de pensões	203.542.091	–	(4.518.650)	–	–	–	199.023.441	
Instrumentos financeiros	13.224.001	–	(911.828)	–	(64.884)	–	12.247.289	
Outras diferenças temporárias	121.551.354	(956.783)	(862.817)	–	9.875.258	(40.928)	129.566.084	
	1.167.007.154	(89.118.030)	(39.314.063)	(85.226.430)	29.990.234	(40.928)	983.297.937	
Impostos diferidos passivos								
Mais-valias fiscais com tributação suspensa	3.176.409	–	(231.394)	–	–	–	2.945.015	
Reavaliação de activos fixos	14.342.405	(29.169)	(726.413)	–	–	–	13.586.823	
Instrumentos financeiros e activos disponíveis para venda	11.660.352	–	(4.310.612)	(7.349.740)	–	–	–	
Outras diferenças temporárias	61.198.651	–	(7.531.848)	–	(657.537)	–	53.009.266	
	90.377.817	(29.169)	(12.800.267)	(7.349.740)	(657.537)	–	69.541.104	
	(89.088.861)	(26.513.796)	(77.876.690)	30.647.771	(40.928)			

(i) As alterações no perímetro de consolidação estão essencialmente relacionadas com activos e passivos por impostos diferidos da PT Multimédia, que a 30 de Junho de 2007 estão incluídos na rubrica "Activos relacionados com operações descontinuadas" e "Passivos relacionados com operações descontinuadas", respectivamente. (ii) Os movimentos dos activos e passivos por impostos diferidos registados através de resultados incluem o montante de 4.823.000 euros (Nota 19) relacionados com o efeito fiscal de uma provisão reconhecida pela Portugal Telecom de 18.200.000 euros (Nota 19) relacionada com o spin-off da PT Multimédia. (iii) A 30 de Junho de 2007, esta rubrica inclui o imposto diferido activo relacionado com prejuízos fiscais reportáveis reconhecidos pela Vivo. Os prejuízos fiscais da Vivo, no montante de 630 milhões de euros, não possuem qualquer maturidade, podem apenas ser utilizados até um limite de 30% dos resultados fiscais gerados em cada período. As alterações no perímetro de consolidação correspondem aos activos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais reportáveis da PT Multimédia, na sequência da classificação deste negócio como operação descontinuada (Nota 19).

	Saldo 31 Dez 2005	Alterações ao perímetro de consolidação	Resultado líquido (i)	Resultados acumulados	Ajustamentos de conversão cambial	Impostos a pagar (Nota 27)	Outros movimentos	Saldo 30 Jun 2006
Impostos diferidos activos								
Benefícios de reforma	720.255.233	–	(108.815.191)	(67.556.356)	–	–	–	543.883.686
Prejuízos fiscais reportáveis	286.876.872	–	417.874	–	(952.456)	(134.584.500)	71.922	151.829.712
Provisões	133.288.748	21.038	8.096.392	–	(912.015)	–	–	140.494.163
Contribuição adicional para o fundo de pensões	139.990.269	–	67.545.048	–	–	–	–	207.535.317
Instrumentos financeiros	18.477.273	–	(132.797)	(5.402.142)	79.608	–	–	13.021.942
Outras diferenças temporárias	88.922.614	–	4.338.319	–	(1.207.683)	–	(636.594)	91.416.657
	1.387.811.009	21.038	(31.715.038)	(72.958.498)	(1.377.863)	(134.584.500)	985.329	1.148.181.477
Impostos diferidos passivos								
Mais-valias fiscais com tributação suspensa (ii)	271.627.295	–	(268.135.502)	–	–	–	–	3.491.793
Reavaliação de activos fixos	16.530.675	17.426	(835.665)	–	–	–	–	15.712.436
Instrumentos financeiros	12.418.218	–	(10.845.772)	(1.187.131)	–	–	–	385.315
Outras diferenças temporárias	34.290.889	–	1.570.744	–	–	–	–	35.861.633
	334.867.077	17.426	(278.246.195)	(1.187.131)	–	–	–	55.451.177
	3.612	246.531.157	(71.771.367)	(1.377.863)	(134.584.500)	985.329		

(i) No primeiro semestre de 2006, os impostos diferidos registados através de resultados incluem um custo de 5.437.875 euros agora reclassificado para a rubrica "Operações descontinuadas" (Nota 19), já que se encontra relacionado com a PT Multimédia. (ii) A redução nesta rubrica está relacionada com a adopção pela Empresa do regime de tributação voluntária de ganhos na alienação de investimentos em períodos anteriores. Em resultado, o montante excluído de tributação decorrente deste regime, de 141.972.529 euros, foi registado como um ganho na demonstração dos resultados no primeiro semestre de 2006, tal como mencionado abaixo na reconciliação do imposto sobre o rendimento.

b) Reconciliação da taxa de imposto

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2007 e 2006, a reconciliação entre as taxas nominal e efectiva de imposto é como segue:

	2007	2006	euros
Resultado antes de impostos	584.286.449	287.742.205	
Taxa nominal de imposto	26,5%	27,5%	
	154.835.909	79.129.106	
Diferenças permanentes (i)	(12.138.956)	19.407.589	
Excesso de estimativa do exercício anterior (Nota 27)	(8.626.652)	(6.481.032)	
Prejuízos fiscais não recuperáveis (ii)	5.838.717	39.525.825	
Taxas de imposto diferenciadas	2.142.667	(6.982.347)	
Provisões para contingências fiscais relativas a IRC (Notas 27 e 38)	1.414.078	1.851.690	
Reversão de impostos diferidos passivos relativos à tributação de 50% dos ganhos obtidos na alienação de certos investimentos (Nota 7.d)	–	(141.972.529)	
Liquidação de uma empresa subsidiária (Nota 7.d)	–	(53.342.681)	
Outros	(2.367.363)	3.469.466	
	141.098.400	(65.394.913)	
Imposto sobre o rendimento			
Imposto corrente (Nota 27)	109.761.604	186.574.119	
Imposto diferido (iii)	31.336.796	(251.969.032)	
	141.098.400	(65.394.913)	

(i) No primeiro semestre de 2007, esta rubrica inclui o montante de 9.460.129 euros relacionado com ganhos não considerados para efeitos fiscais decorrente da alienação do investimento no Banco Espírito Santo no montante de 35.698.600 euros (Nota 16). (ii) Esta rubrica está relacionada essencialmente com prejuízos fiscais de determinadas empresas instrumentais pertencentes à Brasilcel, nas quais não é expectável virem a ser obtidos lucros tributáveis que permitam recuperar esses prejuízos fiscais. A redução no primeiro semestre de 2007, comparando com o mesmo período do ano transacto, está essencialmente relacionada com a redução nos ajustamentos aos prejuízos fiscais da Vivo, decorrente da reestruturação societária no Brasil, concluída no final do ano de 2006. (iii) Esta rubrica refere-se essencialmente à redução de passivos por impostos diferidos no primeiro semestre de 2006 em 268 milhões de euros, na sequência da adopção do regime de pagamento voluntário do imposto sobre mais valias na alienação de investimentos.

19 Operações descontinuadas

Em 30 de Junho de 2007 e 2006, a PT Multimédia foi classificada no balanço como operação descontinuada, no seguimento da aprovação na Assembleia Geral de Accionistas de 27 de Abril de 2007, da entrega a título de dividendo (spin-off) de todas as acções ordinárias da PT Multimédia detidas pela Portugal Telecom aos accionistas desta. Os activos e passivos deste negócio a 30 de Junho de 2007 são apresentados no balanço consolidado e os resultados do primeiro semestre de 2007 e 2006 são apresentados na demonstração de resultados consolidados na rubrica “Operações descontinuadas”.

Durante o primeiro semestre de 2007 e 2006, o resultado das operações descontinuadas inclui o resultado da PT Multimédia nos períodos indicados e, no primeiro semestre de 2007, inclui também uma provisão registada pela Portugal Telecom no montante de 18.200.000 euros (Notas 18 e 38) relacionada com a estimativa de custos a incorrer com o processo de spin-off, líquido do respectivo efeito fiscal de 4.823.000 euros (Nota 18). Os resultados da PT Multimédia nos primeiros semestres de 2007 e 2006, são como segue:

	euros	2007	2006
Receitas		350.692.381	324.687.030
Custos			
Custos com pessoal		19.890.380	21.469.203
Custos directos		108.522.917	102.657.908
Custos comerciais		25.003.462	20.759.611
Amortizações (i)		54.540.978	50.865.706
Outros custos (ii)		85.032.047	65.545.337
		292.989.784	261.297.765
Resultado antes de resultados financeiros e impostos		57.702.597	63.389.265
Juros e outros custos financeiros, líquidos		337.754	3.659.860
Resultados antes de impostos		57.364.843	59.729.405
Imposto sobre o rendimento (iii)		(15.348.302)	(14.555.312)
Resultado líquido		42.016.541	45.174.093

(i) Esta rubrica inclui a amortização relacionada com contratos celebrados com a PT Comunicações para a aquisição de capacidade na sua rede fixa, a qual no primeiro semestre de 2006 ascendeu a 10.943.424 euros e foi eliminado no processo de consolidação da PT. (ii) No primeiro semestre de 2006, esta rubrica inclui essencialmente aumentos e reduções em provisões no montante de 8.816.365 euros e 10.422.037 euros (Nota 38), respectivamente. Estas reduções de provisões estão essencialmente relacionadas com a redução da provisão para custos estimados com o processo de alienação da Lusomundo Media. (iii) No primeiro semestre de 2006, esta rubrica inclui impostos diferidos no montante de 5.437.875 (Nota 18) e impostos sobre o rendimento correntes no valor de 9.117.437 euros.

Os activos e passivos relacionados com operações descontinuadas a 30 de Junho de 2007, são os seguintes:

	euros		
Activos da PT Multimédia			
Activos correntes	266 337 483	260 045 709	
Activos intangíveis	262 256 574	283 615 597	
Activos tangíveis	306 463 450	297 282 365	
Impostos diferidos	76 382 310	89 118 029	
Outros activos não correntes	17 830 949	45 115 850	
	929 270 766	975 177 550	
Goodwill na aquisição de acções da PT Multimédia	176 647 948	176 647 948	
Total dos activos (Nota 7.d)	1.105.918.714	1.151.825.498	
Passivos da PT Multimédia			
Passivos correntes	395 738 734	355 354 019	
Dívida de médio e longo prazo	149 063 567	173 964 086	
Outros passivos não correntes	4 862 890	21 794 613	
Total dos passivos (Nota 7.d)	549.665.191	551.112.718	

Durante os semestres findos a 30 de Junho de 2007 e 2006, a demonstração dos fluxos de caixa resultante de operações descontinuadas (PT Multimédia), é como segue:

	2007	euros 2006
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de clientes	423.491.802	373.503.765
Pagamentos a fornecedores	(266.505.895)	(235.362.441)
Pagamentos ao pessoal	(19.972.248)	(19.759.409)
Pagamentos relacionados com o imposto sobre o rendimento	(1.093.898)	(1.038.541)
Pagamentos relativos a impostos indirectos, taxas e outros	(9.392.261)	(11.227.525)
Fluxos das actividades operacionais	126.527.500	106.115.849
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos provenientes de		
Investimentos financeiros	3.340.528	10.204.840
Activos tangíveis e intangíveis	265.568	319.273
Juros e proveitos similares	485.304	1.766.696
Dividendos	1.476.409	1.641.167
Outras actividades de investimento	2.163.792	1.751.590
	7.731.601	15.683.566
Pagamentos respeitantes a		
Investimentos financeiros	(3.462)	(10.204.840)
Activos tangíveis e intangíveis	(54.092.417)	(77.449.611)
Outras actividades de investimento	(551)	(554.027)
	(54.096.430)	(88.208.478)
Fluxos das actividades de investimento	(46.364.829)	(72.524.912)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos provenientes de		
Empréstimos obtidos	80.225.284	693.527
Outras actividades de financiamento	333.367	2.243.625
	80.558.651	2.937.152
Pagamentos respeitantes a		
Empréstimos obtidos	(7.485.000)	–
Amortizações de contratos de locação financeira	(18.738.644)	(9.637.057)
Juros e custos similares	(6.725.244)	(4.973.425)
Dividendos/distribuição de resultados	(41.173.794)	(29.280.348)
Outras actividades de financiamento	(441.368)	(70.638)
	(74.564.050)	(43.961.468)
Fluxos das actividades de financiamento	5.994.601	(41.024.316)

20

Interesses minoritários

Durante os semestres findos em 30 de Junho de 2007 e 2006, realizaram-se os seguintes movimentos na rubrica de interesses minoritários:

	Saldo 31 Dez 2006	Alteração do perímetro de consolidação	Resultado líquido	Dividendos atribuídos	Variações cambiais	Outras variações	Saldo 30 Jun 2007
Brasilcel (i)	558.432.965	–	4.779.870	–	45.153.159	–	608.365.994
PT Multimedia (ii)	171.034.246	–	18.129.599	(38.547.465)	–	3.716.550	154.332.930
MTC	62.619.712	–	10.672.112	(5.731.405)	(2.002.378)	–	65.558.041
Cabo Verde Telecom	37.683.845	–	5.782.634	(7.643.967)	–	(48.189)	35.774.323
Cabo TV Madeirense	6.264.681	–	1.098.339	(1.865.028)	–	(4.947)	5.493.045
Timor Telecom	4.137.046	–	1.400.529	(907.885)	(96.178)	–	4.533.512
Cabo TV Açoreana	2.277.948	–	303.404	(729.362)	–	–	1.851.990
CST	1.564.571	–	187.239	(62.603)	(77.976)	(62.603)	1.548.628
LTM	1.475.269	–	374.867	(673.030)	(17.464)	34.346	1.193.988
Previsão	1.094.263	–	61.500	(40.128)	–	(134.875)	980.760
Kenya Postel Directories	1.050.462	–	260.371	(290.865)	15.341	16.759	1.052.068
Outras	3.153.200	2.013.054	(307.484)	(385.206)	(40.264)	629.390	5.062.690
	850.788.208	2.013.054	42.742.980	(56.876.944)	42.934.240	4.146.431	885.747.969

	Saldo 31 Dez 2005	Aquisições alienações e aumentos de capital	Resultado líquido	Dividendos atribuídos	Variações cambiais	Outras variações	Saldo 30 Jun 2006
Brasilcel (i)	523.268.570	–	(28.837.241)	–	(7.067.529)	1.916.376	504.996.849
PT Multimedia (ii)	178.075.607	–	17.638.732	(35.335.177)	–	(207.133)	160.172.029
Cabo Verde Telecom	33.668.323	–	4.637.279	(6.137.449)	–	(19.518)	32.148.635
Cabo TV Madeirense	6.531.728	–	1.100.581	(1.767.001)	–	–	5.865.308
Timor Telecom	3.327.479	–	668.354	–	(262.552)	–	3.733.281
Cabo TV Açoreana	2.251.967	–	372.166	(705.869)	–	–	1.918.264
CST 1.675.209	–	136.421	(67.133)	(183.572)	(66.770)	1.494.155	
Kenya Postel Directories	1.493.621	–	221.664	(225.479)	(104.066)	–	1.385.740
LTM 1.015.137	–	352.089	(495.484)	(242.998)	16.298	645.042	
Previsão	1.109.089	–	55.197	(27.584)	–	(49.507)	1.087.195
Outras	1.269.346	–	429.342	(123.471)	(102.252)	(24.927)	1.448.038
	753.686.076	–	(3.225.416)	(44.884.647)	(7.962.969)	1.564.819	714.894.536

(i) Os interesses minoritários na Brasilcel correspondem a 50% da participação dos accionistas minoritários das empresas participadas pela Brasilcel nos respectivos capitais próprios e resultados. Os aumentos dos interesses minoritários no semestre findo em 30 de Junho de 2006, incluídos na coluna "Aquisições, alienações e aumentos de capital", estão relacionados com a operação de reestruturação societária na Vivo concluída em Fevereiro de 2006 (Nota 1.b). O aumento nos resultados atribuíveis aos interesses minoritários no primeiro semestre de 2007, comparativamente com os prejuízos verificados no período homólogo, está essencialmente relacionado com a melhoria nos resultados da Vivo (Nota 7.c). (ii) Os interesses minoritários na PT Multimédia correspondem à participação detida pelos accionistas minoritários nos capitais próprios e resultados da PT Multimédia, considerando a aplicação do método da equivalência patrimonial aos investimentos financeiros.

21

Dividendos

Na Assembleia Geral realizada em 27 de Abril de 2007, foi aprovada a proposta do Conselho de Administração de pagamento de um dividendo por acção de 0,475 euros referente ao exercício de 2006, tendo sido pago um dividendo total de 516.506.816 euros (Notas 40 e 43.i) no primeiro semestre de 2007.

Na Assembleia Geral realizada em 21 de Abril de 2006, foi aprovada a proposta do Conselho de Administração de pagamento de um dividendo por acção de 0,475 euros referente ao exercício de 2005, tendo sido pago um dividendo total de 526.402.838 euros (Notas 40 e 43.i) no primeiro semestre de 2006.

19

20

21

22 Resultados básicos por acção

Os resultados básicos por acção, nos semestres findos em 30 de Junho de 2007 e 2006, foram calculados como segue:

		2007	2006	euros
Resultado das operações continuadas, líquido de interesses minoritários	(1)	420.162.115	375.623.833	
Resultado das operações descontinuadas, líquido de interesses minoritários	(2)	8.922.495	25.912.794	
Resultado líquido	(3)	429.084.610	401.536.627	
Juros das obrigações convertíveis (líquido de imposto)	(4)	–	2.829.929	
Resultado líquido considerado para efeitos do cálculo do resultado líquido por acção diluído	(5)	429.084.610	404.366.556	
Número médio de acções ordinárias em circulação no período	(6)	1.094.333.196	1.109.546.887	
Efeito das obrigações convertíveis	(7)	–	31.482.438	
Resultado por acção das operações continuadas, líquido de interesses minoritários	(1)/(6)	0,38	0,34	
Básico	(1)/(6)	0,38	0,34	
Diluído	[(1)+(4)]/(7)	0,38	0,33	
Resultado por acção das operações descontinuadas, líquido de interesses minoritários	(2)/(6)	0,01	0,02	
Básico	(2)/(6)	0,01	0,02	
Diluído	(2)/(7)	0,01	0,02	
Resultado líquido por acção	(3)/(6)	0,39	0,36	
Básico	(3)/(6)	0,39	0,36	
Diluído	(5)/(7)	0,39	0,35	

Durante o primeiro semestre de 2007, não existiam quaisquer efeitos com impacto no resultado diluído por acção, uma vez que os empréstimos convertíveis foram reembolsados em Dezembro de 2006.

23 Investimentos de curto prazo

Em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica tem a seguinte composição:

		30 Jun 2007	31 Dez 2006	euros
Obrigações de rendimento fixo		249.402.796	492.607.644	
Outras aplicações financeiras de curto prazo		639.024.049	1.042.626.085	
		888.426.845	1.535.233.729	

A redução ocorrida nos investimentos de curto prazo está relacionada essencialmente com a diminuição, no primeiro semestre de 2007, dos programas de papel comercial de curto prazo (Nota 34).

24 Contas a receber – clientes

Em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica tem a seguinte composição:

	euros	
	30 Jun 2007	31 Dez 2006
Contas a receber de clientes correntes		
Contas a receber de clientes (i)	1.315.768.683	1.410.621.902
Acréscimos de proveitos	219.309.879	161.947.862
	1.535.078.562	1.572.569.764
Ajustamentos a contas a receber de clientes (Nota 38)	(339.483.695)	(390.657.352)
	1.195.594.867	1.181.912.412
Contas a receber de clientes não correntes		
Contas a receber de clientes (ii)	13.402.844	915.174
Outros	–	1.639
	13.402.844	916.813
Total de contas a receber de clientes	1.208.997.711	1.182.829.225

(i) A redução ocorrida nesta rubrica está relacionada essencialmente com (1) as contas a receber do segmento Multimédia que em 30 de junho de 2007 encontram-se apresentadas na rubrica "Activos relacionados com operações descontinuadas", e (2) o write-off de contas a receber que estavam totalmente ajustadas, no montante de aproximadamente de 43 milhões de euros (Nota 38). (ii) Esta rubrica respeita essencialmente a contas a receber da TV Cabo relativo ao contrato de compra de capacidade celebrado com a PT Comunicações (Nota 37).

25 Contas a receber – Outros

Em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica tem a seguinte composição:

	euros	
	30 Jun 2007	31 Dez 2006
Outras contas a receber correntes		
Contas a receber de partes relacionadas (i)	81.018.837	52.582.087
Comparticipações do SNS (ii)	35.425.856	35.425.856
Descontos concedidos a reformados e pensionistas (iii)	21.719.037	17.985.959
Depósitos judiciais	17.778.120	16.810.729
Adiantamentos a fornecedores (iv)	13.835.204	67.351.746
Especialização de juros a receber	3.596.322	7.314.030
Outros	53.811.678	53.219.004
	227.185.054	250.689.411
Ajustamentos a outras contas a receber correntes (Nota 38)	(35.128.828)	(31.777.234)
	192.056.226	218.912.177
Outras contas a receber não correntes:	8.080.349	17.415.215
Ajustamentos a outras contas a receber não correntes (Nota 38)	(2.302.987)	(2.177.276)
	5.777.362	15.237.939
Total de contas a receber – outros	197.833.588	234.150.116

(i) Em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica inclui um montante de 48 milhões e 27 milhões de euros, respectivamente, referentes a dividendos atribuídos pela Unitel. O montante em dívida a 31 de Dezembro de 2006 foi liquidado em Janeiro de 2007 (Nota 43.e). (ii) Estas comparticipações estão relacionadas com o acordo celebrado entre a PT Comunicações e o SNS, ao abrigo do qual esta entidade tem de efectuar uma comparticipação por beneficiário do plano. Este acordo foi cancelado antecipadamente durante o ano de 2006 (Nota 9.2) no âmbito da reestruturação do plano de saúde. (iii) Este valor corresponde a descontos concedidos por conta do Estado Português a reformados e pensionistas, de acordo com o Decreto-Lei n.º 20-C/86, de 13 de Fevereiro. No âmbito das negociações que conduziram à celebração do contrato de compra e venda da Rede Básica de Telecomunicações e de Telex, no final de 2002, e considerando os termos do Acordo Modificativo ao Contrato de Concessão, o Estado Português assumiu o compromisso de passar a incluir nos Orçamentos de Estado a verba necessária à regularização dos descontos que vierem a ser concedidos no futuro. De acordo com o Orçamento de Estado para o ano de 2007, o Estado Português excluiu esta despesa, cessando o reembolso à PT Comunicações, passando a Empresa a suportar na totalidade o desconto concedido. A 30 de Junho de 2007, a conta a receber do Estado Português está relacionada com descontos atribuídos durante o ano de 2006. (iv) A 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica inclui 43 milhões de euros relacionados com adiantamentos a produtores de conteúdos no negócio da PT Multimédia (negócios de audiovisuais), o qual a 30 de Junho de 2007 está apresentado na rubrica "Activos relacionados com operações descontinuadas".

26 Existências

Em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica tem a seguinte composição:

	euros	
	30 Jun 2007	31 Dez 2006
Mercadorias (i)	145.827.800	131.028.707
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	19.595.901	16.747.586
Produtos e trabalhos em curso	8.225.555	7.137.220
	173.649.256	154.913.513
Ajustamento para depreciação de existências (Nota 38)	(21.515.328)	(24.632.949)
	152.133.928	130.280.564

(i) Esta rubrica inclui essencialmente (1) equipamentos terminais móveis da Vivo e da TMN, (2) telefones e modems (acesso à Internet por ADSL) do negócio da rede fixa. Em 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica inclui para além das existências mencionadas acima, set-top boxes (acesso à televisão por cabo), cable-modems (acesso à Internet por cabo) e DVD do negócio da PT Multimédia, o qual a 30 de Junho de 2007 encontra-se reflectido na rubrica "Activos relacionados com operações descontinuadas".

27 Impostos a pagar e a recuperar

Em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica tem a seguinte composição:

euros	30 Jun 2007		31 Dez 2006	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Impostos correntes				
Operações em Portugal				
Imposto sobre o Valor Acrescentado	29.535.481	61.632.159	42.025.536	63.617.392
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas	2.727.645	100.765.422	20.997.678	117.289.642
Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares	–	8.367.724	–	8.690.404
Segurança Social	–	8.124.242	–	8.291.722
Outros	425.892	1.064.035	1.550.871	1.692.400
	32.689.018	179.953.582	64.574.085	199.581.560
Impostos em países estrangeiros	142.410.920	123.008.457	147.173.487	117.381.268
175.099.938	–	302.962.039	211.747.572	316.962.828
Impostos não correntes				
Impostos em países estrangeiros	131.952.465	39.472.776	124.531.128	25.787.484

Em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, as rubricas de "Impostos em países estrangeiros" incluem essencialmente 50% dos impostos a recuperar e a pagar pelas empresas participadas da Brasilcel, conforme segue:

	30 Jun 2007		31 Dez 2006	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Impostos correntes				
Imposto sobre o rendimento	22.999.171	18.492.129	36.415.422	14.826.855
Impostos indirectos	111.223.613	92.716.567	101.965.330	87.792.617
Outros	8.188.136	11.799.761	8.792.735	14.761.796
	142.410.920	123.008.457	147.173.487	117.381.268
Impostos não correntes				
Imposto sobre o rendimento (i)	90.195.218	286.304	82.229.210	–
Impostos indirectos (ii)	41.757.247	39.186.472	42.301.918	25.787.484
	131.952.465	39.472.776	124.531.128	25.787.484

(i) Esta rubrica diz respeito essencialmente a impostos sobre o rendimento retidos na fonte referentes a dividendos recebidos pelas empresas holdings intermédias da Vivo, os quais serão recuperáveis num prazo superior a um ano a partir do momento em que essas empresas obtenham lucros tributáveis que lhes permitam a recuperação dos mesmos. (ii) Os impostos a receber incluídos nesta rubrica são relativos essencialmente a impostos indirectos pagos na aquisição de imobilizado, os quais segundo as leis brasileiras só poderão ser recuperáveis durante um período de 48 meses. Os impostos a pagar incluídos nesta rubrica são relativos essencialmente ao ICMS apurado no Estado do Paraná, o qual será pago num prazo de 48 meses com base num acordo especial celebrado com as autoridades governamentais locais.

Em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, o montante líquido a pagar e a recuperar relativo a "Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas" das operações em Portugal tem a seguinte composição:

	euros	30 Jun 2007	31 Dez 2006
Estimativa do imposto corrente sobre o rendimento do período relativo aos negócios domésticos		(100.097.032)	(116.612.097)
Pagamentos por conta		365.532	7.201.228
Retenções efectuadas por terceiros		1.364.480	3.274.064
Imposto a recuperar (i)		329.243	9.844.841
Imposto a receber (pagar) líquido relativo aos negócios em Portugal		(98.037.777)	(96.291.964)

(i) A 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica está relacionada com as retenções efectuadas por terceiros na Portugal Telecom, as quais só seriam recuperadas quando o Grupo comeceu a pagar impostos após a utilização dos prejuízos fiscais reportáveis, o que aconteceu no primeiro semestre de 2007.

A reconciliação entre o imposto corrente sobre o rendimento reflectido nos balanços em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006 e os custos com o imposto corrente sobre o rendimento dos exercícios findos naquelas datas é como segue:

	euros	30 Jun 2007	31 Dez 2006
Estimativa do imposto corrente sobre o rendimento do período relativo aos negócios domésticos		100.097.032	116.612.097
Imposto sobre o rendimento de empresas do Grupo sediadas no estrangeiro (ii)		21.238.151	45.631.371
Excesso de estimativa do exercício anterior (Note 18)		(8.626.652)	–
Provisões para contingências fiscais relativas a IRC (Notas 18 e 38)		1.414.078	8.545.381
Utilização de prejuízos fiscais reportáveis (i)		–	137.127.830
Outros		76.425	3.565.066
		114.199.034	311.481.745

(i) A 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica inclui essencialmente a utilização de prejuízos fiscais da Portugal Telecom e da PT Multimédia. A 30 de Junho de 2007 a PT Multimédia está classificada como uma operação descontinuada e a Portugal Telecom já utilizou a totalidade dos seus prejuízos fiscais reportáveis no final de 2006. (ii) A redução nesta rubrica está relacionada com a Vivo, no seguimento da reestruturação societária no Brasil no final de 2006, o que permitiu à Vivo a compensação entre prejuízos fiscais de certas empresas com ganhos fiscais de outras empresas.

O imposto corrente do período foi registado por contrapartida das seguintes rubricas:

	euros	30 Jun 2007	31 Dez 2006
Imposto sobre o rendimento (Nota 18)		109.761.604	308.814.019
Resultados acumulados		4.437.430	2.667.726
		114.199.034	311.481.745

28

Custos diferidos

Em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica tem a seguinte composição:

	euros	30 Jun 2007	31 Dez 2006
Taxas e outros impostos (i)		41.090.780	–
Publicação de listas telefónicas		23.943.985	35.231.362
Publicidade e propaganda		17.374.215	25.674.326
Venda de equipamentos (ii)		17.470.107	13.561.835
Rendas e alugueres		9.308.327	7.752.817
Manutenção e reparação		5.034.201	1.898.802
Juros pagos antecipadamente		1.086.193	831.413
Direitos de transmissão de eventos desportivos (iii)		–	21.731.063
Distribuição de canais (iii)		–	2.825.949
Outros		11.292.080	12.207.182
		126.599.888	121.714.749

(i) No inicio de cada ano a Vivo paga uma taxa por utilização de espectro, a qual é calculada de acordo com a base de clientes do ano transacto. Esta taxa é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica "Impostos indirectos" de forma linear até ao final do exercício. (ii) As vendas de telefones móveis na Vivo são reconhecidas quando o cliente final activa o equipamento. Como tal, a margem negativa, assim como os impostos indirectos, são diferidos e reconhecidos no acto de activação do equipamento pelo cliente. (iii) Estes custos diferidos estão relacionados com a PT Multimédia, pelo que em 30 de Junho de 2007, os mesmos encontram-se incluídos na rubrica "Activos relacionados com actividades descontinuadas".

29 Outros activos correntes e não correntes

Em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica tem a seguinte composição:

	euros	30 Jun 2007	31 Dez 2006
Outros activos correntes			
Contas a receber de operações QTE (Notas 3.l.ix) e 39)		85.822.772	46.332.009
Outros		4.035.867	4.072.995
		89.858.639	50.405.004
Outros activos não correntes			
Contas a receber de operações QTE (Notas 3.l.ix) e 39)		548.580.425	627.430.804
Valor de mercado dos equity swaps sobre acções da PT Multimedia e dos derivados de taxa de juro de cobertura de cash flow (Nota 41)		–	21.033.234
Outros		18.383.126	15.328.650
		566.963.551	663.792.688

30 Investimentos em empresas participadas

Em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica tem a seguinte composição:

	euros	30 Jun 2007	31 Dez 2006
Partes de capital em empresas associadas		224.870.222	229.455.418
Goodwill, líquido de perdas por imparidade		167.464.852	164.612.372
Empréstimos concedidos a empresas associadas e outras empresas		90.562.940	102.018.169
Partes de capital em outras empresas		2.147.365	3.012.320
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros		164.557	–
		485.209.936	499.098.279

Em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, a rubrica “Partes de capital em empresas associadas” tem a seguinte composição:

	euros	30 Jun 2007	31 Dez 2006
Unitel		107.050.583	116.979.117
Universo Online, Inc (“UOL”)		61.614.569	51.827.526
CTM – Companhia de Telecomunicações de Macau, SARL (“CTM”)		31.816.455	30.296.559
Médi Télecom		12.266.654	9.798.765
Banco Best, SA		7.363.720	7.362.020
INESC – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores (i)		2.992.787	2.992.787
Guiné Telecom, SARL (i)		2.907.534	2.907.534
Hungaro Digitel KFT		2.837.716	2.477.113
Páginas Amarelas, SA (“Páginas Amarelas”)		66.161	3.721.127
Lisboa TV – Informação e Multimédia, SA (ii)		–	3.534.312
Outras empresas		1.854.364	3.458.879
		230.770.543	235.355.739
Ajustamentos a partes de capital em empresas associadas (Nota 38)		(5.900.321)	(5.900.321)
		224.870.222	229.455.418

(i) Em 30 de Junho de 2007, estes investimentos financeiros encontram-se totalmente ajustados. (ii) O investimento nesta empresa é detido pela PT Conteúdos (uma subsidiária totalmente detida pela PT Multimédia), a qual se encontra classificada como operação descontinuada em 30 de Junho de 2007.

Em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, a rubrica “Goodwill, líquido de perdas por imparidade” tem a seguinte composição:

	euros	30 Jun 2007	31 Dez 2006
Páginas Amarelas		83.754.434	83.754.434
UOL		57.211.915	53.773.291
Unitel		26.498.503	26.498.503
Outras empresas		–	586.144
		167.464.852	164.612.372

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2007 e 2006, não foram registadas perdas por imparidade relativamente aos valores de goodwill acima indicados. Adicionalmente, durante o semestre findo a 30 de Junho de 2007, não ocorreram acontecimentos que possam indicar a existência de quaisquer perdas de imparidade nestes investimentos.

Os empréstimos concedidos a empresas associadas e outras destinam-se essencialmente a financiar as suas actividades, nomeadamente no desenvolvimento de novos negócios. Em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, estes empréstimos eram como segue:

	euros	30 Jun 2007	31 Dez 2006
Médi Télécum		68.590.690	68.106.243
Sportinveste Multimédia (i)		35.318.668	35.318.668
INESC (ii)		3.292.066	3.292.066
Sport TV/Sportinveste (iii)		–	12.500.000
Outras empresas		2.949.255	2.041.301
		110.150.679	121.258.278
Ajustamentos a empréstimos concedidos a empresas associadas e outras (Nota 38)		(3.292.066)	(3.292.066)
Ajustamentos resultantes da aplicação da equivalência (Nota 38) (iv)		(16.295.673)	(15.948.043)
		90.562.940	102.018.169

(i) Este montante inclui prestações acessórias de 30.023.168 euros (Nota 42) e empréstimos de 5.295.500 euros. (ii) Este empréstimo encontra-se integralmente ajustado. (iii) Em 31 de Dezembro de 2006, este valor respeita a empréstimos concedidos pela PT Multimédia, que em 30 de Junho de 2007 se encontra classificada com uma operação descontinuada. (iv) Este valor corresponde às perdas acumuladas resultantes da aplicação da equivalência patrimonial que excederem o valor do investimento inicial, tendo por este motivo sido reconhecidas como uma redução ao valor do empréstimo concedido às mesmas. Se as perdas acumuladas resultantes da aplicação do método de equivalência patrimonial forem superiores ao total do investimento (incluindo empréstimos) em empresas associadas, é registada uma provisão na rubrica “Provisões para outros riscos e custos – outros” (Nota 38). A 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, essa provisão ascende a 3.797.169 euros e 4.548.077 euros, respectivamente (Nota 38). Naquelas datas, os ajustamentos associados a capitais próprios negativos das associadas estão relacionados com o investimento na Sportinveste Multimédia.

Em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, a rubrica “Partes de capital em outras empresas” tem a seguinte composição:

	euros	30 Jun 2007	31 Dez 2006
Guinetel		752.835	966.277
Janela Digital		605.722	586.696
Archways (i)		–	2.997.158
Outras empresas		788.808	1.277.212
		2.147.365	5.827.343
Ajustamentos a partes de capital em empresas participadas (Nota 38)		–	(2.815.023)
		2.147.365	3.012.320

(i) Esta empresa foi totalmente consolidada em 30 de Junho de 2007.

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2007 e 2006, os ganhos e perdas em empresas associadas têm a seguinte composição:

	2007	2006	euros
Unitel	41.873.882	35.621.316	
Médi Télécum (i)	2.514.392	11.258.953	
CTM	8.656.072	7.693.570	
UOL	5.370.387	3.707.748	
Outras	(5.545.191)	(12.669.624)	
	52.869.542	45.611.963	

(i) No primeiro semestre de 2006, a quota-parte da PT nos resultados desta empresa associada ascendeu a 11.258.953 euro e foi registada como uma redução da provisão para perdas em empresas associadas, na medida em que a Médi Télécum tinha uma situação líquida negativa a 31 de Dezembro de 2005.

Os dados financeiros das principais empresas associadas em 30 de Junho de 2007 e no semestre findo nessa data eram como segue:

	Participação	Total do activo	Total do passivo	Capital próprio	Receitas operacionais	Resultado líquido	euros
Unitel	25,00%	782.944.898	354.742.566	428.202.332	281.181.315	167.495.528	
Médi Télécum	32,18%	1.103.629.108	1.065.510.233	38.118.875	212.207.789	7.813.524	
UOL	29,00%	266.444.820	53.980.789	212.464.031	86.406.055	18.518.576	
CTM	28,00%	168.188.341	54.558.144	113.630.196	97.959.792	30.914.543	

Os dados financeiros das principais empresas associadas em 31 de Dezembro de 2006 e no período de seis meses findo nessa data eram como segue:

	Participação	Total do activo	Total do passivo	Capital próprio	Receitas operacionais	Resultado líquido	euros
Unitel	25,00%	657.489.749	189.573.281	467.916.468	235.063.010	142.485.264	
Médi Télécum	32,18%	1.146.312.081	1.115.862.221	30.449.860	202.804.505	34.987.424	
UOL	29,00%	263.143.894	84.428.287	178.715.607	88.096.565	12.785.338	
CTM	28,00%	165.642.343	57.440.347	108.201.996	101.392.800	27.477.036	

31 Outros investimentos

Em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica tem a seguinte composição:

	Saldo	Variação no valor	Alienações	Saldo
	31 Jun 2007	de mercado	(Nota 16 e 43.d)	31 Dez 2006
Investimentos financeiros disponíveis para venda (Nota 3.Lii)	4.518.877		99.744.129	
Propriedades de investimento, líquido de amortizações acumuladas	25.821.846		26.344.787	
Outros investimentos financeiros	4.465.108		6.302.163	
	34.805.831		132.391.079	

O valor de mercado dos investimentos financeiros disponíveis para venda foi determinado com base na sua cotação de mercado à data do balanço, tendo a respectiva variação sido reconhecida em "Resultados acumulados". O detalhe e o movimento ocorrido nesta rubrica no semestre findo em 30 de Junho de 2007 foram como segue:

	Saldo	Variação no valor	Alienações	Saldo
	31 Dez 2006	de mercado	(Nota 16 e 43.d)	30 Jun 2007
Banco Espírito Santo (i)	95.340.000	14.978.600	(110.318.600)	–
Telefónica	4.404.129	114.748	–	4.518.877
	99.744.129	15.093.348	(110.318.600)	4.518.877

(i) No seguimento da alienação deste investimento, a Portugal Telecom registou no primeiro semestre de 2007 um ganho de 35.698.600 euros (Nota 16) na rubrica "Perdas (ganhos) em activos financeiros", correspondente ao valor acumulado das variações no justo valor deste investimento até à data da alienação, previamente registadas na situação líquida.

A rubrica “Propriedades de investimento” respeita essencialmente a terrenos e edifícios detidos pela PT Comunicações que não se encontram afectos à sua actividade operacional. Estes activos encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. A PT Comunicações efectua avaliações regulares a estes imóveis, sendo as eventuais perdas por imparidade registadas em resultados. As rendas destes imóveis obtidas pela PT Comunicações decorrem dos alugueres destes activos, tendo ascendido a 925.961 euros e a 652.792 euros nos primeiros semestres de 2007 e 2006, respectivamente (Nota 16). Durante os semestres findos em 30 de Junho de 2007 e 2006, o custo decorrente da amortização destes activos ascendeu a 522.942 euros e a 491.680 euros, respectivamente (Nota 16), não tendo sido apurada qualquer perda por imparidade. Adicionalmente, encontram-se instalados em propriedade alheia ou em propriedade pública ou ainda não se encontram registados no nome da PT Comunicações imóveis no montante de 8.058.967 euros e 13.166.686 euros, respectivamente.

Em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, os outros investimentos financeiros, que para efeitos contabilísticos são reconhecidos ao custo de aquisição deduzidos de perdas por imparidade, têm a seguinte composição:

	euros	30 Jun 2007	31 Dez 2006
Lea Louise (i)		7.899.715	–
Tagusparque		1.296.875	1.296.875
Vortal		687.514	687.514
Seguradora Internacional		617.224	704.448
Cypress (ii)		–	3.016.754
Outras empresas		4.940.739	6.477.901
		15.442.067	12.183.492
Ajustamentos aos outros investimentos (Nota 38)		(10.976.959)	(5.881.329)
		4.465.108	6.302.163

(i) Durante o primeiro semestre 2007, a Portugal Telecom alienou 90% do investimento que detinha nesta empresa, que detém investimento no Congo. No seguimento desta alienação, o investimento nesta empresa foi integralmente provisionado e encontra-se registado ao custo de aquisição, enquanto em 2006 era integralmente consolidado. (ii) Esta participação financeira era detida pela PT Multimédia a 31 de Dezembro de 2006.

32 Activos intangíveis

Durante os semestres findos em 30 de Junho de 2007 e 2006, os movimentos ocorridos nos activos intangíveis foram como segue:

	Saldo	Alteração do	Operações	Aumentos	Ajustamentos	Transferências,	Saldo
	31 Dez 2006	perímetro de	descontinuadas		cambiais	abates e outros	30 Jun 2007
Valor de custo							
Propriedade industrial e outros direitos	3.187.464.243	(32.430)	(207.561.435)	28.451.803	182.595.761	18.239.536	3.209.157.479
Goodwill	1.284.041.510	(2.610.251)	(254.516.010)	–	54.357.631	–	1.081.272.880
Outros activos intangíveis	26.944.906	(258.136)	–	246.052	124.019	1.867.520	28.924.361
Activos intangíveis em curso	17.672.184	–	(277.194)	18.324.254	1.777.597	(19.848.202)	17.648.639
	4.516.122.843	(2.900.817)	(462.354.639)	47.022.109	238.855.008	258.854	4.337.003.359
Amortizações acumuladas							
Propriedade industrial e outros direitos	1.008.817.783	(31.043)	(48.787.295)	125.457.884	64.708.028	1.475.572	1.151.640.929
Outros activos intangíveis	16.423.797	(254.824)	–	4.485.431	(94.114)	(474.951)	20.085.339
	1.025.241.580	(285.867)	(48.787.295)	129.943.315	64.613.914	1.000.621	1.171.726.268
	3.490.881.263	(2.614.950)	(413.567.344)	(82.921.206)	174.241.094	(741.766)	3.165.277.091

	Saldo 31 Dez 2005	Alteração do perímetro de consolidação	Aumentos	Ajustamentos cambiais	Transferências, abates e outros	Saldo 30 Jun 2006	euros
Valor de custo							
Propriedade industrial e outros direitos	3.054.360.600	(1.788.989)	56.202.993	(32.272.461)	47.382.931	3.123.885.074	
Goodwill	1.252.866.414	–	4.112.173	(9.804.097)	–	1.247.174.490	
Outros activos intangíveis	23.881.640	–	1.541.504	(194.758)	2.166.616	27.395.002	
Activos intangíveis em curso	18.145.079	–	23.925.679	(811.014)	(33.562.707)	7.697.037	
	4.349.253.733	(1.788.989)	85.782.349	(43.082.330)	15.986.840	4.406.151.603	
Amortizações acumuladas							
Propriedade industrial e outros direitos	739.141.197	(521.405)	147.469.904	(11.501.798)	4.334.163	878.922.061	
Outros activos intangíveis	8.492.066	–	4.383.363	(165.009)	397.207	13.107.627	
	747.633.263	(521.405)	151.853.267	(11.666.807)	4.731.370	892.029.688	
	3.601.620.470	(1.267.584)	(66.070.918)	(31.415.523)	11.255.470	3.514.121.915	

As alterações no perímetro de consolidação no primeiro semestre de 2007 estão relacionadas essencialmente com a alienação da TV Cabo Macau e Lea Louise (Anexo I). As alterações no perímetro de consolidação no primeiro semestre de 2006 estão relacionadas essencialmente com a alienação da PrimeSys TI.

A PT Multimédia foi classificada como uma operação descontinuada (Nota 19), como tal, os seus activos intangíveis a 30 de Junho de 2007 estão incluídos na rubrica “Activos relacionados com actividades descontinuadas”, encontrando-se reflectido o ajustamento do saldo a 31 de Dezembro de 2006 na coluna “Operações descontinuadas”.

O aumento das amortizações acumuladas durante o primeiro semestre de 2007 está relacionado com operações continuadas tendo sido registadas na rubrica “Amortizações”. O aumento nas amortizações acumuladas no primeiro semestre de 2006 inclui o montante de 142.078.673 euros relacionado com operações continuadas, registadas na rubrica “Amortizações”, e 9.774.594 euros relacionado com operações descontinuadas, registado na rubrica “Operações descontinuadas”.

Em 30 de Junho de 2007, a rubrica “Propriedade industrial e outros direitos” inclui essencialmente:

- > Um montante de 339.964.723 euros relativo à aquisição da propriedade plena da Rede Básica pela PT Comunicações ao Estado Português, o qual corresponde ao valor pago em 27 de Dezembro de 2002 (365 milhões de euros), deduzido (i) do valor da renda da concessão de 2002 (16.604.413 euros), que estava contemplado no valor de aquisição mas que foi registado como custo daquele exercício, uma vez que a aquisição só ocorreu no final do ano, e (ii) do ganho apurado numa operação de QTE (8.430.864 euros) realizada em 2003 sobre diversos equipamentos afectos à Rede Básica e que tinha sido considerado no valor da avaliação efectuada pela Portugal Telecom no âmbito da aquisição da propriedade da Rede Básica;
- > Um montante de 1.920.375.721 euros relativo a 50% do (i) valor imputado às licenças de Banda A detidas pela Vivo no processo de alocação do preço de compra de certas subsidiárias da Brasilcel agora incorporadas na Vivo, e (ii) do valor de custo das licenças de Banda B adquiridas em exercícios anteriores por empresas subsidiárias da Brasilcel para operar em determinados estados brasileiros;
- > Um montante de 666.999.854 euros relativo a licenças de utilização de software;
- > Um montante de 141.092.912 euros relativo ao valor pago pela TMN para obtenção de uma licença de UMTS. Adicionalmente, a TMN e os demais operadores móveis assumiram o compromisso de efectuar contribuições para a sociedade da informação. No âmbito do processo de aquisição da licença de UMTS, a TMN comprometeu-se a efectuar contribuições no valor de 532 milhões de euros para o desenvolvimento da sociedade da informação, durante o período da licença (2015). Em Maio de 2007, no seguimento do acordo celebrado entre a TMN e o Estado Português e, considerando as contribuições já efectuadas, o compromisso vincendo foi calculado em 355 milhões de euros. As contribuições futuras contemplarão a subsidiação de equipamento, a prestação de serviços a preços reduzidos e investimentos na rede UMTS;
- > Um montante de 80.810.682 euros relativo ao aluguer de equipamentos terminais que foram disponibilizados a clientes de serviços móveis pós pagos, os quais estão a ser amortizados durante o período de duração dos respectivos contratos de aluguer; e
- > Um montante de 32.944.786 euros resultante da imputação do preço de compra da MTC e relativo ao valor do acordo parassocial celebrado com os restantes acionistas, o qual atribui à Portugal Telecom o controlo da MTC.

Em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, o goodwill relacionado com empresas subsidiárias repartia-se da seguinte forma:

	euros	
	30 Jun 2007	31 Dez 2006
Vivo (i)		
Rede fixa		
PT.COM	162.624.017	162.624.017
PT Comunicações (negócio de telecomunicações internacionais)	75.634.389	75.634.389
PT Prime (transmissão de dados)	32.126.523	32.126.523
Outras empresas	570.204	570.204
	270.955.133	270.955.133
PT Multimedia		
TV por subscrição (ii)		
Outro negócios (Nota 7.d)	–	254.516.010
MTC	39.287.809	40.499.689
PT SI	8.956.960	8.956.960
Cabo Verde Telecom	7.124.252	7.124.252
Web-Lab	6.543.675	6.543.675
TV Cabo Macau (iii)	–	2.610.251
Outras empresas	34.023	34.023
	61.946.719	65.768.850
	1.081.272.880	1.284.041.510

(i) O aumento do goodwill do segmento Vivo resulta essencialmente da valorização do real brasileiro face ao Euro no primeiro semestre de 2007 (a taxa de câmbio do Euro/Real brasileiro, em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, era de, respectivamente, 2,6024 e 2,8118). (ii) O goodwill relacionado com o negócio de multimédia encontra-se incluído na rubrica "Activos relacionados com operações descontinuadas" a 30 de Junho de 2007. (iii) O investimento nesta empresa foi alienado em Janeiro de 2007 pelo montante de 3.108.957 euros (Nota 32 e Anexo I).

Para efeitos da análise de imparidade, o goodwill foi distribuído pelas unidades geradoras de caixa, as quais correspondem aos segmentos de negócio reportáveis (Nota 7). O Conselho de Administração, suportado no valor dos fluxos de caixa previsionais daqueles segmentos, descontados à taxa considerada aplicável a cada negócio, concluiu que, em 31 de Dezembro de 2006, o valor contabilístico dos investimentos financeiros, incluindo goodwill, não excede o seu valor recuperável. Durante o primeiro semestre de 2007, não se verificaram quaisquer acontecimentos que possam indicar a existência de imparidade no goodwill destes investimentos.

33 Activos tangíveis

Durante os semestres findos em 30 de Junho de 2007 e 2006, os movimentos ocorridos nesta rubrica foram como segue:

	Saldo 31 Dez 2006	Alteração do perímetro de consolidação	Operações descontinuadas	Aumentos	Ajustamentos cambiais	Transferências, abates e outros	Saldo 30 Jun 2007	euros
Valor de custo								
Terrenos e recursos naturais	80.701.925	–	(2.536.060)	2.756	888.512	(170.330)	78.886.803	
Edifícios e outras construções	994.010.394	(566.088)	(41.689.480)	4.002.832	4.476.090	7.495.798	967.729.546	
Equipamento básico	11.693.392.675	(5.193.750)	(592.065.927)	119.118.783	213.597.792	106.916.107	11.535.765.680	
Equipamento de transporte	83.151.249	(110.754)	(6.719.774)	3.823.390	226.271	(4.643.009)	75.727.373	
Ferramentas e utensílios	22.364.493	(30.836)	(240.069)	966.476	411.783	48.992	23.520.839	
Equipamento administrativo	1.040.518.167	(534.278)	(60.499.407)	16.810.864	11.308.015	6.221.382	1.013.824.743	
Outros activos tangíveis	68.698.713	–	(17.322.602)	724.283	(23.849)	135.057	52.211.602	
Activos tangíveis em curso	202.969.026	–	(7.557.835)	114.261.736	12.241.918	(178.613.709)	143.301.136	
Adiantamentos por conta de activos tangíveis	332.613	–	(663.882)	96.800	(22.410)	–	(256.879)	
	14.186.139.255	(6.435.706)	(729.295.036)	259.807.920	243.104.122	(62.609.712)	13.890.710.843	
Amortizações acumuladas								
Terrenos e recursos naturais	12.329.972	–	–	–	–	(18.656)	12.311.316	
Edifícios e outras construções	561.196.222	(515.553)	(14.454.140)	23.740.545	1.109.864	(1.859.656)	569.217.282	
Equipamento básico	8.696.866.112	(4.526.700)	(360.337.269)	339.262.878	147.264.795	(39.400.753)	8.779.129.063	
Equipamento de transporte	43.232.754	(94.198)	(4.013.203)	7.439.460	118.745	(3.329.410)	43.354.148	
Ferramentas e utensílios	18.458.676	(28.944)	(199.540)	482.697	184.443	2.390	18.899.722	
Equipamento administrativo	848.234.080	(524.714)	(38.317.829)	38.847.881	7.298.251	(3.476.050)	852.061.619	
Outros activos tangíveis	63.788.249	–	(14.690.691)	888.592	(13.422)	(527.255)	49.445.473	
	10.244.106.065	(5.690.109)	(432.012.672)	410.662.053	155.962.676	(48.609.390)	10.324.418.623	
	3.942.033.190	(745.596)	(297.282.364)	(150.854.133)	87.141.446	(14.000.322)	3.566.292.220	

	Saldo 31 Dez 2005	Alteração do perímetro de consolidação	Aumentos	Ajustamentos cambiais	Transferências, abates e outros	Saldo 30 Jun 2006	euros
Valor de custo							
Terrenos e recursos naturais	79.629.860	–	330.778	(158.240)	(19.015)	79.783.383	
Edifícios e outras construções	936.482.427	–	5.045.721	(1.361.480)	6.598.942	946.765.610	
Equipamento básico	11.217.237.559	(227.137)	155.577.399	(39.392.627)	84.103.467	11.417.298.661	
Equipamento de transporte	76.931.737	–	6.738.543	(262.658)	(6.788.321)	76.619.301	
Ferramentas e utensílios	20.240.728	(21.360)	1.171.011	(95.873)	873.719	22.168.225	
Equipamento administrativo	964.421.977	(506.576)	23.723.254	(2.667.314)	2.919.911	987.891.252	
Outros activos tangíveis	65.655.643	–	1.104.272	(69.775)	(347.315)	66.342.825	
Activos tangíveis em curso	152.051.621	–	95.421.101	(2.298.109)	(122.483.898)	122.690.715	
Adiantamentos por conta de activos tangíveis	1.359.837	–	–	11.689	(414.286)	957.240	
	13.514.011.389	(755.073)	289.112.079	(46.294.387)	(35.556.796)	13.720.517.212	
Amortizações acumuladas							
Terrenos e recursos naturais	12.417.562	–	–	–	(2.412)	12.415.150	
Edifícios e outras construções	519.591.043	–	23.941.622	(335.087)	(283.918)	542.913.660	
Equipamento básico	8.019.715.144	(32.577)	372.441.133	(26.918.879)	(30.492.903)	8.334.711.918	
Equipamento de transporte	39.693.211	–	7.137.085	(152.320)	(5.590.677)	41.087.299	
Ferramentas e utensílios	17.753.878	(92)	380.162	(47.326)	(3.603)	18.083.019	
Equipamento administrativo	777.628.771	(105.597)	40.844.093	(1.712.006)	(2.345.212)	814.310.049	
Outros activos tangíveis	65.208.659	–	475.970	(261.156)	13.518.971	78.942.444	
	9.452.008.268	(138.266)	445.220.065	(29.426.774)	(25.199.754)	9.842.463.539	
	4.062.003.121	(616.807)	(156.107.986)	(16.867.613)	(10.357.042)	3.878.053.673	

As alterações no perímetro de consolidação no primeiro semestre de 2007 estão relacionadas essencialmente com a alienação da TV Cabo Macau e Lea Louise (Anexo I). As alterações no perímetro de consolidação no primeiro semestre de 2006 estão relacionadas essencialmente com a alienação da PrimeSys TI.

A PT Multimédia foi classificada como uma operação descontinuada (Nota 19), como tal, os seus activos tangíveis a 30 de Junho de 2007 estão incluídos na rubrica "Activos relacionadas com actividades descontinuadas", encontrando-se reflectido o ajustamento do saldo a 31 de Dezembro de 2006 na coluna "Operações descontinuadas".

O aumento das amortizações durante o primeiro semestre de 2007 está relacionado com operações continuadas tendo sido registadas na rubrica "Amortizações". O aumento nas amortizações acumuladas no primeiro semestre de 2006 inclui o montante de 415.072.377 euros relacionado com operações continuadas, registadas na rubrica "Amortizações", e 30.147.688 euros relacionado com operações descontinuadas, registado na rubrica "Operações descontinuadas".

No primeiro semestre de 2007, a coluna "Transferências, abates e outros" inclui o valor de 11 milhões de euros relacionados com o write-off de determinados activos tangíveis da PT Comunicações (Nota 7.a).

Relativamente aos activos tangíveis e em curso são de referir as seguintes situações:

- > Os bens que se encontram incluídos no imobilizado corpóreo da PT Comunicações e que, nos termos do Acordo Modificativo do Contrato de Concessão, se encontram afectos à Concessão ascendem a 1.155.033.576 euros;
- > A PT Comunicações tem localizado no estrangeiro imobilizações corpóreas no valor de 20.976.649 euros, das quais assumem particular relevo as participações em consórcios de cabos submarinos;
- > Em exercícios anteriores, a PT Comunicações, a PT Prime e a TMN celebraram contratos de QTE, os quais compreenderam a alienação de determinados equipamentos de telecomunicações a investidores estrangeiros. Em simultâneo, estes investidores celebraram contratos de locação dos equipamentos com entidades constituídas especificamente para o efeito, as quais celebraram com a PT Comunicações, a PT Prime e a TMN contratos de venda condicional dos mesmos equipamentos, por um valor idêntico ao da alienação inicialmente referida. As empresas do Grupo PT mantêm legalmente a posse desses equipamentos, sem prejuízo das alienações e substituições de equipamentos que possam vir a efectuar. Estas operações de cross border lease configuraram globalmente operações de sale and lease-back, pelo que não foi reconhecida a venda destes equipamentos, mantendo-se os mesmos registados no activo de cada uma destas empresas.

34

Empréstimos obtidos

Em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, o detalhe dos empréstimos obtidos era como segue:

		30 Jun 2007		31 Dez 2006
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empréstimos por obrigações não convertíveis	–	3.156.212.612	–	3.133.646.046
Empréstimos bancários				
Empréstimos externos	336.047.309	1.009.495.898	381.866.643	1.075.326.685
Empréstimos internos	1.894.295	2.311.851	24.994.569	28.075.839
Outros empréstimos				
Papel comercial	239.848.676	–	749.411.565	–
Empréstimos externos	460.231	41.538	460.231	271.654
Passivo relativo a equity swaps sobre acções próprias (Nota 40.3)	776.772.019	–	187.612.393	–
Locação financeira	17.594.573	91.177.553	28.378.629	230.216.908
	1.372.617.103	4.259.239.452	1.372.724.030	4.467.537.132

34.1 Empréstimos por obrigações não convertíveis

Em 7 de Abril de 1999, a PT Finance procedeu à emissão de Global Medium Term Notes (“GMTN”) no valor de 1.000.000.000 de euros. Estes títulos correspondiam a obrigações não convertíveis emitidas por esta empresa, disponíveis no mercado do euro, com uma taxa de juro anual de 4,625% e maturidade em Abril 2009. O Grupo adquiriu algumas destas obrigações em exercícios anteriores, tendo em Novembro de 2004 cancelado todas as obrigações não convertíveis que estavam em carteira, com um valor nominal de 120.500.000 euros. Em 30 de Junho de 2007, o valor das obrigações em circulação ascendia a 879.500.000 euros.

Em 1 de Agosto de 2003, a Vivo contraiu um empréstimo por obrigações não convertíveis no montante de 500 milhões de reais brasileiros (96 milhões de euros em 30 de Junho de 2007), com uma maturidade de cinco anos e uma taxa de juro anual de 104,4% do CDI.

Em 1 de Maio de 2005, a Vivo contraiu um empréstimo por obrigações não convertíveis no montante de 1.000 milhões de reais brasileiros (192 milhões de euros em 30 de Junho de 2007), com uma maturidade de dez anos e uma taxa de juro anual entre 103,3% e 104,2% do CDI.

Durante 2005, o Grupo, através da sua participada PT Finance, procedeu à emissão de três Eurobonds, no âmbito do Programa de Global Médium Term Notes, com os seguintes montantes e maturidades:

- > Em 24 de Março de 2005, procedeu à emissão de Eurobonds no montante de 1.000 milhões de euros com uma taxa de juro anual de 3,75% e maturidade em 2012;
- > Em 24 de Março de 2005, procedeu à emissão de Eurobonds no montante de 500 milhões de euros com uma taxa de juro anual de 4,375% e maturidade em 2017; e
- > Em 16 de Junho de 2005, procedeu à emissão de Eurobonds no montante de 500 milhões de euros com uma taxa de juro anual de 4,5% e maturidade em 2025.

As despesas incorridas na data de emissão destas obrigações, as quais são relacionadas com os arredondamentos na fixação das taxas de juro das emissões e com comissões, são diferidas e registadas a deduzir a estes empréstimos, sendo reconhecidas em resultados durante o período dos referidos empréstimos. Em 30 de Junho de 2007, o saldo destes custos diferidos ascendia a 11.482.900 euros.

Em 30 de Junho de 2007, o valor máximo utilizável do Programa GMTN da PT Finance ascendia a 7.500.000.000 euros, dos quais 2.879.500.000 foram utilizados até 30 de Junho de 2007.

O valor de mercado a 30 de Junho de 2007 do total de obrigações emitidas ascendia a 2.976 milhões de euros.

34.2 Empréstimos bancários

Em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, os empréstimos bancários encontravam-se expressos nas seguintes moedas:

	30 Jun 2007	31 Dez 2006
	Moeda original	Moeda original
	Euros	Euros
Euros	873.436.368	945.336.195
Dólares americanos	28.086.845	28.128.423
Reais brasileiros	1.183.513.801	1.505.081.850
Outras	737.796	8.296.152
	1.349.749.353	1.510.263.736

Em 2003, foi contratada uma Multicurrency Revolving Credit Facility no montante de 500 milhões de euros, com uma maturidade de dois anos, com possibilidade de renovação. Em 2005, esta Facility foi renegociada, tendo as datas de vencimento sido alteradas para Fevereiro de 2009 e de 2010 (50% do montante em dívida em cada um dos anos).

Em 2004, a Portugal Telecom e a PT Finance contrataram três outras Multicurrency Revolving Credit Facilities no montante de 400 milhões de euros, nas seguintes datas, montantes e maturidades:

- > Em 24 de Junho de 2004, no montante de 150 milhões de euros, com uma maturidade inicial de quatro anos, alargada em 2005 para seis anos;
- > Em 18 de Outubro de 2004, no montante de 100 milhões de euros, com uma maturidade inicial de três anos, alargada em 2005 para cinco anos;
- > Em 22 de Outubro de 2004, no montante de 150 milhões de euros, com uma maturidade de três anos e meio.

Em 30 de Junho de 2007, o montante utilizado pelo Grupo no âmbito destas quatro Facilities era de 185 milhões de euros.

A 30 de Junho de 2007, a Vivo possui ainda uma linha de crédito de 1.650 milhões de Reais, ainda por utilizar.

Em 30 de Junho de 2007, o montante total de financiamentos obtidos junto do Banco Europeu de Investimento ("BEI") e do KFW era de, respectivamente, 668 milhões de euros e 5 milhões de euros, com vencimento até 2014.

Em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, os empréstimos bancários contraídos pela Portugal Telecom ou pelas suas empresas participadas venciam juros a taxas anuais que, equiparadas a financiamentos em euros, variavam entre:

	euros	30 Jun 2007	31 Dez 2006
Taxa máxima		5,46%	5,46%
Taxa mínima		3,00%	3,00%

A 30 de Junho de 2007, o justo valor da totalidade dos empréstimos bancários ascendia a 1.257 milhões de euros.

34.3 Papel comercial

A Portugal Telecom tem contratado programas de papel comercial de curto prazo no montante total de 875 milhões de euros, estando utilizado um montante de 239.848.676 euros em 30 de Junho de 2007, a uma taxa de juro média anual de 4,17%, com liquidação prevista para Julho de 2007. A 30 de Junho de 2007 o justo valor do papel comercial em dívida é semelhante ao seu valor contabilístico.

34.4 Locações

As obrigações com contratos de locação financeira a 30 de Junho de 2007, estão essencialmente relacionadas com a locação de veículos e edifícios. A redução ocorrida nesta rubrica é essencialmente explicada pelo contributo do negócio de multimédia a 31 de Dezembro de 2006, o qual ascendia a cerca de 143 milhões de euros.

34.5 Dívida de médio e longo prazo

Em 30 de Junho de 2007, a parcela dos empréstimos classificados como não correntes têm o seguinte plano de reembolso previsto:

	euros
Segundo semestre de 2008	365.258.805
2009	1.120.878.191
2010	244.016.798
2011	108.895.217
Primeiro semestre de 2012	1.034.744.741
Segundo semestre de 2012	85.111.674
2013 e anos seguintes	1.300.334.026
	4.259.239.452

34.6 34.6. Condisionalismos financeiros

Em 30 de Junho de 2007, os principais condisionalismos financeiros (“covenants”) incluídos em contratos de dívida, todos eles em situação de cumprimento àquela data, eram como segue:

Alteração de controlo

As Credit Facilities, no montante total de 900 milhões de euros, e determinados empréstimos obtidos junto do BEI, totalizando 655 milhões de euros em 30 de Junho de 2007, conferem o direito aos mutuantes de exigirem o pagamento de todos os montantes em dívida no caso de alteração de controlo da Portugal Telecom.

Notações de rating

Determinados empréstimos obtidos junto do BEI, totalizando 364 milhões de euros em 30 de Junho de 2007, estabelecem que, caso o rating atribuído à Portugal Telecom pelas agências de rating seja reduzido para BBB/Baa2 ou inferior, a Empresa poderá ser chamada a apresentar uma garantia bancária aceitável pelo banco. Em resultado do downgrade da Portugal Telecom, anunciado em 3 de Agosto de 2006, para BBB– pela S&P, Baa2 pela Moody's e BBB pela Fitch, a Empresa negocou com o BEI a revisão dos termos e condições destes empréstimos. O acordo entre as duas entidades, assinado em 23 de Fevereiro de 2007, prevê a possibilidade de apresentação de garantia apenas no caso de redução do rating vigente à data actual (BBB– pela S&P, Baa2 pela Moody's e BBB pela Fitch).

Manutenção de controlo/alienação das empresas participadas

A Credit Facility de 500 milhões de euros estabelece que a Portugal Telecom terá de manter, directa ou indirectamente, a maioria do capital e o controlo de cada uma das suas “Material Subsidiaries” (subsidiárias cujo activo bruto seja igual ou superior a 10% do activo consolidado ou cujos proveitos sejam iguais ou superiores a 10% dos proveitos consolidados).

Alienação de activos

A Credit Facility de 100 milhões de euros e empréstimos obtidos junto do BEI, no montante de 662 milhões de euros em 30 de Junho 2007, incluem cláusulas que limitam ou condicionam a alienação de activos da Portugal Telecom. No âmbito do acordo com o BEI de 23 de Fevereiro de 2007, referido acima, o banco renunciou ao exercício dos seus direitos no âmbito desta cláusula exclusivamente para efeitos da operação de spin-off da PT Multimédia (sujeita à aprovação da Assembleia Geral de Accionistas da Portugal Telecom).

Rácios financeiros

A Credit Facility de 500 milhões de euros e uma das Credit Facilities de 150 milhões de euros prevêem a obrigação de assegurar que a dívida líquida consolidada não excede 3,5 vezes o EBITDA consolidado. A Credit Facility de 100 milhões de euros prevê a obrigação de assegurar que a dívida líquida consolidada não excede 4,0 vezes o EBITDA consolidado. As actuais condições financeiras (spread aplicável) relativas à Credit Facility de 500 milhões de euros e a uma das Credit Facilities de 150 milhões de euros podem ser alteradas se o rácio dívida líquida consolidada/EBITDA consolidado for superior, respectivamente, a 2,5 e 2,25. Em 30 de Junho de 2007, este rácio é equivalente a 1,87.

Negative pledge

O Programa de Global Medium Term Notes e as Credit Facilities que totalizam 900 milhões de euros estão abrangidos por cláusulas de Negative pledge, as quais impõem restrições à constituição de garantias reais sobre os activos das empresas englobadas na consolidação do Grupo.

35 Contas a pagar – outros

Em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica tem a seguinte composição:

	euros	
	30 Jun 2007	31 Dez 2006
Fornecedores conta corrente	636.391.557	706.367.545
Fornecedores de imobilizado	194.194.228	347.216.526
Pessoal	15.100.745	18.382.030
Outros	43.665.138	43.123.122
	889.351.668	1.115.089.223

36 Acréscimos de custos

Em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica tem a seguinte composição:

	euros	
	30 Jun 2007	31 Dez 2006
Fornecimentos e serviços externos	215.898.859	299.237.991
Juros a liquidar (i)	129.018.031	196.902.460
Encargos com férias, subsídio de férias e outros encargos com pessoal	97.930.398	111.835.095
Descontos a conceder a clientes	47.498.269	39.057.657
Outros	43.236.791	33.184.329
	533.582.348	680.217.532

(i) Em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica inclui, respectivamente, (a) 57,3 milhões de euros e 58,5 milhões de euros (Nota 41) relativos ao justo valor da componente de juro de derivados de taxa de câmbio e de taxa de juro contratados pela Vivo, respectivamente, e (b) 13,1 milhões de euros e 11,2 milhões de euros (Nota 41), respectivamente, relacionados com o justo valor dos derivados de taxa de câmbio e taxa de juro contratados por diversas empresas do Grupo, em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, respectivamente. A redução nesta rubrica no primeiro semestre de 2007, está essencialmente relacionada com o facto de os juros suportados com os Eurobonds emitidos no primeiro semestre de 2005 e Eurobond emitido a 7 de Abril de 1999 (Nota 34), serem pagos no primeiro semestre de cada ano.

37 Proveitos diferidos

Em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica tem a seguinte composição:

	euros	
	30 Jun 2007	31 Dez 2006
Proveitos diferidos correntes		
Facturação antecipada		
Tráfego móvel pré-pago	89.344.931	111.408.166
Indemnizações por incumprimento contratual dos clientes	41.573.128	39.942.294
Outra facturação antecipada	69.479.380	41.948.176
Outros	16.111.601	22.439.675
	216.509.040	215.738.311
Proveitos diferidos não correntes		
Partes relacionadas (i)	13.644.866	—
Outros	380.108	380.097
	14.024.974	380.097

(i) Esta rubrica corresponde ao proveito diferido relacionado com o contrato estabelecido entre a PT Comunicações e a TV Cabo, sob o qual a TV Cabo adquiriu capacidade na rede fixa da PT Comunicações.

38 Provisões e ajustamentos

Durante os semestres findos em 30 de Junho de 2007 e 2006, realizaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de provisões e ajustamentos:

	Saldo 31 Dez 2006	Alteração do perímetro de consolidação	Reduções	Ajustamentos cambiais	Outros	Saldo 30 Jun 2007	euros
Ajustamentos							
Contas a receber (Notas 24 e 25)	424.611.862	(94.235)	(13.303.492)	7.381.707	(43.376.306)	376.915.510	
Existências (Nota 26)	24.632.949	–	(2.247.392)	963.935	5.550.973	21.515.328	
Investimentos (Notas 30 e 31)	33.836.782	7.620.942	(41.867)	214.839	(3.092.850)	36.465.019	
	483.081.593	7.526.707	(15.592.751)	8.560.481	(40.918.183)	434.895.857	

	Saldo 31 Dez 2006	Alteração do perímetro de consolidação	Reduções	Ajustamentos cambiais	Outros	Saldo 30 Jun 2007	euros
Provisões para riscos e encargos							
Processos judiciais em curso (Nota 45)	52.386.942	–	(2.779.046)	3.888.228	(11.347.233)	68.291.212	
Impostos	43.655.078	–	(3.237.730)	997.652	(10.335.840)	26.609.606	
Outras	111.743.038	–	(145.926)	2.723.463	2.799.486	140.445.508	
	207.785.058	–	(6.162.702)	7.609.343	(18.883.587)	235.346.326	
	690.866.651	7.526.707	(21.755.453)	16.169.824	(59.801.770)	670.242.183	

	Saldo 31 Dez 2005	Aumentos	Reduções	Ajustamentos cambiais	Outros	Saldo 30 Jun 2006	euros
Ajustamentos							
Contas a receber	373.818.493	169.041.729	(26.243.419)	(4.695.284)	(91.539.042)	420.382.477	
Existências	28.247.571	2.029.496	(2.054.930)	(188.156)	348.230	28.382.211	
Investimentos	65.270.472	2.690.903	(11.258.953)	(335.502)	(1.173.869)	55.193.051	
	467.336.536	173.762.128	(39.557.302)	(5.218.942)	(92.364.681)	503.957.739	
Provisões para riscos e encargos							
Processos judiciais em curso	74.717.074	13.360.816	(3.271.628)	(1.093.891)	(11.036.425)	72.675.946	
Impostos	66.160.198	2.663.551	(4.905.659)	(556.894)	592.365	63.953.561	
Outras	135.511.379	2.974.172	(9.555.728)	(546.764)	(11.637.970)	116.745.089	
	276.388.651	18.998.539	(17.733.015)	(2.197.549)	(22.082.030)	253.374.596	
	743.725.187	192.760.667	(57.290.317)	(7.416.491)	(114.446.711)	757.332.335	

A PT Multimédia foi classificada como uma operação descontinuada (Nota 19), como tal, os seus ajustamentos e provisões a 30 de Junho de 2007 foram incluídos na rubrica “Activos relacionados com operações descontinuadas” e “Passivos relacionados com operações descontinuadas”. Os ajustamentos e provisões incluídos no balanço da PT a 31 de Dezembro de 2006, foram ajustados através da coluna “Operações descontinuadas”.

Em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, a rubrica de “Provisões para riscos e encargos” foi classificada no balanço de acordo com a data expectável da liquidação da correspondente obrigação, conforme segue:

	30 Jun 2007	31 Dez 2006
Provisões correntes		
Processos judiciais em curso	37.287.686	32.053.458
Impostos	18.220.556	26.512.397
Outras	74.817.129	46.585.636
	130.325.371	105.151.491
Provisões não correntes		
Processos judiciais em curso	31.003.526	20.333.484
Impostos	8.389.050	17.142.681
Outras	65.628.379	65.157.402
	105.020.955	102.633.567
	235.346.326	207.785.058

A provisão para impostos destina-se a fazer face a responsabilidades decorrentes de contingências prováveis de natureza fiscal, estimadas com base em informações dos serviços internos das diversas empresas do Grupo e de consultores fiscais.

Em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, a rubrica “Outras provisões para riscos e encargos” tem a seguinte composição:

	30 Jun 2007	31 Dez 2006	euros
Remoção e desmantelamento de activos fixos (Nota 3.g)	60.095.249	58.867.102	
Programas de fidelização (i)	48.104.823	42.607.492	
Provisão relacionada com o spin-off da PT Multimedia (Nota 19)	18.200.000	–	
Investimentos financeiros negativos (Nota 30) (ii)	3.797.169	4.548.077	
Outros	10.248.267	5.720.367	
	140.445.508	111.743.038	

(i) Esta provisão foi reconhecida pela TMN e pela Vivo para fazer face aos custos estimados com programas de fidelização de clientes, tendo sido calculada com base nos custos de catálogo à data do balanço, bem como na estimativa dos níveis de utilização. (ii) Esta provisão corresponde às perdas acumuladas resultantes da aplicação da equivalência patrimonial que excederam o valor das componentes do investimento financeiro (incluindo empréstimos) que se encontravam registadas no activo (Nota 2.a).

Nos primeiros semestres de 2007 e 2006, o reforço das provisões e ajustamentos foi registado nas seguintes rubricas da demonstração dos resultados:

	2007	2006	euros
Provisões e ajustamentos	94.838.867	176.852.675	
Operações descontinuadas – outros custos (Nota 19)	18 200 000	8.816.365	
Perdas em empresas participadas	5.789.570	1.246.395	
Imposto sobre o rendimento (Notas 18 e 27)	1.414.078	1.851.690	
Custos das mercadorias vendidas (Nota 11)	160.377	1.229.539	
Outros	2.946.278	2 764 003	
	123.349.170	192.760.667	

Nos primeiros semestres de 2007 e 2006, a redução na rubrica de “Provisões e ajustamentos” foi registada nas seguintes rubricas da demonstração dos resultados:

	2007	2006	euros
Provisões e ajustamentos	19.425.452	32.814.194	
Custos das mercadorias vendidas (Nota 11)	1.941.543	123	
Ganhos em empresas participadas	33.279	11.258.953	
Operações descontinuadas – outros custos (Nota 19)	–	10.422.037	
Operações descontinuadas – custos comerciais	–	194.350.3	
Outros	355.179	851.507	
	21.755.453	57.290.317	

Nos primeiros semestres de 2007 e 2006, a rubrica de “Provisões e ajustamentos” da demonstração dos resultados inclui os seguintes itens:

	2007	2006	euros
Aumentos nas provisões e ajustamentos	94.838.867	176.852.675	
Reduções nas provisões e ajustamentos	(19.425.452)	(32.814.194)	
Dívidas incobráveis	1.633.416	1.093.303	
Recuperação de dívidas incobráveis	(1.435.181)	(2.507.757)	
	75.611.650	142.624.027	

Na rubrica de “Ajustamentos a contas a receber”, a redução na coluna de “Outros movimentos” decorre essencialmente da anulação de saldos de contas a receber de clientes, que se encontravam totalmente ajustados (Nota 24).

39 Outros passivos correntes e não correntes

Em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica tem a seguinte composição:

	30 Jun 2007	31 Dez 2006	euros
Outros passivos correntes			
Contas a pagar relativas às operações de QTE (Notas 3.l.ix) e 29)	85.822.772	46.332.009	
Dividendos a pagar (i)	13.236.330	8.909.070	
Outros (ii)	26.810.713	27.254.810	
	125.869.815	82.495.889	
Outros passivos não correntes			
Contas a pagar relativas às operações de QTE (Notas 3.l.ix) e 29)	548.580.425	627.430.804	
Valor de mercado de instrumentos financeiros (Nota 41)	38.254.258	44.048.655	
Outros (iii)	6.537.895	11.065.915	
	593.372.578	682.545.374	

(i) Este montante respeita essencialmente a dividendos atribuídos por empresas participadas da Brasilcel que ainda se encontram por liquidar. (ii) Em 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica inclui essencialmente 22 milhões de euros respeitantes a uma conta a pagar a acionistas das empresas participadas da Brasilcel, em resultado de uma operação de agrupamento de acções efectuada por essas empresas em 2005. No âmbito desta operação, as acções emitidas pelas diversas empresas foram agrupadas em lotes, tendo cada um deles sido trocado por uma nova acção. Em virtude de determinados acionistas não possuirem o número suficiente de acções para receber uma nova acção, foi efectuado um leilão das acções não atribuídas/trocadas, tendo cada empresa reconhecido o montante recebido nesse leilão como um passivo a pagar aos antigos acionistas, o qual será liquidado na medida que esses acionistas o solicitem. (iii) Esta rubrica inclui essencialmente acréscimos de custos relacionados com juros incorridos com determinados empréstimos obtidos pela Vivo, cujo vencimento ocorre a mais de 12 meses.

40 Capital próprio

Durante o exercício de 2006 e no semestre findo em 30 de Junho de 2007, realizaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de capital próprio:

	Capital social	Prémios de emissão de acções	Acções próprias	Reserva legal	Reserva de acções próprias	Resultados acumulados	Total do capital próprio, excluindo interesses minoritários
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	1.128.856.500	91.704.891	(102.044.948)	179.229.361	125.428.500	405.216.985	1.828.391.289
Aumento de capital por incorporação de reservas	338.656.950	(91.704.891)	–	(121.523.559)	(125.428.500)	–	–
Redução de capital	(1.072.413.675)	–	–	–	–	1.072.413.675	–
Aquisição de acções próprias através de equity swaps	–	–	(171.984.398)	–	–	–	(171.984.398)
Exercício financeiro de equity swaps sobre acções próprias	–	–	86.416.953	–	–	–	86.416.953
Dividendos atribuídos e pagos (Notas 21 e 43.i)	–	–	–	–	–	(526.402.838)	(526.402.838)
Aplicação de resultados a reserva legal	–	–	–	25.001.079	–	(25.001.079)	–
Resultado reconhecido directamente no capital próprio	–	–	–	–	–	172.069.067	172.069.067
Resultado reconhecido na demonstração de resultados	–	–	–	–	–	866.759.657	866.759.657
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	395.099.775	–	(187.612.393)	82.706.881	–	1.965.055.467	2.255.249.730
Aumento de capital por incorporação de reservas	79.019.955	–	–	(79.019.955)	–	–	–
Redução de capital	(440.254.035)	–	–	–	–	440.254.035	–
Aquisição de acções próprias através de equity swaps	–	–	(1.061.285.545)	–	–	–	(1.061.285.545)
Exercício financeiro de equity swaps sobre acções próprias	–	–	472.125.919	–	–	–	472.125.919
Dividendos atribuídos e pagos (Notas 21 e 43.i)	–	–	–	–	–	(516.506.816)	(516.506.816)
Aplicação de resultados a reserva legal	–	–	–	3.086.213	–	(3.086.213)	–
Resultado reconhecido directamente no capital próprio	–	–	–	–	–	424.306.104	424.306.104
Resultado reconhecido na demonstração de resultados	–	–	–	–	–	429.084.610	429.084.610
Saldo em 30 de Junho de 2007	33.865.695	–	(776.772.019)	6.773.139	–	2.739.107.187	2.002.974.002

40.1 Capital social

Tal como aprovado na Assembleia Geral de Accionistas de 27 de Abril de 2007, a Portugal Telecom completou, em 22 de Maio de 2007, o aumento de capital no montante de 79.019.955 euros, mediante a incorporação da reserva legal, e posterior diminuição de capital no montante de 440.254.035 euros, através da criação de reservas livres no mesmo montante. Como resultado das operações mencionadas, o capital social da Portugal Telecom, totalmente subscrito e realizado, ascende em 30 de Junho de 2007 a 33.865.695 euros, representado por 1.128.856.500 acções, com um valor nominal de três céntimos de euro cada com a seguinte distribuição:

- > 1.128.856.000 acções ordinárias; e
- > 500 acções de Categoria A.

As matérias que se indicam em seguida não podem ser aprovadas em Assembleia Geral contra a maioria dos votos correspondentes às acções de Categoria A:

- > Autorização de aquisição de acções ordinárias representativas de mais de 10% do capital social por accionistas que exerçam, directa ou indirectamente, actividade concorrente com a actividade desenvolvida pelas sociedades em relação de domínio com a Portugal Telecom;
- > Alterações aos estatutos e aumentos de capital, bem como a limitação ou supressão de direito de preferência e fixação de parâmetros para os aumentos de capital a deliberar pelo Conselho de Administração;
- > Emissão de obrigações ou outros valores mobiliários, fixação do valor das emissões daqueles valores mobiliários a deliberar pelo Conselho de Administração e limitação ou supressão de direito de preferência na emissão de obrigações convertíveis em acções, bem como fixação de parâmetros para as emissões de obrigações daquela natureza a deliberar pelo Conselho de Administração;
- > Tomada de deliberações sobre a aplicação dos resultados de exercício, em caso de distribuição de um dividendo aos accionistas numa percentagem superior a 40% dos lucros distribuíveis;
- > Eleição da mesa da Assembleia Geral;
- > Aprovação dos objectivos gerais e princípios fundamentais das políticas da Sociedade;
- > Definição dos princípios gerais da política de participações em sociedades, bem como, nos casos em que aqueles princípios exijam a prévia autorização da Assembleia Geral, tomada de deliberações sobre as respectivas aquisições e alienações;
- > Deslocação da sede da Sociedade dentro do concelho de Lisboa ou para concelho limítrofe.

Adicionalmente, para a eleição de um terço do número total dos Administradores, incluindo o Presidente do Conselho de Administração, é necessária a concorrência dos votos emitidos pelo Estado, enquanto titular das acções da Categoria A.

40.2 Prémios de emissão de acções

Os prémios de emissão de acções resultaram de ágios obtidos com aumentos de capital. Conforme dispõe a legislação em vigor aplicável às sociedades emitentes de acções admitidas à negociação em mercados regulamentados sujeitos à supervisão da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, os valores englobados nesta rubrica só podem ser utilizados para aumentar o capital ou absorver resultados transitados negativos (sem necessidade de prévia utilização de outras reservas), não podendo ser utilizados para atribuição de dividendos ou para a aquisição de acções próprias. A totalidade dos prémios de emissão de acções foi utilizada no aumento de capital realizado em 11 de Maio de 2006, conforme aprovado na Assembleia Geral de Accionistas de 21 de Abril de 2006.

40.3 Acções próprias

Em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, as acções próprias em carteira correspondiam a equity swaps contratados pela Portugal Telecom até essa data e que foram reconhecidos como uma efectiva aquisição de acções, originando o registo de um passivo pelo correspondente valor de aquisição (Nota 34).

Durante o exercício de 2006 e no primeiro semestre de 2007, o movimento ocorrido nesta rubrica foi como segue:

	Número de acções	Valor nominal	Descontos e prémios	Valor	euros por acção
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	13.240.000	13.240.000	88.804.948	102.044.948	7,71
Contratação de equity swaps	18.740.000	6.559.000	165.425.398	171.984.398	
Exercício financeiro de equity swaps sobre acções próprias	(11.340.000)	(3.969.000)	(82.447.953)	(86.416.953)	
Alteração do valor nominal de cada acção	–	(8.606.000)	8.606.000	–	
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	20.640.000	7.224.000	180.388.393	187.612.393	9,09
Contratação de equity swaps	103.571.354	3.107.141	1.058.178.404	1.061.285.545	
Exercício financeiro de equity swaps sobre acções próprias (i)	(48.810.043)	(1.464.301)	(470.661.618)	(472.125.919)	
Alteração do valor nominal de cada acção	–	(6.604.800)	6.604.800	–	
Saldo em 30 de Junho de 2007	75.401.311	2.262.039	774.509.980	776.772.019	10,30

(i) Durante o primeiro semestre de 2007, a Portugal Telecom procedeu ao exercício financeiro de equity swaps sobre 48.810.043 acções próprias, tendo recebido um montante de 31.247.010 euros (Nota 16) em resultado da diferença entre o preço de exercício contratado nesses equity swaps e a cotação da acção da Portugal Telecom nas datas em que se procedeu ao exercício financeiro.

40.4 Reserva legal

A legislação comercial e os estatutos da Portugal Telecom estabelecem que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital. Uma parte da reserva legal, no montante de 121.523.559 euros e 70.019.955 euros, foi utilizada nos aumentos de capital efectuados em 11 de Maio de 2006 e 22 de Maio de 2007, respectivamente.

40.5 Reserva de acções próprias

A reserva de acções próprias está relacionada com o reconhecimento de uma reserva indisponível de valor equivalente ao valor nominal das acções canceladas. A reserva de acções próprias tem um regime legal equivalente ao da reserva legal. A totalidade da reserva de acções próprias foi utilizada no aumento de capital realizado em 11 de Maio de 2006, conforme aprovado na Assembleia Geral de 21 de Abril de 2006.

40.6 Resultados acumulados

Em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, os resultados acumulados têm a seguinte composição:

	30 Jun 2007	31 Dez 2006	euros
Resultados reconhecidos directamente no capital próprio			
Perdas actuariais líquidas (Notas 9.1 e 9.2)	(1.328.988.666)	(1.650.597.836)	
Derivados de cobertura (Nota 41.2)	(781.844)	3.984.931	
Investimentos disponíveis para venda	2.362.844	22.968.096	
Ajustamentos de conversão cambial e outros (i)	845.175.804	637.337.339	
Impacto fiscal	(482.231.862)	(986.307.470)	
Reservas livres e resultados transitados	352.594.907	430.471.597	
Resultado líquido atribuível aos accionistas da Portugal Telecom	(129.636.955)	(555.835.873)	
	2.739.107.187	1.965.055.467	

(i) Esta rubrica corresponde essencialmente aos ajustamentos de conversão cambial dos activos e passivos denominados em moeda estrangeira (Nota 3.q), desde 1 de Janeiro de 2004 que incluem principalmente o investimento do Grupo no Brasil, cujos ajustamentos de conversão cambial totalizam cerca de 864 milhões de euros em 30 de Junho de 2007 e que respeitam essencialmente à Vivo.

41.1 Riscos financeiros

A Portugal Telecom encontra-se exposta basicamente a (i) riscos de mercado relacionados essencialmente com alterações nas taxas de câmbio e nas taxas de juro, (ii) riscos de crédito, (iii) riscos de liquidez e (iv) outros riscos. O principal objectivo da gestão de risco da Portugal Telecom é o de mitigar estes riscos a um nível aceitável. Os instrumentos financeiros derivados são utilizados pela Portugal Telecom essencialmente com o objectivo de minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de juro e de taxa de câmbio.

A contratação destes derivados é efectuada após análise cuidada dos riscos e benefícios inerentes a este tipo de operações, sendo igualmente necessária a consulta a diversas instituições intervenientes no mercado. Estas operações são sujeitas à aprovação prévia da Comissão Executiva e implicam o acompanhamento permanente da evolução dos mercados financeiros e das posições detidas pelo Grupo. O valor de mercado (fair value) destes instrumentos é apurado regularmente ao longo do ano, no sentido de permitir uma avaliação contínua das implicações económicas e financeiras de diferentes cenários.

Taxa de câmbio

Os riscos da taxa de câmbio estão essencialmente relacionados com o investimento no Brasil e em outros países estrangeiros, bem como com a dívida denominada em moeda diferente da moeda funcional do país onde opera a empresa que contraiu a dívida.

Em 30 de Junho de 2007, a exposição líquida (activo menos passivo) ao Brasil ascende a 7.538 milhões de reais (2.897 milhões de euros à taxa de cambio Euro/BRL de 30 de Junho de 2007), dos quais aproximadamente 90% estão relacionados com o nosso investimento na Vivo.

O Grupo está ainda exposto ao risco de taxa de câmbio relacionado com a dívida denominada em moeda estrangeira diferente da moeda funcional do Grupo. A 30 de Junho de 2007, estes riscos estão essencialmente relacionados com:

- > Dívida denominada em US Dollars (USD) contratada pela Portugal Telecom no montante de 53 milhões de USD (39 milhões de euros á taxa de câmbio EUR/USD de 30 de Junho de 2007), para a qual a Portugal Telecom contratou derivados de taxa de câmbio e taxa de juro.
- > Dívida denominada em US Dollars contratada pela Vivo no montante de 279 milhões de USD (207 milhões de euros), para a qual a Vivo contratou derivados de taxa de câmbio e taxa de juro, com uma cobertura superior a 90% da montante em dívida.
- > Dívida denominada em Yenes Janoneses (JPY) contratada pela Vivo, no montante de 21.684 milhões de JPY (131 milhões de euros à taxa de câmbio de 30 de Junho de 2007), para a qual a Vivo contratou derivados de taxa de câmbio e taxa de juro, com uma cobertura de 100% da dívida.
- > Um derivado cambial contratado pela Portugal Telecom com um valor nocional de 218 milhões de USD (opção de venda) e 200 milhões de euros (opção de compra). Este derivado está classificado no balanço como um instrumento financeiro detido para negociação, na medida em que não cumpre com os requisitos necessários para a sua contabilização com um instrumento financeiro de cobertura (Nota 41.2).

Conforme exigido pelo IFRS 7, seguidamente apresentamos diversas análises de sensibilidade, com o objectivo de demonstrar os principais efeitos na demonstração dos resultados e no capital próprio, decorrentes de eventuais alterações hipotéticas em determinados factores de risco relevantes:

- O impacto da apreciação (desvalorização) da taxa de câmbio Euro/BRL em 0,1 de 2,6024 para 2,5024 (2,7024), seria um aumento (redução) nos activos líquidos do Grupo PT em 30 de Junho de 2007 de aproximadamente 116 milhões de euros (107 milhões de euros).
- O impacto da apreciação (desvalorização) do Dólar face ao Euro em 0,01 nos derivados de taxa de câmbio classificados como “Detidos para negociação”, seria a redução (aumento) dos juros suportados líquidos em aproximadamente 1 milhão de euros no primeiro semestre de 2007.
- A maior parte dos activos e passivos financeiros não relacionados com derivados (caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e a pagar e dívida) estão directa ou indirectamente através de derivados, denominados na respectiva moeda funcional. Desta forma, alterações na taxa de câmbio não teriam impacto significativo nas demonstrações dos resultados ou no capital próprio das empresas onde esses activos e passivos estão registados.

Taxa de juro

Os riscos de taxa de juro estão essencialmente relacionados com os juros suportados com a dívida contratada a taxa de juro variável. A Portugal Telecom está essencialmente exposta a estes riscos na zona Euro e no Brasil (Vivo). Com o propósito de reduzir o impacto deste risco, o Grupo contratou swaps de taxa de juro, de forma a converter dívida de taxa variável em dívida de taxa fixa.

A 30 de Junho de 2007, 78,8% da dívida líquida e 59,9% da dívida bruta encontram-se sujeitos a taxas de juro fixas, directamente ou mediante a contratação dos referidos instrumentos financeiros derivados. Os restantes 21,2% da dívida líquida e 40,1% da dívida bruta encontram-se expostos a alterações nas taxas de juro do mercado. Se as taxas de juro de mercado tivessem sido superiores (inferiores) em 1% durante o semestre findo em 30 de Junho de 2007, os juros suportados líquidos desse período teriam sido superiores (inferiores) em aproximadamente 1,2 milhões de euros.

O Grupo contratou igualmente alguns derivados que incluem uma componente de taxa de juro, os quais se encontram classificados como derivados detidos para negociação, apesar do seu objectivo económico ser a cobertura do risco de taxa de juro. Se as taxas de juro de mercado tivessem sido superiores (inferiores) em 1% durante o semestre findo em 30 de Junho de 2007, os juros suportados líquidos do período teriam sido superiores (inferiores) em aproximadamente 0,5 milhões de euros.

Os riscos de taxa de juro também resultam da exposição a alterações no justo valor de dívida de médio e longo prazo sujeita a taxas de juro fixas, devido a alterações nas taxas de juro do mercado.

Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando numa perda financeira para o Grupo. A Portugal Telecom está sujeita ao risco de crédito nas suas actividades de tesouraria e operacionais.

Os riscos relacionados com actividades de tesouraria resultam essencialmente dos investimentos em disponibilidades monetárias efectuados pelo Grupo. Com o objectivo de mitigar este risco, a política da Portugal Telecom é a de investir em aplicações de curto-prazo, junto de instituições financeiras de renome e diversificadas.

O risco de crédito relacionado com as operações está essencialmente relacionado com contas a receber de serviços prestados a clientes (Notas 24 e 25). Estes riscos são monitorizados numa base regular por cada um dos negócios do Grupo, sendo que o objectivo da gestão é (a) limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respectivo perfil e a antiguidade da conta a receber de cada cliente, (b) monitorizar a evolução do nível de crédito concedido, e (c) realizar análise de recuperabilidade aos valores a receber numa base regular.

O Grupo não apresenta nenhum risco de crédito significativo com um cliente em particular, na medida em que as contas a receber derivam de um elevado número de clientes, espalhados por diversos negócios e áreas geográficas. O Grupo obtém garantias de crédito, sempre que a situação financeira do cliente assim o exija.

Os ajustamento para contas a receber são calculados considerando essencialmente (a) o perfil de risco do cliente, consoante se trate de um cliente residencial ou empresarial, (b) a antiguidade das contas a receber, a qual difere de negócio para negócio, e (c) a condição financeira do cliente. O movimento destes ajustamentos nos semestres findos em 30 de Junho de 2007 e 2006 encontra-se divulgado na Nota 38. Em 30 de Junho de 2007, a Empresa acredita que não existe a necessidade de reforçar os ajustamentos para contas a receber de cobrança duvidosa para além do montante já existente e incluído na Nota 38.

Riscos de liquidez

Estes riscos podem ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam os fluxos de caixa operacionais, de desinvestimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para actividades operacionais e de financiamento, os investimentos, a remuneração dos accionistas e o reembolso de dívida.

Como forma de mitigar este risco, a Portugal Telecom procura manter uma posição líquida e uma maturidade média da dívida que lhe permita a amortização da sua dívida de curto prazo e, simultaneamente, liquidar todas as suas obrigações financeiras, tal como mencionado acima. A 30 de Junho de 2007, o valor de disponibilidades de caixa e o valor não utilizado de papel comercial e linhas de crédito ascendia a 2.702 milhões de euros. Excluindo operações estrangeiras, este valor ascendia a 2.358 milhões de euros na mesma data. A 30 de Junho de 2007, a Vivo detinha ainda linhas de crédito por utilizar no montante de 1.650 milhões de reais. A maturidade média da dívida líquida em 30 de Junho de 2007 é de seis anos.

Risco político e económico

O risco político e económico de um determinado país pode afectar os investimentos da PT no estrangeiro, com particular ênfase para os investimentos no Brasil e em África. Este risco pode ter um efeito negativo nos activos líquidos, fluxos de caixa e nos resultados desses investimentos.

Outros riscos

A Portugal Telecom está exposta ao risco resultante da variação no valor de mercado de investimentos registados pelo método de equivalência patrimonial e de activos classificados como disponíveis para venda. Estes riscos afetam a Portugal Telecom essencialmente nos seus investimentos na UOL (Nota 30) e na Telefónica (Nota 31).

Em 30 de Junho de 2007, o justo valor do investimento na UOL ascendia a 155 milhões de euros, o que compara com um valor contabilístico de 119 milhões de euros, incluindo goodwill (Nota 30). O justo valor deste investimento é baseado no valor de mercado das acções da UOL, as quais se encontram cotadas na bolsa de valores brasileira. Apesar do Grupo se encontrar exposto ao risco de valor de mercado decorrente do investimento na UOL, este investimento respeita os requisitos definidos pelos IFRS para se encontrar registado pelo método de equivalência patrimonial.

No que se refere ao investimento na Telefónica, o qual se encontra registado ao justo valor através da situação líquida, o aumento (diminuição) da cotação das suas acções a 30 de Junho de 2007 em 10%, levaria a um aumento (diminuição) do investimento em 0,5 milhões de euros.

A Portugal Telecom está igualmente exposta ao risco de alterações no justo valor dos activos dos fundos associados aos planos de benefícios de reformas da Portugal Telecom (Nota 9). O principal propósito da política de investimento é a manutenção do capital através de cinco princípios base: (1) diversificação; (2) alocação estratégica estável dos activos e balanceamento disciplinado; (3) menor exposição a flutuações de moeda; (4) instrumentos especializados para cada classe de activos; e (5) controlo de custos.

41.2 Instrumentos financeiros derivados

Derivados com acções

De modo a incrementar a sua exposição à PT Multimédia, a Portugal Telecom contratou em anos anteriores junto de uma instituição financeira, equity swaps sobre 30.575.090 acções da PT Multimédia, representativas de 9,9% do seu capital. Estes equity swaps foram registados no balanço ao justo valor por resultados.

Durante o primeiro semestre de 2007, foi registado um ganho de 77.428.725 euros (Nota 7.d). Em Maio de 2007, foi realizado o exercício financeiro destes instrumentos financeiros derivados resultando para a Portugal Telecom um valor a receber de 94.477.028 euros (Nota 43.f).

Instrumentos de cobertura

O Grupo procede periodicamente à análise da classificação dos derivados contratados de modo a identificar quais cumprem os requisitos estabelecidos no IAS 39 para serem classificados como instrumentos de cobertura. Em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006 os seguintes instrumentos financeiros foram classificados como derivados de cobertura (valores em milhões de euros, incluindo 100% dos valores dos instrumentos contratados pela Vivo):

30 Jun 2007					milhões de euros
Empresa	Valornominal	Tipo de operação	Maturidade média (anos)	Objectivo económico	
Cobertura de fluxos de caixa					
Portugal Telecom	108,9	Swaps de taxa de juro em EUR	4,5	Eliminar o risco de variação da taxa de juro em financiamentos	
Cobertura de valor de mercado					
Portugal Telecom	39,3	Currency swaps EUR/USD	4,5	Eliminar o risco de variação da taxa de câmbio em financiamentos	
Vivo	373,0	Currency swaps USD/BRL	0,6	Eliminar o risco de variação da taxa de câmbio em financiamentos	
Vivo	260,0	Currency swaps JPY/BRL	1,0	Eliminar o risco de variação da taxa de câmbio em financiamentos	

31 Dez 2006					milhões de euros
Empresa	Valornominal	Tipo de operação	Maturidade média (anos)	Objectivo económico	
Cobertura de fluxos de caixa					
Portugal Telecom	399,0	Swaps de taxa de juro em EUR	6,8	Eliminar o risco de variação da taxa de juro em financiamentos	
Cobertura de valor de mercado					
Portugal Telecom	40,3	Cross currency swaps EUR/USD	5,0	Eliminar o risco de variação da taxa de câmbio em financiamentos	
Vivo	565,8	Cross currency swaps USD/BRL	0,8	Eliminar o risco de variação da taxa de câmbio em financiamentos	
Vivo	320,4	Cross currency swaps JPY/BRL	1,3	Eliminar o risco de variação da taxa de câmbio em financiamentos	

Instrumentos financeiros detidos para negociação

Em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006 os seguintes instrumentos financeiros foram classificados como derivados detidos para negociação (valores em milhões de euros, incluindo 100% dos valores dos instrumentos contratados pela Vivo):

30 Jun 2007					milhões de euros
Empresa	Valornominal	Tipo de operação	Maturidade média (anos)	Objectivo económico	
Portugal Telecom	200,0	EUR Call / USD Put	1,8	Operações resultantes de reestruturações de posições contratadas anteriormente	
Cabo Verde Telecom	1,7	Currency swap EUR/USD	2,5	Eliminar o risco de variação da taxa de câmbio e de taxa de juro em financiamentos	
Vivo em financiamentos	7,7	Currency swaps USD/BRL	1,0	Eliminar o risco de variação da taxa de câmbio	
Vivo	889,8	Swaps de taxa de juro em BRL	1,1	Eliminar o risco de variação do valor de mercado de financiamentos em resultado da variação da taxa de juro	
Vivo	172,1	Swaps de taxa de juro em USD	0,3	Eliminar o risco de variação do valor de mercado de financiamentos em resultado da variação da taxa de juro	
Mobitel	17,5	Currency swaps USD/BRL	2,9	Eliminar o risco de variação da taxa de câmbio em financiamentos	

31 Dez 2007					milhões de euros
Empresa	Valornominal	Tipo de operação	Maturidade média (anos)	Objectivo económico	
Portugal Telecom	251,6	Swaps de taxa de juro em EUR	5,5	Instrumentos resultantes de coberturas anteriores de risco de taxa de juro	
Portugal Telecom	200,0	EUR Call / USD Put	2,3	Operações resultantes de reestruturações de posições contratadas anteriormente	
Portugal Telecom	275,8	Equity swaps sobre acções PT Multimedia	1,6	Aumentar a exposição à PT Multimedia	
Cabo Verde Telecom	2,1	Cross currency swap EUR/USD	2,9	Eliminar o risco de variação da taxa de câmbio e de taxa de juro em financiamentos	
Vivo	12,5	Cross currency swaps USD/BRL	1,0	Eliminar o risco de variação da taxa de câmbio em financiamentos	
Vivo	1,9	Cross currency swaps EUR/BRL	0,4	Eliminar o risco de variação da taxa de câmbio em financiamentos	
Vivo	875,8	Swaps de taxa de juro em BRL	0,5	Eliminar o risco de variação do valor de mercado de financiamentos em resultado da variação da taxa de juro	
Vivo	176,5	Swaps de taxa de juro em USD	0,8	Eliminar o risco de variação do valor de mercado de financiamentos em resultado da variação da taxa de juro	
Mobitel	16,6	Cross currency swaps USD/BRL	3,3	Eliminar o risco de variação da taxa de câmbio em financiamentos	

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O movimento ocorrido nos semestres findos em 30 de Junho de 2007 e 2006 no valor de mercado dos derivados é como segue:

	Variação no valor de mercado					milhões de euros
	Saldo 31 Dez 2006	Resultado	Reservas	Adições e reduções	Ajustamentos de conversão cambial e outros	Saldo 30 Jun 2007
Derivados de cobertura de valor de mercado						
Taxa de câmbio e taxa de juro (i)	(94,1)	(68,6)	–	49,2	(7,3)	(120,8)
Derivados detidos para negociação						
Taxa de câmbio (ii)	(35,0)	(2,5)	–	–	–	(37,5)
Taxa de câmbio e taxa de juro	(11,2)	(5,2)	–	4,4	(1,2)	(13,1)
Taxa de juro	(7,4)	0,8	–	8,2	(1,7)	–
Equity swaps sobre acções da PT Multimedia (Notas 7.e) 43.f)	17,0	77,4	–	(94,5)	–	–
Derivados de cobertura de fluxos de caixa						
Taxa de juro (Nota 40.6)	4,0	9,2	(4,8)	(9,2)	–	(0,8)
	(126,7)	11,3	(4,8)	(41,9)	(10,2)	(172,2)

(i) Esta rubrica inclui uma dívida de 11 milhões de euros registada na Portugal Telecom, que possui uma maturidade média de 4,5 anos e uma dívida de 110 milhões de euros registada na Vivo com uma maturidade média de 0,7 anos. (ii) Esta dívida tem uma maturidade de 1,8 anos.

	Variação no valor de mercado					milhões de euros
	Saldo 31 Dez 2005	Resultado	Reservas	Adições e reduções	Ajustamentos de conversão cambial e outros	Saldo 30 Jun 2006
Derivados de cobertura de valor de mercado						
Taxa de juro e taxa de câmbio	(122,3)	(84,0)	–	104,0	1,7	(100,7)
Derivados detidos para negociação						
Taxa de câmbio	(26,6)	(7,9)	–	–	–	(34,5)
Taxa de juro e taxa de câmbio	36,3	(4,1)	–	5,1	(3,2)	34,0
Taxa de juro	(5,3)	3,8	–	–	(0,0)	(1,6)
Equity swaps sobre acções da PT Multimedia (Nota 43.f)	42,0	(15,5)	–	(27,4)	–	(0,8)
Derivados de cobertura de fluxos de caixa						
Taxa de juro	(21,6)	(1,7)	17,9	1,7	–	(3,7)
	(97,6)	(109,4)	17,9	83,3	(1,6)	(107,4)

A variação no valor de mercado dos derivados ocorrida nos primeiros semestres de 2007 e 2006, foi registada em resultados conforme segue:

	Juros líquidos	Perdas com variações cambiais, líquidas	Perdas (ganhos) em activos financeiros, líquidos (Nota 16)	Total 2007	Juros líquidos	Perdas com variações cambiais, líquidas	Perdas (ganhos) em activos financeiros, líquidos (Nota 16)	Total 2006
Derivados de cobertura de valor de mercado								
Taxa de juro e taxa de câmbio	25,1	43,5	–	68,6	41,7	42,3	–	84,0
Derivados detidos para negociação								
Taxa de câmbio	–	–	2,5	2,5	–	–	7,9	7,9
Taxa de câmbio e taxa de juro	–	2,6	2,6	5,2	–	3,7	0,5	4,1
Taxa de juro	–	–	(0,8)	(0,8)	–	–	(3,8)	(3,8)
Equity swaps sobre acções da PT Multimedia	–	–	(77,4)	(77,4)	–	–	15,5	15,5
Derivados de cobertura de valor de mercado								
Taxa de juro e taxa de câmbio	(9,2)	–	–	(9,2)	2	–	–	1,7
	15,8	46,1	(73,2)	(11,3)	43,4	46,0	20,0	109,4

Em 30 de Junho de 2007, os derivados contratados pela Empresa são reconhecidos pelo seu valor de mercado e estão registados na seguintes rubricas de balanço:

	Dívida	Acréscimos de custos (Nota 36)	Outros passivos não correntes (Nota 39)	Total
Derivados de cobertura de valor de mercado				
Taxa de câmbio e taxa de juro	(63,5)	(57,3)	–	(120,8)
Derivados detidos para negociação				
Taxa de câmbio	–	–	(37,5)	(37,5)
Taxa de câmbio e taxa de juro	–	(13,1)	–	(13,1)
Derivados de cobertura de fluxos de caixa				
Taxa de juro	–	–	(0,8)	(0,8)
	(63,5)	(70,4)	(38,3)	(172,2)

Em 31 de Dezembro de 2006, os derivados contratados pela Empresa encontravam-se reconhecidos ao valor de mercado, estando registados no balanço conforme segue:

	Investimentos de curto prazo	Outros activos não correntes (Nota 29)	Dívida	Acréscimos de custos (Nota 36)	Outros activos correntes e não correntes (Nota 39)	Total
Derivados de cobertura de valor de mercado						
Taxa de juro e taxa de câmbio	–	–	(35,6)	(58,5)	–	(94,1)
Derivados detidos para negociação						
Taxa de câmbio	–	–	–	–	(35,0)	(35,0)
Taxa de câmbio e taxa de juro	–	–	–	(11,2)	–	(11,2)
Taxa de juro	1,7	–	–	–	(9,0)	(7,4)
Equity swaps sobre acções da PT Multimédia	–	17,0	–	–	–	17,0
Derivados de cobertura de fluxos de caixa						
Taxa de juro	–	4,0	–	–	–	4,0
	1,7	21,0	(35,6)	(69,7)	(44,0)	(126,7)

41.3 Outras divulgações sobre instrumentos financeiros

O valor contabilístico de cada uma das seguintes categorias, tal como definido pelo IAS 39, foi reconhecido como segue (valores em milhões de euros):

Rubrica		30 Jun 2007	31 Dec 2006	milhões de euros
Activos financeiros registados ao custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa		463,0	548,5	
Investimentos de curto-prazo (Nota 23)		888,4	1.535,2	
Contas a receber – Clientes (Nota 24)		1.209,0	1.182,8	
Contas a receber – Outros (i)		102,2	108,2	
Outros activos correntes e não correntes – transacções de QTE (Nota 29)		634,4	673,8	
Investimentos em empresas associadas – empréstimos (Nota 30)		90,6	102,0	
		3.387,5	4.150,5	
Activos financeiros registados ao justo valor através de resultados				
Outros activos não-correntes – derivados detidos para negociação (Nota 41.2)		–	17,0	
Derivados de cobertura ao justo valor				
Outros activos/(passivos) não-correntes – derivados de taxa de juros – cobertura de fluxo de caixa (Nota 41.2)		(0,8)	4,0	
Empréstimos bancários – derivados de taxa de juro e câmbio – cobertura de justo valor (Nota 41.2) (ii)		(63,5)	(35,6)	
Acréscimo de custos – derivados de taxa de juro e câmbio – cobertura de justo valor (Nota 41.2) (iii)		(57,3)	(58,5)	
		(121,6)	(90,1)	
Investimentos desponíveis para venda ao justo valor				
Outros investimentos (Nota 31)		4,5	99,7	
Passivo financeiro ao custo amortizado				
Dívida – Obrigações (Nota 34)		(3.156,2)	(3.133,6)	
Dívida – empréstimos bancários (ii)		(1.286,2)	(1.474,6)	
Dívida – outros empréstimos (Nota 34)		(240,4)	(750,1)	
Dívida – equity swaps sobre acções (Nota 34)		(776,8)	(187,6)	
Contas a pagar (Nota 35)		(889,4)	(1.115,1)	
Acréscimo de custos (iii)		(463,2)	(610,5)	
Outros passivos correntes		(26,8)	(27,3)	
		(6.838,9)	(7.298,9)	
Derivados detidos para negociação				
Acréscimo de custos – derivados de taxa de câmbio e taxa de juro (Nota 41.2)		(13,1)	(11,2)	
Outros passivos não-correntes – derivados taxa de câmbio (Nota 41.2)		(37,5)	(35,0)	
Outros passivos não correntes – Derivados de taxa de juro (Nota 41.2)		–	(9,0)	
		(50,6)	(55,3)	
Passivos financeiros registados de acordo com o IAS 17				
Dívida – locações financeiras (Nota 34)		(108,8)	(258,6)	
Outros passivos correntes e não correntes – transacções de QTE (Nota 39)		(634,4)	(673,8)	
		(743,2)	(932,4)	

(i) A rubrica do balanço "Contas a receber – outros" inclui determinados activos, tais como depósitos judiciais e adiantamentos a fornecedores, os quais não respeitam os requisitos para que sejam classificados como activos financeiros, e como tal, foram excluídos desta rubrica. (ii) O valor total de empréstimos bancários inclui os valores nacionais os quais foram registados ao custo amortizado e justo valor de determinados derivados de taxa de juro e taxa de câmbio. (iii) Os acréscimos de custos foram registados ao custo amortizado, excepto para (a) a componente de juro de determinados derivados de taxa de juro e taxa de câmbio classificados como de cobertura de justo valor, e (b) o justo valor de derivados de taxa de juro e taxa de câmbio detidos para negociação.

Com excepção da dívida, cujo justo valor é divulgado na Nota 34, e dos derivados e investimentos disponíveis para venda, que se encontram registados ao justo valor, como mencionado nas Notas 41.2 e 31, respectivamente, o justo valor dos restantes activos e passivos financeiros é semelhante ao seu valor contabilístico.

Em 30 de Junho de 2007, a Empresa tinha apresentado avales, garantias e cartas de conforto a favor de terceiros correspondentes às seguintes situações:

	euros 2007
Garantias bancárias e fianças a favor da Administração Fiscal	37.702.908
Garantias bancárias a favor de tribunais	1.671.428
Garantias bancárias a favor de terceiros solicitadas por	
TMN	28.876.117
PT Comunicações	8.163.138
Outras	4.161.171
	41.200.426
Cartas de conforto e avales a favor de terceiros	
PT Ventures	5.648.921
Outras	2.000.000
	7.648.921

As garantias bancárias solicitadas pela TMN incluem uma garantia apresentada no âmbito das operações de QTE contratadas pela TMN (Nota 33) e garantias apresentadas à ANACOM referentes ao cumprimento de obrigações inerentes à atribuição da licença UMTS adquirida em Dezembro de 2000. As garantias bancárias solicitadas pela PT Comunicações foram apresentadas às Autarquias e Câmaras Municipais, estando relacionadas essencialmente com processos intentados contra a empresa referentes às taxas de ocupação da via pública.

Em 30 de Junho de 2007, o Grupo, para além das obrigações financeiras constantes do balanço, assumiu os seguintes compromissos financeiros:

(a) Em Junho de 2006, a Médi Télécom celebrou contratos de financiamento de médio e longo prazo com um consórcio de bancos de Marrocos, pelo montante global de 544 milhões de euros. Este financiamento foi utilizado para amortizar a dívida de médio e longo prazo denominada em moeda estrangeira, a qual tinha sido emitida em exercícios anteriores através de contratos celebrados com um consórcio liderado pelo International Finance Corporation e pelos bancos ABN Amro e Société Générale.

Tal como já sucedia com os contratos dos empréstimos amortizados, as condições dos novos contratos de financiamento obrigam a Médi Télécom a atingir determinadas metas de performance financeira. No âmbito desta operação de financiamento, os accionistas de referência da Médi Télécom (PT Móveis (32,18% do capital), Telefónica Móviles España (32,18% do capital) e Banque Marocaine du Commerce Extérieur (17,59% do capital)), assinaram um Shareholders Support Deed segundo o qual estes accionistas se comprometem a realizar futuras contribuições de capital na Médi Télécom (sob a forma de capital ou de empréstimos), se tal for necessário para cobrir eventuais deficiências nas metas financeiras acordadas. Em Outubro de 2006, os restantes accionistas da Médi Télécom assinaram também o Shareholders Support Deed.

No âmbito deste acordo, as partes comprometem-se a efectuar contribuições (sob a forma de capital ou empréstimos) até a um montante máximo de 168 milhões de euros, dos quais 50 milhões de euros destinados ao pagamento do serviço da dívida, sendo que este compromisso cessa logo que a Médi Télécom atinja um rácio de Endividamento/EBITDA inferior a 2,0. Em 30 de Junho de 2007, como consequência da renegociação do Shareholders Support Deed efectuada em meados de 2006, o passivo máximo que a Portugal Telecom pode incorrer ascende a 54 milhões de euros, que é proporcional à participação da Portugal Telecom na Médi Télécom.

(b) A Portugal Telecom e os restantes accionistas da Sportinveste Multimédia celebraram um Acordo Parassocial, pelo qual a Portugal Telecom se comprometeu a conceder prestações acessórias até ao montante máximo de 40 milhões de euros. Em 30 de Junho de 2007, a Portugal Telecom tinha concedido prestações acessórias à Sportinveste Multimédia no montante de 30.023.168 euros (Nota 30).

(c) No âmbito da licença UMTS adquirida pela TMN, esta comprometeu-se a fazer contribuições no montante de 532 milhões de euros para o desenvolvimento da Sociedade da Informação em Portugal durante o período da licença (2015). Na sequência de um acordo estabelecido entre a TMN e o Estado Português, em Maio de 2007, e tendo em conta as contribuições já efectuadas, o compromisso vincendo ascende a 355 milhões de euros. Estas contribuições irão essencialmente incluir a venda de equipamento subsidiado, a oferta de serviços a preços reduzidos e o investimento na rede UMTS.

(d) Em 30 de Junho de 2007, o Grupo tinha assumido compromissos de compra com fornecedores no montante de 110 milhões de euros, essencialmente relacionados com a compra de equipamento.

Em 30 de Junho de 2007, as garantias prestadas por terceiros relacionadas com os empréstimos bancários (Nota 34) eram as seguintes:

	euros
Garantias bancárias a favor do Banco Europeu de Investimento	148.523.344
Aval do Estado a favor do Kreditantsalt Für Wiederaufbau	5.481.560

Em 30 de Junho de 2007, a Portugal Telecom tinha depósitos bancários no montante de 28.887.377 euros que se encontravam cativos em resultado de operações de cross border lease realizadas pelo Grupo (Nota 33). Na mesma data, a Vivo tinha activos tangíveis e aplicações financeiras dados como garantia de processos judiciais em curso, cujo valor ascendia a 26.745.504 euros e 7.603.307 euros, respectivamente.

43 Demonstração dos fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa foi elaborada de acordo com o disposto no IAS 7, havendo os seguintes aspectos a salientar:

(a) A rubrica “Pagamentos relativos a impostos indirectos, taxas e outros” inclui essencialmente pagamentos relacionados com despesas registadas na demonstração de resultados na rubrica “impostos indirectos” (Nota 14), e ainda, pagamentos de imposto sobre o valor acrescentado (IVA) em Portugal.

(b) O aumento nos pagamentos relacionados com o imposto sobre o rendimento é essencialmente explicado pela utilização da totalidade dos prejuízos fiscais reportáveis no final do exercício findo a 31 de Dezembro de 2006, tendo a Portugal Telecom durante o primeiro semestre de 2007 liquidado imposto no montante de 85 milhões de euros.

(c) Estas rubricas incluem essencialmente pagamentos em numerário decorrentes de novas aplicações de tesouraria de curto prazo e recebimentos de aplicações de tesouraria de curto prazo vencidas. O recebimento líquido ascendeu a 646.806.884 euros e 2.078.398.944 euros no primeiro semestre de 2007 e 2006, respectivamente, encontrando-se essencialmente relacionado com o movimento nos empréstimos obtidos (Nota 43.h). A diminuição nos recebimentos líquidos resultantes de aplicações de tesouraria está basicamente relacionada com a redução de pagamentos associados a reembolsos de empréstimos obtidos.

(d) No primeiro semestre de 2007, a rubrica “Recebimentos provenientes de investimentos financeiros” tem a seguinte composição:

	euros
Banco Espírito Santo (Nota 31)	110.318.600
TV Cabo Macau (Nota 32)	3.108.957
Outras	1.870.675
	115.298.232

(e) Nos primeiros semestres de 2007 e 2006, a rubrica “Recebimentos provenientes de dividendos” tem a seguinte composição:

	2007	2006
Unitel	26.643.093	2.486.919
CTM	6.317.727	6.755.361
Banco Espírito Santo (Nota 16)	2.632.000	1.344.000
Páginas Amarelas	2.421.835	2.274.570
Outras	12.165	385.269
	38.026.820	13.246.119

(f) No primeiro semestre de 2007, a rubrica “Outros recebimentos de actividades de investimento” inclui essencialmente um montante de 94.477.028 euros referente ao exercício financeiro dos equity swaps sobre acções da PT Multimédia (Nota 41) e um montante de 31.247.010 euros referente ao exercício financeiro dos equity swaps sobre 48.810.043 acções próprias da Portugal Telecom (Nota 16). No primeiro semestre de 2006, esta rubrica inclui essencialmente 27.384.487 euros relacionados com equity swaps sobre acções próprias da PT Multimédia (Nota 41).

(g) No primeiro semestre de 2006, a rubrica “Pagamentos respeitantes a investimentos financeiros” tem a seguinte composição:

	euros
Banco Espírito Santo (i)	19.320.000
Web-Lab (ii)	6.418.036
Mobitel (iii)	3.626.235
Outras	5.126.786
	34.491.057

(i) Esta rubrica está relacionada com a quota-parte da PT no aumento de capital do Banco Espírito Santo, o qual ocorreu no primeiro semestre de 2006. **(ii)** Esta rubrica corresponde à aquisição pela Portugal Telecom dos restantes 10% no capital da Web-lab. Em resultado, a Portugal Telecom tem agora total controlo sobre a empresa. **(iii)** Durante o ano de 2006, a PT Brasil adquiriu 4.26% do respetivo capital da Mobitel. Em resultado, a PT Brasil detém agora 100% do capital da Mobitel.

(h) Estas rubricas incluem essencialmente a renovação regular de papel comercial e outros empréstimos bancários.

No primeiro semestre de 2007, os reembolsos de empréstimos obtidos, líquidos de recebimentos de novos empréstimos obtidos, ascenderam a 641.030.987 euros e estão essencialmente relacionados com a redução no nível de utilização de programas de papel comercial de curto prazo que diminuiu de 749.411.565 euros para 239.848.676 euros (Nota 34).

No primeiro semestre de 2006, os reembolsos de empréstimos obtidos, líquidos de recebimentos de novos empréstimos obtidos, ascendem a 1.709.088.359 euros e incluem essencialmente: (i) 899.500.000 euros referentes ao reembolso de obrigações emitidas pela PT Finance em 21 de Fevereiro de 2001; e (ii) 500.000.000 euros relativos ao reembolso parcial da Multicurrency Credit Facility contratada em 2003.

(i) Nos primeiros semestres de 2007 e 2006, a rubrica “Pagamentos respeitantes a dividendos” inclui o pagamento de dividendos das seguintes entidades:

	2007	2006	euros
Portugal telecom (Notas 21, 23 e 40)	516.506.816	526.402.838	
MTC	5.513.324	–	
Cabo Verde Telecom	4.869.879	3.898.829	
Timor Telecom	896.046	–	
Outras	1.228.966	80.491	
	529.015.031	530.382.158	

(j) Nos primeiros semestres de 2007 e 2006, a rubrica “Outros pagamentos respeitantes a actividades de financiamento” inclui, respectivamente, 19 milhões de euros e 53 milhões de euros relacionados com pagamentos efectuados pela Vivo relativos a derivados de taxa de câmbio.

a) Empresas associadas e conjuntamente controladas

Os saldos em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2007 e as transacções ocorridas durante os semestres finais a 30 de Junho de 2007 e 2006 entre a Portugal Telecom e as empresas associadas e conjuntamente controladas (na parcela referente aos 50% não detidos pelo Grupo PT) são como segue:

Empresa	Empréstimos concedidos (Nota 30)		Contas a receber		Contas a pagar	
	30 Jun 2007	31 Dez 2006	30 Jun 2007	31 Dez 2006	30 Jun 2007	31 Dez 2006
Médi Télecom	68.590.690	68.106.243	11.735.865	11.182.595	883.498	2.187.396
Sportinveste Multimédia	35.318.668	35.318.668	184.870	68.094	—	—
Inesc (i)	3.292.066	3.292.066	564.422	502.718	9.198	—
Sport TV	—	12.500.000	—	3.262.598	—	8.786.037
Unitel (ii)	—	379.651	62.179.032	38.419.763	43.095	67.147
Multitel	—	73.212	3.204.174	3.312.295	34.891	356.141
Vivo	—	—	15.519.542	11.883.846	81.797	100.295
Páginas Amarelas	—	—	9.091.001	9.286.412	35.947.921	50.104.723
Caixanet	—	—	4.075.701	3.949.043	—	—
Fundação PT	—	—	4.373.734	3.357.638	51.275	—
Guiné Telecom	—	—	3.140.469	3.403.513	5.410.441	6.048.598
PT-ACS	—	—	1.875.658	1.795.715	1.568.682	4.647.135
Octal TV	—	—	326	421.888	81.307	7.533.309
Lisboa TV	—	—	53.329	101.841	—	6.045.831
Outras empresas	2.949.255	1.588.438	8.141.045	6.620.808	1.725.348	2.466.304
	110.150679	121.258.278	124.139.168	97.568.767	45.837.453	88.342.916

(i) Os empréstimos concedidos a esta empresa encontram-se totalmente ajustados. (ii) A rubrica de contas a receber da Unitel em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006 inclui, respetivamente, um montante de 48 milhões de euros e 26 milhões de euros (Nota 25) referente a dividendos atribuídos.

Empresa	Custos		Receitas		Juros obtidos	
	2007	2006	2007	2006	2007	2006
Páginas Amarelas	28.793.607	33.960.220	1.170.967	1.110.493	—	—
PT-ACS	5.074.908	8.930.144	142.218	125.694	—	—
Médi Télecom	3.855.931	4.548.329	5.398.855	3.745.657	1.395.088	1.413.714
Unitel	3.742.174	3.952.627	6.777.850	6.041.966	13.159	—
Intelsat	603.955	523.106	—	—	—	—
Guiné Telecom	424.974	729.911	760.390	512.463	—	—
Sportinveste Multimédia	386.885	495.424	54.131	283.073	—	—
Caixanet	255.407	950	4.638.322	6.759.482	—	—
CTM 134.923	42.080	169.920	131.198	—	—	—
Vivo —	—	26.838.849	24.502.337	—	—	—
Outras empresas	572.076	1.218.595	6.545.004	3.817.746	140.838	94.189
	43.844.840	54.401.386	52.496.506	47.030.109	1.549.085	1.507.903

Os termos dos acordos comerciais celebrados com as empresas mencionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis. As actividades desenvolvidas no âmbito desses acordos comerciais incluem essencialmente:

- > Prestação de serviços de call center por parte da Mobitel à Vivo;
- > Custos suportados pela PT Comunicações relacionados com os serviços prestados pela Páginas Amarelas no âmbito do contrato existente entre estas duas empresas relacionado com a produção e distribuição de lista telefónicas;
- > Custos com programação suportados pela TV Cabo relacionados com os conteúdos da Sport TV e Lisboa TV.

b) Accionistas

Alguns dos principais accionistas da Portugal Telecom são instituições financeiras com as quais são estabelecidos acordos comerciais no normal curso da actividade. As transacções ocorridas durante o primeiro semestre de 2007 e os saldos em 30 de Junho de 2007 com os principais accionistas da Portugal Telecom são como segue:

Empresa	Receitas	Custos	Juros obtidos e (suportados)	Contas a receber	Contas a pagar	euros
Grupo Caixa Geral de Depósitos	13.934.546	2.258.470	1.467.856	9.970.954	–	–
Grupo Visabeira	13.386.886	42.169.371	–	13.294.239	19.634.722	–
Grupo BES	5.167.351	23.291.770	4.091.797	3.746.375	202.515	–
Barclays	9.933	8.349	(9.272.228)	158.013	–	–
Controlinveste	298	2.434.072	–	2.799.593	1.511.380	–
	32.499.014	70.162.032	(3.712.575)	29.969.174	21.348.617	–

Os termos destes acordos comerciais são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis. As actividades desenvolvidas no âmbito desses acordos comerciais respeitam essencialmente à prestação de serviços de consultoria financeira e seguros por parte das instituições financeiras mencionadas acima.

No âmbito da constituição da Brasilcel, foi celebrada uma parceria estratégica com a Telefónica, segundo a qual a Portugal Telecom pode adquirir até 1,5% do capital social da Telefónica, e esta pode adquirir até 10% do capital da Portugal Telecom. Em 30 de Junho de 2007, a Telefónica detém 9,96% do capital social da Portugal Telecom.

A Portugal Telecom estabeleceu um Shareholders' Agreement com a Telefónica que regula a gestão da Vivo e mantém acordos comerciais com algumas empresas da Telefónica relativamente à repartição do tráfego internacional, que são substancialmente idênticos aos praticados com outros operadores.

c) Outros

As remunerações auferidas pelos membros dos órgãos sociais da Portugal Telecom nos semestres findos em 30 de Junho de 2007 e 2006 foram as seguintes:

	2007		2006	
	Fixa (i)	Variável (ii)	Fixa	Variável (iii)
Administradores executivos	2.096.176	6.393.969	2.590.632	12.851.253
Administradores não executivos	626.073	–	989.186	1.266.515
Conselho Fiscal	101.137	–	91.901	–
Assembleia Geral	7.071	–	1.719	–
	2.830.457	6.393.969	3.673.438	14.117.768

(i) Estes montantes estão relacionados com transacções do semestre findo a 30 de Junho de 2007. (ii) Estes montantes foram pagos durante o primeiro semestre de 2007, estando relacionados com remunerações de 2006. (iii) Estes montantes foram pagos durante o primeiro semestre de 2006, estando relacionados com remunerações de 2005.

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2007 e 2006, as remunerações fixas do pessoal-chave da gestão do Grupo PT ascenderam a 8.876.267 euros e 8.303.171 euros, respectivamente, e as remunerações variáveis ascenderam a 4.738.605 euros e 4.165.509 euros, respectivamente.

Em complemento da política de remuneração acima referida, os administradores executivos e o pessoal-chave da gestão têm direito a um conjunto de regalias que são utilizadas essencialmente no exercício das suas funções diárias.

45.1 **Processos com entidades reguladoras****a) Acções relacionadas com a taxa municipal de passagem**

No seguimento do estatuto atribuído a 1 de Agosto de 1997, como operador da rede básica de telecomunicações, a Portugal Telecom foi isenta da obrigação de pagamento de taxas municipais, direitos de passagem e outras taxas relacionadas com a rede e com as obrigações inerentes à Concessão. Adicionalmente, o Estado Português informou a PT que este estatuto confirma a isenção de pagamento de taxas ao abrigo do contrato de Concessão. O Estado Português anunciou que iria continuar com as acções necessárias para que a Portugal Telecom mantivesse o estatuto de não sujeição às taxas municipais contempladas no Contrato de Concessão. Neste momento, não é possível ter a certeza que os tribunais portugueses venham a resolver todas as acções interpostas contra a Empresa relacionadas com as taxas municipais para o período anterior à sua entrada em vigor, ao abrigo do estatuto consagrado no Contrato de Concessão.

Em 1999, o município do Porto apresentou um processo judicial solicitando o pagamento de taxas e outros honorários relacionados com a utilização pela PT Comunicações de direitos de passagem públicos em 1998. O Tribunal Administrativo do Círculo do Porto arguiu em favor da PT Comunicações em Março de 2003, declarando que os regulamentos do município do Porto, que serviam de suporte para a imposição de taxas municipais e honorários pelo direito de passagem à PT Comunicações, eram inconstitucionais. O município do Porto interpôs recurso da decisão do tribunal de 1^a Instância para o Tribunal Administrativo Central. Este recurso encontra-se pendente de decisão.

Em caso de decisão desfavorável deste recurso contra a PT Comunicações, outros municípios poderão interpor novas acções contra a Empresa. A legislação fiscal portuguesa determina um período de quatro anos para a interposição de impugnações judiciais para o pagamento de taxas ou impostos governamentais. No entanto, para taxas ou impostos anteriores a 1998, o período de caducidade do direito de reclamação estende-se a cinco anos. Considerando que o prazo de caducidade já expirou, a Portugal Telecom não espera que sejam interpostas novas acções contra a Empresa.

A Lei 5/2004 de 10 de Fevereiro, estabeleceu um novo regime para o direito de passagem em Portugal, no qual cada município pode aplicar uma taxa de 0,25% sobre a facturação de cada cliente que possua uma assinatura de rede no município. Este regime foi implementado em 2005, não sendo aplicado retroactivamente, não tendo impacto sobre os processos indicados anteriormente.

b) Processos regulatórios

As operações da Portugal Telecom são sujeitas regularmente a investigações e inspecções, essencialmente pela ANACOM, pela Comissão Europeia e pela Autoridade da Concorrência, no âmbito da verificação do cumprimento das normas e regulamentos aplicáveis ao Grupo PT. Actualmente, estão em curso investigações conduzidas pela Autoridade da Concorrência relativamente (i) à PT.COM (esta queixa foi interposta contra a Telepac, que se fundiu com a PT.COM em Dezembro de 2004) e à TV Cabo relacionadas com alegadas práticas anti-concorrênciais no mercado da internet banda larga; (ii) à TV Cabo e Sport TV, através de queixa interposta pela TV TEL, um operador de TV por cabo da área do Porto, por alegada recusa de utilização de espaço publicitário; e (iii) à PT Comunicações por alegadas práticas anti-concorrênciais no mercado da rede fixa telefónica e pela atribuição de descontos discriminatórios no mercado dos circuitos alugados. A Portugal Telecom considera que as empresas do Grupo seguiram consistentemente a política definida, de acordo com a legislação em vigor. A Portugal Telecom revê continuamente as suas ofertas comerciais de forma a reduzir o risco de incumprimento da legislação da concorrência. A Portugal Telecom acredita que a maioria das queixas interpostas das quais resultaram estas investigações serão indeferidas devido à natureza dos alegados abusos e ao carácter novel da legislação da concorrência. No entanto, se empresas do Grupo PT forem consideradas como estando em violação da legislação aplicável no âmbito destas ou de outras investigações, elas poderão vir a estar sujeitas a penalidades, multas ou outras sanções. Com base na legislação nacional, é, no entanto permitido, a interposição de recurso Judicial relativamente a qualquer decisão adversa nestas matérias. O recurso, em causa, tem efeito suspensivo relativamente às decisões da Autoridade da Concorrência.

Em 2004, a Autoridade da Concorrência iniciou um processo contra-ordenacional contra a PT Comunicações, através da adopção de uma “nota de ilicitude” alegando que a PT Comunicações recusou ilegitimamente o acesso às condutas onde se encontra instalada a rede de telecomunicações fixa. Em Junho de 2005, a Autoridade da Concorrência emite nova “nota de ilicitude” revista, no âmbito deste processo. A PT Comunicações respondeu à “nota de ilicitude” e não acredita que tenha violado a legislação aplicável. No entanto, em 1 de Agosto de 2007, a Autoridade da Concorrência adoptou uma decisão de aplicação de multa, no valor de 38 milhões de euros, à PT Comunicações. A Empresa recorreu da decisão da Autoridade da Concorrência para o Tribunal de Comércio de Lisboa, em 30 de Agosto de 2007. Este recurso suspende a decisão da Autoridade da Concorrência.

Em Setembro de 2005, a Autoridade da Concorrência deduziu uma nota de ilicitude contra a PT Multimédia e a TV Cabo, por alegada prática proibida ao abrigo do artigo 4º da Lei n.º 18/2003, de 11 de Junho, decorrente de um “Acordo de Parceria” entre a PT Multimédia, a TV Cabo e a SIC – Sociedade Independente da Comunicação, SA (“SIC”), celebrado em 27 de Março de 2000, no quadro de uma concentração objecto de notificação prévia relativa à aquisição da Lisboa TV pela SIC. Na sequência desta nota de ilicitude, em Agosto de 2006 a Autoridade da Concorrência decidiu impor à PT Multimédia uma coima de 2,5 milhões de euros. A PT Multimédia e a TV Cabo recorreram da decisão junto do Tribunal do Comércio de Lisboa. A 14 de Agosto de 2007, A PTM foi notificada pelo Tribunal de Comércio de Lisboa onde, de acordo com o despacho de decisão, o Tribunal de Comércio declarou da limitação da acção de decisão da Autoridade da Concorrência no que concerne à primeira cláusula do Acordo de Parceria, declarando igualmente a nulidade de todo o processo e, como tal, a Autoridade da Concorrência deverá reiniciar um novo processo somente relacionado com a cláusula de exclusividade.

Em Abril de 2007, a Autoridade da Concorrência acusou ainda a PT Comunicações de alegado abuso de posição dominante pela atribuição, em 2003, de descontos discriminatórios no mercado de circuitos alugados. Em resposta a esta acusação a PT Comunicações contestou as alegações da Autoridade da Concorrência nesta matéria. À PT Comunicações é permitido, ao abrigo da legislação portuguesa, interpor recurso judicial de qualquer decisão adversa adoptada pela Autoridade da Concorrência. Este recurso tem efeitos suspensivos.

A 8 de Junho de 2006, a Portugal Telecom foi informada através da imprensa que a Sonaecom apresentou uma queixa contra a Empresa junto da Comissão Europeia, no âmbito do Artigo 82º do Tratado da EU, alegando o abuso de posição dominante no mercado Português pelo o facto de o Grupo prestar simultaneamente serviços no âmbito do negócio de cabo e no negócio de rede fixa, respectivamente, através das subsidiárias PT Multimédia e PT Comunicações. A Sonaecom requereu que a Comissão Europeia impusesse à Portugal Telecom a separação dos dois negócios, ou seja, o negócio de TV por Cabo e o negócio de telecomunicações por rede fixa – designado por “remédio estrutural”. No entanto, a 2 de Fevereiro de 2006, a Comissão respondeu que a queixa, em causa, deveria ser interposta junto da Autoridade da Concorrência Nacional. Do conhecimento da Portugal Telecom, a queixa interposta perante a Comissão Europeia sobre este tema encontra-se arquivada. A Portugal Telecom ainda não recebeu quaisquer informações adicionais sobre as pretensões da Sonaecom quanto à prossecução deste assunto junto da Autoridade da Concorrência.

A Sonaecom submeteu igualmente uma queixa junto da Comissão Europeia alegando “ajuda estatal” ilegal à Portugal Telecom relacionada com a alienação por parte do Estado Português da rede de telecomunicações básica à PT Comunicações em 2002, e a exclusão de pagamento de taxas municipais no âmbito do Contrato de Concessão. A Sonaecom reclama que o valor de alienação da rede básica de telecomunicações à PT Comunicações foi efectuado por um valor abaixo do valor de mercado. A Sonaecom igualmente alega que, a ausência de uma oferta pública de venda e ausência de uma avaliação independente para o estabelecimento de um valor mínimo de alienação constitui uma “ajuda estatal” ilegal. Ao abrigo do Contrato de Concessão, a PT Comunicações estava isenta, na qualidade de prestador do serviço universal, do pagamento de taxas municipais desde 1995 até à data da respectiva revogação, pela Lei 5/2004 de 10 de Fevereiro de 2004, em contraste com o disposto relativamente aos novos operadores de telecomunicações, após a liberalização do mercado de telecomunicações em 2000. Estes operadores, de forma a construírem a sua infra-estrutura, estavam sujeitos ao pagamento de taxas municipais pela utilização de subsolo municipal. A Sonaecom alega que esta discriminação contra os novos operadores constitui uma “ajuda estatal” ilegal, prejudicando os novos operadores e os municípios. A Portugal Telecom não recebeu qualquer informação por parte da Comissão Europeia ou das Autoridades Portuguesas relacionada com este tema.

Em Abril de 2006, a Comissão Europeia enviou ao Estado Português uma requisição formal de abandono dos direitos especiais detidos na Portugal Telecom, como detentor único das acções preferenciais da Categoria A. A Comissão Europeia acredita que os poderes especiais atribuídos ao Estado Português, tem como efeito a limitação do investimento por parte de empresas de outros Estados membros da União Europeia, em violação das regras do Tratado. Caso as Autoridades Portuguesas não tomem todas as acções indispensáveis para a resolução desta situação, a Comissão Europeia poderá decidir remeter a questão para o Tribunal Europeu de Justiça.

c) Outros processos legais

Em 23 de Abril de 2001, a PT Comunicações submeteu um pedido ao Tribunal Administrativo de Lisboa, contestando a legalidade de uma decisão administrativa da ANACOM em 21 de Fevereiro de 2001, a qual instruiu a PT Comunicações a alterar a sua estrutura de facturação relacionada com a ligação de ISPs (Internet Service Providers – prestadores de serviços de internet) à linha de rede fixa passando de um modelo baseado na partilha de receitas para um modelo baseado na origem da chamadas e, estabelecendo preços máximos para a facturação da PT Comunicações aos ISPs pelo serviço de interligação das chamadas de dados. A PT Comunicações alega com a decisão administrativa da ANACOM foi emitida em desacordo com a legislação nacional e comunitária. Caso a PT Comunicações seja bem sucedida na sua reclamação inicial, existe a intenção de solicitar uma compensação por danos sofridos com a implementação oferta de acesso à internet de referência em 1 de Março de 2001.

Em Abril de 2003, a TVI – Televisão Independente, SA, interpôs um pedido contra o Estado Português e a PT Comunicações no Tribunal Administrativo de Lisboa. Em 1990, à TVI e à SIC, foram atribuídas licenças para a emissão de canais de televisão no seguimento do processo de oferta pública de licenças. A TVI argumenta que, quando concorreu ao processo de atribuição de licenças, optou pela não utilização da rede pública para a transmissão do seu sinal de TV, optando por construir e gerir a sua própria rede de emissão, no seguimento dos preços praticados pela utilização da rede pública. A TVI argumenta que, após a transferência da rede pública para a PT Comunicações passando a ser o prestador nacional do serviço de transmissão de sinal de TV, a PT Comunicações passou a praticar preços mais reduzidos à SIC e RTP, violando diversos princípios legislativos nacionais. A redução dos preços foi alegadamente suportada na Convenção de Preços celebrada entre a Portugal Telecom, Estado Português e o Regulador de telecomunicações em 1997.

A TVI reclama o montante de 64 milhões de euros do Estado Português e da PT Comunicações. A TVI alega que este montante reflecte o excesso de custos necessários para a construção e operacionalização da sua rede própria de transmissão de sinal sobre o preço a incorrer caso tivessem optado pela utilização da rede pública, assim como, pela perda de receita caso tivesse optado pela utilização dessa rede, já que a TVI argumenta que esta é mais extensa e desenvolvida que a sua própria rede. A PT Comunicações está fortemente em desacordo com as alegações da TVI. A 20 de Junho de 2003, a PT Comunicações submeteu a sua resposta às alegações da TVI arguindo que, (i) a reclamação apresentada pela TVI deveria ser anulada considerando que a mesma assenta em factos ocorridos há mais de dez anos; (ii) a redução nos preços praticados pela PT Comunicações pela utilização da rede básica de telecomunicações não violou a legislação portuguesa na medida em que a mesma não obriga à manutenção dos preços praticados pela utilização da rede em questão; e (iii) a reclamação apresentada pela TVI para danos e perdas não é legal e factualmente sustentada. O Estado Português submeteu igualmente uma resposta à reclamação da TVI, e a PT Comunicações aguarda pela determinação de uma data pelo Tribunal Administrativo de Lisboa para a primeira audiência.

Em Março de 2004, a TV TEL Grande Porto – Comunicações, SA, ou TV TEL, uma empresa de telecomunicações sedeadas no Porto, apresentou uma reclamação contra a PT Comunicações no Tribunal Judicial de Lisboa. A TV TEL alegou que a PT Comunicações, desde 2001, restringiu de forma ilegal o acesso às condutas de telecomunicações da PT Comunicações no Porto, atrasando a instalação e desenvolvimento da rede de telecomunicações da TV TEL. A TV TEL alega que a PT Comunicações tem a intenção de se auto favorecer e de favorecer a TV Cabo, uma empresa do Grupo PT e competidor directo da TV TEL.

A TV TEL reclama o montante aproximado de 15 milhões de euros da PT Comunicações por danos e perdas alegadamente causadas, ainda que por sustentar por aquela companhia, em resultado do atraso na instalação da sua rede de telecomunicações no Porto. Adicionalmente, a TV TEL solicitou que a PT Comunicações fosse obrigada a garantir acesso total às suas condutas no Porto. A PT Comunicações submeteu a sua defesa a estas reclamações e alegações em Junho de 2004, defendendo que (1) a TV TEL não possui um direito geral de utilização na sua rede de condutas, (2) todos os pedidos da TV TEL foram legal e atempadamente respondidos pela PT Comunicações de acordo com a sua política geral de gestão da infra-estrutura, e (3) as reclamações da TV TEL de danos e perdas não foram factualmente sustentadas. A audição preliminar deste processo foi concluída e a PT Comunicações espera que seja, brevemente, determinada uma data para o julgamento.

45.2 Outros processos

Processos com perda provável

Em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, existem diversos processos judiciais e arbitrais em curso intencionados contra diversas empresas do Grupo, classificados como processos com perda provável, de acordo com o IAS 37, tendo sido registada uma provisão (Nota 38) para fazer face à provável saída de recursos do Grupo com estes processos. A natureza destes processos, à data de 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, é conforme segue:

	30 Jun 2007	31 Dez 2006	euros
Responsabilidade civil	42.298.625	34.589.283	
Responsabilidade laboral	22.249.081	15.915.554	
Outras responsabilidades	3.743.506	1.882.105	
	68.291.212	52.386.942	

Processos com perda possível

Em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, existem diversos processos judiciais e arbitrais em curso, intencionados contra algumas empresas do Grupo, classificados como processos com perda possível, de acordo com informações dos advogados que acompanham estes processos. O seu detalhe é conforme segue:

	30 Jun 2007	31 Dez 2006	euros
Responsabilidade civil	163.651.735	155.603.666	
Responsabilidade laboral	25.656.354	21.521.774	
Outras responsabilidades (i)	493.372.666	396.550.612	
	682.680.755	573.676.052	

(i) Este valor inclui um montante de 398 milhões euros referente à quota-parte de 50% nos processos judiciais intentados contra as várias subsidiárias da Vivo, os quais estão relacionados com contingências fiscais (imposto sobre o rendimento e impostos indirectos), e inclui um montante de 72 milhões de euros relativos a processos intentados contra várias empresas sedeadas em Portugal, relacionados com contingências fiscais.

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB e IFRIC mas ainda não efectivas e com potencial impacto nas demonstrações financeiras da Portugal Telecom, são como segue:

Apresentação das demonstrações financeiras

Em 6 de Setembro de 2007, o IASB emitiu uma versão revista do IAS 1 “Apresentação das demonstrações financeiras”, cuja principal alteração face à versão anterior é a de exigir a apresentação autónoma de alterações ao capital próprio resultantes de transacções com entidades não accionistas, numa demonstração do comprehensive income possibilitando a alternativa de duas demonstrações separadas (uma demonstração dos resultados e uma demonstração do comprehensive income). A demonstração dos comprehensive income incluirá os proveitos e custos normais registados directamente na demonstração dos resultados e os outros ganhos e perdas reconhecidos no período que não passaram pela demonstração dos resultados, os quais, no caso da Portugal Telecom, incluem essencialmente ganhos e perdas actuariais, ajustamentos de conversão cambial, ganhos e perdas decorrentes da avaliação de activos financeiros disponíveis para venda e a parte efectiva dos ganhos e perdas em instrumentos financeiros derivados de cobertura de fluxo de caixa. Adicionalmente, a IAS 1 revista altera os títulos das demonstrações financeiras de “Balanço” para “Demonstração da posição financeira” e de “Demonstração dos resultados” para “Demonstração do comprehensive income”. Esta versão do IAS 1 é efectiva para os períodos anuais iniciados em ou após de 1 de Janeiro de 2009.

Programas de fidelização de clientes

O IASB emitiu o IFRIC 13 “Programas de fidelização de clientes” em 28 de Junho de 2007, o qual endereça a contabilização de programas de fidelização atribuídos por entidades aos seus clientes que adquirem bens ou serviços. De acordo com esta interpretação, uma entidade deverá imputar parte dos recebimentos provenientes das vendas como um passivo pelos de prémios concedidos, representando a obrigação pela prestação desses prémios. O montante imputado aos prémios de fidelização é mensurado pelo seu justo valor, isto é, o montante pelo qual os bens ou serviços seriam vendidos separadamente. A entidade deverá diferir a receita e reconhecer a mesma apenas na data de cumprimento da sua obrigação. O IFRIC 13 estará efectivo para períodos anuais que começem em ou após 1 de Julho de 2008, apesar da sua aplicação imediata ser permitida. A Portugal Telecom está actualmente a determinar o impacto desta interpretação.

Activos por benefícios definidos e requisitos mínimos de financiamento

A 5 de Julho de 2007, o IFRIC emitiu a IFRIC 14 “O limite em activos por benefícios definidos, requisitos mínimos de financiamento e a sua interacção”, o qual presta esclarecimentos genéricos na determinação do limite relativos à quantia de superavit que pode ser reconhecida no âmbito dos Benefícios de Reforma definidos no IAS 19. Esta interpretação explica ainda como os activos e passivos relacionados com o plano de pensões podem ser afectados quando existe um requisito mínimo de financiamento do fundo definido contratual ou estatutariamente. A interpretação pretende uniformizar as práticas e assegurar que as entidades reconhecem um activo em relação ao superavit numa base consistente. Não existe a necessidade de reconhecer um passivo por um empregador de acordo com o IFRIC 14, excepto se as contribuições pagas no âmbito dos requisitos mínimos de financiamento do fundo não possam voltar a fluir para a empresa. É expectável que o IFRIC 14 possa ter maior impacto nos países que tenham um requisito mínimo de financiamento e onde existam restrições na capacidade de uma empresa ser reembolsada ou reduzir contribuições, que não é o caso da Portugal Telecom. Esta interpretação é obrigatória para os períodos anuais iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2008, apesar de a aplicação imediata ser permitida.

Custos de financiamento

Em 29 de Março de 2007, o IASB emitiu a IAS 23 revista “Custos de Empréstimos Obtidos”, cuja principal alteração face à versão anterior é a remoção da opção de reconhecer os custos de financiamento, relacionados com activos que levarão algum tempo a entrar em funcionamento, directa e imediatamente em custos. Uma entidade, está então, obrigada a capitalizar os custos de financiamento como parte do custo de tais activos. A versão revista desta norma é apenas aplicável a activos adquiridos a partir de 1 de Janeiro de 2009, apesar de a aplicação imediata ser permitida. A Portugal Telecom não antecipa qualquer impacto significativo nas suas demonstrações financeiras consolidadas resultante da aplicação desta norma revista.

47 Eventos subsequentes

A 2 de Agosto de 2007, a Autoridade da Concorrência (“AdC”) sancionou a PT Comunicações pelo alegado abuso de posição dominante pela sua recusa de providenciar o acesso às suas condutas de rede, no montante de 38 milhões de euros. A Portugal Telecom lamenta que este tenha sido o resultado da investigação conduzida pela AdC desde Julho de 2003, e considera a decisão como infundada e injusta. Suportada por pareceres legais, a Portugal Telecom decidiu não provisionar esta contingência, considerando que o resultado final deste processo será em última análise favorável à Empresa.

Em 3 de Agosto de 2007, a Vivo Participações, SA assinou um acordo de aquisição de participações com a Telpart Participações SA (“Telpart”) para a aquisição do controlo da empresa Telemig Celular Participações SA (“Telemig Celular Participações”) e da empresa Tele Norte Celular Participações SA (“Tele Norte Celular Participações”) compreendendo 22,72% e 19,34% do total do capital, respectivamente, por um valor agregado de 1,2 mil milhões de Reais, sujeito a determinados critérios de ajustamentos do preço. Adicionalmente, a Vivo irá adquirir da Telpart determinados direitos de subscrição por 87 milhões de Reais. A conclusão desta transacção está sujeita à aprovação do regulador Brasileiro de telecomunicações (ANATEL) e ratificação na Assembleia Geral de Accionistas da Vivo e Telpart.

Em Agosto de 2007, a Portugal Telecom estabeleceu uma parceria estratégica com a Hélios Investors LP (“Hélios”), um fundo gerido pela Hélios Investments Partners LLP, para o mercado subsariano de telecomunicações. Sob os termos deste acordo, Hélios adquiriu inicialmente, pelo montante de 125 milhões de euros, uma participação de 22% na PT África B.V. (“PT África”), a empresa-mãe que irá agregar todos os interesses da Portugal Telecom na África subsariana. A Portugal Telecom subscreveu ainda um financiamento emitido pela PT África no montante de 450 milhões de USD.

Em 28 de Agosto de 2007, a PT Finance emitiu obrigações convertíveis no montante de 750 milhões de euros e com prazo de vencimento em 2014, a subscrever por investidores nacionais e internacionais, convertíveis em acções ordinárias da Portugal Telecom com um cupão de 4,125% anual e com um preço de conversão de 13,9859 euros.

Anexo – Detalhe das empresas participadas

I. Empresas subsidiárias

Subsidiárias localizadas em Portugal

Denominação	Sede	Actividade principal	Percentagem de capital detido		
			Directamente	Jun 2007 Efectiva	Dez 2006 Efectiva
Portugal Telecom (Empresa-mãe) (Nota 1)	Lisboa	Empresa-mãe.			
Cabo TV Açoreana, SA	Ponta Delgada	Distribuição do sinal de televisão por cabo e satélite na Região Autónoma dos Açores.	TV Cabo Portugal (83,82%)	48,98%	48,98%
Cabo TV Madeirense, SA	Funchal	Distribuição do sinal de televisão por cabo e satélite na Região Autónoma da Madeira.	TV Cabo Portugal (71,74%)	41,92%	41,92%
DCSI – Dados, Computadores e Soluções Informáticas, Lda.	Lisboa	Prestação de serviços na área de sistemas e tecnologias de informação.	PT Comunicações (100%)	100,00%	100,00%
Directel – Listas Telefónicas Internacionais, Lda. ("Directel")	Lisboa	Publicação de listas telefónicas e exploração das bases de dados que lhes são afins, em operações internacionais.	PT Ventures (100%)	100,00%	100,00%
Empracine – Empresa Promotora de Actividades Cinematográficas, Lda.	Lisboa	Exibição cinematográfica.	Lusomundo SII (100%)	58,36%	58,36%
Empresa de Recreios Artísticos, Lda. ("ERA") ^(a)	Lisboa	Exibição cinematográfica.	Lusomundo SII (87,90%) PT Multimédia (4,03%)	53,65%	53,65%
Grafilme – Sociedade Impressora de Legendas, Lda.	Lisboa	Prestação de serviços de legendagem audiovisual.	Lusomundo Audiovisuais (50%)	32,46%	32,46%
Infonet Portugal – Serviços de Valor Acrescentado, Lda	Lisboa	Comercialização de produtos e serviços de valor acrescentado na área da informação e comunicação por computador, através do acesso à rede mundial Infonet.	PT Prime (90%)	90,00%	90,00%
Janela Digital – Informativo e Telecomunicações, Lda ("Janela Digital") ^(a)	Caldas da Rainha	Desenvolvimento de tecnologias de informação para mediadores imobiliários.	PT.COM (50%)	50,00%	50,00%
Lusomundo Audiovisuais, SA	Lisboa	Importação, distribuição, exploração, comércio e produção de produtos audiovisuais.	PT Multimédia (100%)	58,43%	58,43%
Lusomundo Cinemas, SA	Lisboa	Exibição cinematográfica, organização e exploração de espectáculos públicos.	PT Multimédia (100%)	58,43%	58,43%
Lusomundo Editores, SA	Lisboa	Edição de publicações jornalísticas.	PT Multimédia (100%)	58,43%	58,43%
Lusomundo – Sociedade Investimentos Imobiliários, SGPS, SA ("Lusomundo SII")	Lisboa	Exploração de activos imobiliários.	PT Multimédia (99,87%)	58,36%	58,36%
Lusomundo Imobiliária 2, SA	Lisboa	Exploração de activos imobiliários.	Lusomundo SII (99,80%)	58,24%	58,24%
Motormédia – Comércio, Publicidade e Serviços Multimédia, SA (a)	Lisboa	Produção e edição multimédia de informação relativa ao mercado e desporto automóveis.	PT.COM (100%)	100,00%	100,00%
Portugal Telecom Inovação, SA ("PT Inovação")	Aveiro	Inovação, investigação, desenvolvimento e integração de serviços e soluções em telecomunicações, serviços de engenharia e formação em telecomunicações.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
Previsão – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA ("Previsão")	Lisboa	Gestão de fundos de pensões.	Portugal Telecom (78,12%)	78,12%	78,12%
PT Acessos de Internet Wi-Fi, SA	Lisboa	Prestação de serviços de acesso à Internet sem fios.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PT Centro Corporativo, SA	Lisboa	Prestação de serviços de consultoria a empresas do Grupo.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PT Comunicações, SA ("PT Comunicações")	Lisboa	Estabelecimento, gestão e exploração de infra-estruturas de telecomunicações e prestação do serviço público de telecomunicações e do serviço de teledifusão.	PT Portugal (100%)	100,00%	100,00%
PT Compras – Serviços de Consultoria e Negociação, SA	Lisboa	Prestação de serviços de consultoria e negociação relacionados com processos de aquisição de bens e serviços.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%

Denominação	Sede	Actividade principal	Percentagem de capital detido		
			Directamente	Jun 2007 Efectiva	Dez 2006 Efectiva
PT Contact – Telemarketing e Serviços de Informação, SA ("PT Contact")	Lisboa	Produção, promoção e comercialização de sistemas de informação, incluindo produtos e serviços de informação e correspondente assistência técnica.	PT Comunicações (100%)	100,00%	100,00%
PT Conteúdos – Actividade de Televisão e de Produção de Conteúdos, SA (former TV Cabo Audiovisuais)	Lisboa	Actividade de televisão, designadamente produção e comercialização de programas e exploração de publicidade.	PT Televisão por Cabo (100%)	58,43%	58,43%
PT Corporate	Lisboa	Prestação de serviços disponíveis no Grupo, no negócio da rede fixa, telecomunicações móveis e sistemas de informação a grandes grupos económicos.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PT Investimentos Internacionais, SA ("PT II")	Lisboa	Serviços de consultoria de negócio e gestão de negócios. Elaboração de projectos e estudos económicos e gestão de investimentos.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PT Meios – Serviços de Publicidade e Marketing, SA	Lisboa	Compra, venda e permuta de espaço publicitário, prestação de serviços de consultoria e análise de projectos de investimento publicitário ou de marketing.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PT Móveis, SGPS, SA ("PT Móveis")	Lisboa	Gestão de participações sociais no âmbito dos negócios móveis.	TMN (100%)	100,00%	100,00%
PT Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA	Lisboa	Gestão de participações sociais no âmbito dos negócios multimédia.	Portugal Telecom (58,43%)	58,43%	58,43%
PT Multimédia – Serviços de Apoio à Gestão , SA	Lisboa	Serviços de suporte à gestão.	PT Multimédia (100%)	58,43%	58,43%
PT Portugal, SGPS, SA	Lisboa	Gestão de participações sociais	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PT Prestações Mandatária de Aquisições e Gestão de Bens, SA ("PT Prestações")	Lisboa	Aquisição e gestão de bens móveis e imóveis, bem como a realização de investimentos.	PT Comunicações (100%)	100,00%	100,00%
PT Prime – Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, SA	Lisboa	Prestação de serviços de telecomunicações, estabelecimento, gestão e exploração de redes de telecomunicações, e actividades no âmbito das tecnologias de informação e respectivos conteúdos.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PT Prime Tradecom – Soluções Empresariais de Comércio Electrónico, SA ("Tradecom")	Lisboa	Prestação de serviços de desenvolvimento e consultoria no âmbito do comércio electrónico, conteúdos e tecnologias de informação.	Portugal Telecom (66%)	66,00%	66,00%
PT Pro, Serviços Administrativos e de Gestão Partilhados, SA	Lisboa	Prestação de serviços de assessoria empresarial, administração e gestão empresarial.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PT Rede Fixa, SGPS, SA	Lisboa	Gestão de participações sociais	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PT Sistemas de Informação, SA ("PT SI")	Oeiras	Prestação de serviços na área de sistemas e tecnologias de informação.	Portugal Telecom (99,8%) PT Comunicações (0,1%) TMN (0,1%)	100,00%	100,00%
PT Televisão por Cabo, SGPS, SA	Lisboa	Gestão de participações sociais no âmbito dos negócios de televisão por cabo.	PT Multimédia (100%)	58,43%	58,43%
PT Ventures, SGPS, SA ("PT Ventures")	Lisboa	Gestão de participações sociais no âmbito dos investimentos Internacionais.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PT.com – Comunicações Interactivas, SA	Lisboa	Prestação de serviços e desenvolvimento e comercialização de produtos e serviços nas áreas de telecomunicações, sistemas de informação e multimédia.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PT Imobiliária, SA (Anteriormente designada por "Simarc")	Lisboa	Administração de bens imobiliários, consultoria em investimentos imobiliários, gestão de empreendimentos imobiliários, aquisição e alienação de imóveis.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
Superemprego – Sistemas de Informação para Gestão de Recursos Humanos, SA ^(a)	Lisboa	Produção e disponibilização de informação sobre oferta e procura de emprego.	PT.COM (63,75%)	63,75%	63,75%
Telématica – Consultores de Telecomunicações e Informática, Lda.	Lisboa	Fornecimento de material informático, formadores e instalações.	PT Contact (100%)	100,00%	100,00%
TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais, SA	Lisboa	Prestação de serviços de telecomunicações móveis e estabelecimento, gestão e exploração de redes de telecomunicações.	PT Portugal (100%)	100,00%	100,00%

Denominação	Sede	Actividade principal	Percentagem de capital detido		
			Directamente	Jun 2007	Dez 2006
			Efectiva	Efectiva	Efectiva
TPT – Telecomunicações Públicas de Timor, SA ("TPT")	Lisboa	Prestação de serviços e compra e venda de produtos de telecomunicações, multimédia e tecnologias de informação em Timor.	PT Ventures (75,16%) PT Ásia (0,98%)	76,14%	76,14%
TV Cabo Portugal, SA	Lisboa	Distribuição de televisão por cabo e satélite, concepção, realização, produção e difusão de emissões de programas de televisão, exploração de serviços de telecomunicações.	PT Televisão por Cabo (100%)	58,43%	58,43%
Web-Lab, SGPS, SA	Lisboa	Gestão de participações sociais.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	90,00%

(a) Estas empresas foram consolidadas pelo método de equivalência patrimonial no primeiro semestre de 2007.

Subsidiárias localizadas no Brasil

Denominação	Sede	Actividade principal	Percentagem de capital detido		
			Directamente	Jun 2007	Dez 2006
			Efectiva	Efectiva	Efectiva
Mobitel, SA	São Paulo	Prestação de serviços de telecomunicações, de transmissão de dados e informações	PT Brasil (100%)	100,00%	100,00%
Portugal Telecom Brazil, SA ("PT Brasil")	São Paulo	Elaboração de projectos, estudos e pareceres sobre questões técnicas, financeiras ou comerciais, nas áreas das comunicações e da informação.	Portugal Telecom (99,95%) PT Comunicações (0,05%)	100,00%	100,00%
Portugal Telecom Inovação Brasil, Ltda.	São Paulo	Desenvolvimento de actividade nas áreas de tecnologias de informação e telecomunicações.	PT Inovação (100%)	100,00%	100,00%
PT Multimédia.com Brasil, Ltda. ("PTM.com Brasil")	São Paulo	Gestão de participações sociais.	PT Brasil (100%)	100,00%	100,00%
PT Multimédia.com Participações, SA ^(a)	São Paulo	Gestão de participações sociais.	PT.COM (100%)	100,00%	100,00%
Techlab – Electrónico, Lda. ^(b)	São Paulo	Exploração do serviço móvel aeronáutico.	–	–	100,00%

(a) Estas empresas foram consolidadas pelo método de equivalência patrimonial no primeiro semestre de 2007. (b) Esta empresa foi liquidada no primeiro semestre de 2007.

Subsidiárias localizadas em África

Denominação	Sede	Actividade principal	Percentagem de capital detido		
			Directamente	Jun 2007 Efectiva	Dez 2006 Efectiva
Cabo Verde Móvel	Praia	Exploração do serviço de telecomunicações móveis.	Cabo Verde Telecom (100%)	40,00%	40,00%
Cabo Verde Multimédia	Praia	Exploração de serviços de multimédia.	Cabo Verde Telecom (100%)	40,00%	40,00%
Cabo Verde Telecom	Praia	Exploração de serviços de telecomunicações.	PT Ventures (40%)	40,00%	40,00%
Contact Cabo Verde – Telemarketing e Serviços de Informação, SA	Praia	Gestão de call e de contact center.	PT Contact (100%)	100,00%	100,00%
CST – Companhia Santomense de Telecomunicações, SARL	São Tomé	Exploração do serviço público de telecomunicações em São Tomé e Príncipe	PT Comunicações (51%)	51,00%	51,00%
Directel Cabo Verde – Serviços de Comunicação, Lda.	Praia	Publicação de listas telefónicas e exploração das bases de dados que lhes são afins.	Directel (60%)	76,00%	76,00%
Directel Uganda – Telephone Directories, Limited ^(a)	Uganda	Publicação de listas telefónicas..	Directel (90%)	90,00%	90,00%
Elta – Empresa de Listas Telefónicas de Angola, Lda.	Luanda	Publicação de listas telefónicas..	Directel (55%)	55,00%	55,00%
Guinetel, S.A.SA ^(a)	Bissau	Estabelecimento, gestão, exploração, utilização de redes de telecomunicações e a prestação de quaisquer serviços de telecomunicações ou conexos com o seu objecto principal.	PT II (55%)	55,00%	55,00%
Kenya Postel Directories, Ltd.	Nairobi	Produção, edição e distribuição de listas telefónicas e outras publicações.	Directel (60%)	60,00%	60,00%
LTM – Listas Telefónicas de Moçambique, Lda.	Maputo	Gestão, edição, exploração e comercialização de listas de assinatura e classificadas de telecomunicações.	Directel (50%)	50,00%	50,00%
Lusomundo Moçambique, Lda.	Maputo	Exibição cinematográfica, organização e exploração de espectáculos públicos.	Lusomundo Cinemas (100,00%)	58,43%	58,43%
Mobile Telecommunications Limited	Namíbia	Exploração do serviço móvel.	Portugal África BV (34%)	34,00%	34,00%

(a) Estas empresas foram consolidadas pelo método de equivalência patrimonial no primeiro semestre de 2007.

Outras subsidiárias

Denominação	Sede	Actividade principal	Percentagem de capital detido		
			Directamente	Jun 2007 Efectiva	Dez 2006 Efectiva
Archways ^(a)	Pequim	Serviços de localização remota em todo o território chinês.	China Pathway Logistics BV (70%)	46,20%	46,20%
Canal 20 TV, SA	Madrid	Distribuição de produtos televisivos.	PT Multimédia (50%)	29,22%	29,22%
China Pathway Logistics BV	Amesterdão	Gestão de investimentos.	PT Ventures (66,66%)	66,00%	66,00%
Directel Macau – Listas Telefónicas, Lda.	Macau	Publicação de listas telefónicas e exploração das bases de dados que lhes são afins.	Directel (75%)	80,00%	80,00%
Lea Louise BV ^(b)	Amesterdão	Gestão de investimentos.	PT Ásia (5%)	–	100,00%
Lusomundo España, SL ("Lusomundo Espana")	Madrid	Gestão de participações sociais, no âmbito de investimentos em Espanha.	PT Multimédia (100%)	58,43%	58,43%
Portugal África BV	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	PT Ventures (100%)	100,00%	100,00%
Portugal Telecom Ásia, Lda. ("PT Ásia")	Macau	Promoção e marketing de serviços de telecomunicações.	Portugal Telecom (95,92%)	99,96%	99,96%
Portugal Telecom Europa, SPRL ("PT Europa") ^(c)	Bruxelas	Consultoria de gestão, técnica e comercial no domínio das comunicações, no que respeita aos mercados europeus e assuntos comunitários.	PT Comunicações (4,04%)	Portugal Telecom (98,67%)	98,67%
Portugal Telecom Internacional Finance BV	Amesterdão	Obtenção de fundos no mercado internacional.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
Timor Telecom, SA	Timor	Concessionária dos serviços de telecomunicações em Timor.	TPT (54,01%)	41,12%	41,12%
TV Cabo Macau, SA ^(d)	Macau	Distribuição de sinais de televisão e áudio, instalação e operação de um sistema de telecomunicações público e prestação de serviços de vídeo.	–	–	87,49%

(a) Esta empresa foi totalmente consolidada pela primeira vez no primeiro semestre de 2007. A 31 de Dezembro 2006, esta empresa era consolidada pelo método de equivalência patrimonial. **(b)** Durante o primeiro semestre de 2007, a PT Ventures alienou 90% do investimento nesta empresa. **(c)** Estas empresas foram consolidadas pelo método de equivalência patrimonial no primeiro semestre de 2007. **(d)** Esta empresa foi alienada no primeiro semestre de 2007.

I. Empresas associadas

As empresas associadas a 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006 encontram-se detalhadas em baixo.

Empresas associadas localizadas em Portugal

Denominação	Sede	Actividade principal	Percentagem de capital detido		
			Directamente	Jun 2007 Efectiva	Dez 2006 Efectiva
BEST – Banco Electrónico de Serviços Total, SA ("Banco Best")	Lisboa	Prestação de serviços financeiros através da internet.	PT.COM (34%)	34,00%	34,00%
Distodo – Distribuição e Logística, Lda.	Lisboa	Armazenamento, distribuição e venda de fonogramas e videogramas.	Lusomundo Audiovisuais (50%)	29,22%	29,22%
Entigere – Entidade Gestora Rede Multiserviços, Lda.	Lisboa	Gestão de redes.	PT Ventures (29%)	29,00%	29,00%
INESC – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, SA	Lisboa	Gestão de redes.	Portugal Telecom (26,36%) PT Comunicações (9,53%)	35,89%	35,89%
Lisboa TV – Informação e Multimédia, SA	Lisboa	Actividade de televisão, designadamente, produção e comercialização de programas e exploração de publicidade.	PT Conteúdos (40%)	23,37%	23,37%
Multicert – Serviços de Certificação Electrónica, SA	Lisboa	Prestação de serviços de certificação electrónica.	PT Prime (20%)	20,00%	20,00%
Octal TV, SA	Lisboa	Desenvolvimento, comercialização, formação e consultoria em sistemas para televisão interactiva e de banda larga.	PT Multimédia (20%)	11,69%	11,69%
Páginas Amarelas, SA ("Páginas Amarelas")	Lisboa	Produção, edição e distribuição de listas telefónicas e outras.	Portugal Telecom (24,88%) PT Prime (0,125%)	25,00%	25,00%
Siresp – Gestão de Rede Digitais de Segurança e Emergência, SA	Lisboa	Gestão de redes.	PT Ventures (30,55%)	30,55%	15,27%
SGPICE – Sociedade de Gestão de Portais de Internet e Consultoria de Empresas, SA	Lisboa	Oferta de um conjunto completo de informação, produtos e serviços através da Internet.	PT Comunicações (11,11%) PT Multimédia (11,11%) Portugal Telecom (11,11%)	28,72%	28,72%
Socofil – Sociedade Comercial de Armazenamento e Expedição de Filmes, Lda.	Lisboa	Distribuição, exibição, importação e exportação de produtos cinematográficos e organização e exploração de espectáculos	PT Multimédia (45,00%)	26,29%	26,29%
Sportinvest Multimédia, SGPS, SA	Lisboa	Gestão de Participações Sociais.	Portugal Telecom (50%)	50,00%	50,00%
Tele Larm Portugal – Transmissão de Sinais, SA	Lisboa	Exploração de serviços de transmissão e supervisão de alarmes, telemedida, telecontrolo e troca de dados.	PT Prime (50%)	50,00%	50,00%
TV Lab – Serviços e Equipamentos Interactivos, SA	Lisboa	Desenvolvimento de soluções para televisão digital interactiva.	PT.COM (50%)	50,00%	50,00%
Wisdown Tele Vision – Serviços e Produtos de Televisão, Lda	Lisboa	Desenvolvimento de serviços e produtos relacionados com as novas tecnologias aplicadas no mercado televisivo.	PT.COM (50%)	50,00%	50,00%

Associadas localizadas em África

Denominação	Sede	Actividade principal	Percentagem de capital detido		
			Directamente	Jun 2007 Efectiva	Dez 2006 Efectiva
Guiné Telecom – Companhia de Telecomunicações da Guiné-Bissau, SA SARL	Bissau	Prestação de serviço público de telecomunicações.	PT Comunicações (40,14%)	40,14%	40,14%
Médi Télécom	Casablanca	Exploração do serviço móvel celular.	PT Móveis (32,18%)	32,18%	32,18%
Multitel – Serviços de Telecomunicações, Lda.	Luanda	Exploração e prestação de serviços de comunicação de dados e outros serviços de comunicação digital de informação.	PT Ventures (35%)	35,00%	35,00%
Teledata de Moçambique, Lda.	Maputo	Exploração e comercialização do serviço público de telecomunicações de dados e outros serviços telemáticos.	PT Ventures (50%)	50,00%	50,00%
Unitel	Luanda	Exploração do serviço móvel celular.	PT Ventures (25%)	25,00%	25,00%

Outras empresas associadas

Denominação	Sede	Actividade principal	Percentagem de capital detido		
			Directamente	Jun 2007 Efectiva	Dez 2006 Efectiva
CTM – Companhia de Telecomunicações de Macau, SARL	Macau	Prestação de serviços de telecomunicações públicas.	PT Comunicações (3%) PT Ventures (25%)	28,00%	28,00%
Hungaro Digitel KFT	Budapeste	Prestação de serviços de comunicações empresariais.	PT Ventures (44,62%)	44,62%	44,62%
Lea Louise BV (a)	Amesterdão	Gestão de investimentos	PT Ventures (10%)	10,00%	100%
Telesat – Satellite Communications, Limited (b)	Macau	Operação de estações terrenas de satélite e comercialização de serviços de redes privadas de telecomunicações.	–	–	22,22%
UOL, Inc.	São Paulo	Prestação de serviços de ISP e produção e disponibilização de conteúdos para Internet.	PT SGPS(22,17%) PT Brasil (6,83%)	29,00%	29,00%

(a) A Portugal Telecom tinha 100% do capital nesta empresa em 31 de Dezembro de 2006 tendo alienado 90% do investimento no primeiro semestre de 2007. (b) Esta empresa foi alienada durante o primeiro semestre de 2007.

III. Empresas consolidadas pelo método proporcional

Empresas consolidadas pelo método de consolidação proporcional no Brasil

Denominação	Sede	Actividade principal	Percentagem de capital detido		
			Directamente	Jun 2007 Efectiva	Dez 2006 Efectiva
Avista	São Paulo	Gestão de Participações	Brasilcel (100%)	50,00%	50,00%
Vivo, SA (a)	Curitiba	Exploração do serviço móvel celular.	Vivo Participações (100%)	31,38%	31,38%
Portelcom Participações, SA ("Portelcom")	São Paulo	Gestão de participações sociais.	Brasilcel (60,15%) Ptelecom Brasil (39,85%)	50,00%	50,00%
Ptelecom Brasil, SA ("Ptelecom")	São Paulo	Gestão de participações sociais.	Brasilcel (100%)	50,00%	50,00%
Sudeste Celular Participações, SA ("Sudeste Celular")	São Paulo	Gestão de participações sociais.	Brasilcel (100%)	50,00%	50,00%
Tagilo Participações, Lda, ("Tagilo")	São Paulo	Gestão de participações sociais.	Brasilcel (100%)	50,00%	50,00%
TBS Celular Participações, SA ("TBS")	São Paulo	Gestão de participações sociais.	Brasilcel (73,27%) Sudeste Celular(22,99)	48,13%	48,13%
Vivo Participações, SA ("Vivo Participações") (a)	São Paulo	Gestão de participações sociais.	Brasilcel (40,85%) Portelcom (4,68%) Sudestecel (6,22%) TBS (4,87%) Avista (3,91%) Tagilo (2,41%)	31,38%	31,38%

(a) A 30 de Junho de 2007, os direitos de voto na Vivo Participações era de 44,43%.

Empresas consolidadas pelo método de consolidação proporcional em outros países

Denominação	Sede	Actividade principal	Percentagem de capital detido		
			Directamente	Jun 2007 Efectiva	Dez 2006 Efectiva
Brasilcel, NV ("Brasilcel")	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	PT Móveis (50,00%)	50,00%	50,00%
Sport TV Portugal, SA	Lisboa	Concepção, produção, realização e comercialização de programas desportivos para teledifusão, aquisição e revenda de direitos de transmissão televisiva de programas desportivos, e exploração de publicidade.	PT Conteúdos (50%)	29,22%	29,22%

Documentos de certificação de contas

Certificação legal das contas consolidadas

P. Matos Silva, Garcia Jr., P. Caiado & Associados

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A. ("Grupo PORTUGAL TELECOM") do semestre findo em 30 de Junho de 2007, as quais compreendem o balanço consolidado em 30 de Junho de 2007, que evidencia um total de 13.468.873.401 Euros e um total do capital próprio de 2.888.721.971 Euros, incluindo um resultado líquido consolidado do semestre atribuível aos accionistas da Empresa e reconhecido na demonstração dos resultados consolidados de 429.084.610 Euros e um total dos interesses minoritários de 885.747.969 Euros, as demonstrações dos resultados consolidados e dos ganhos e perdas consolidados reconhecidos e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, e as correspondentes notas às demonstrações financeiras consolidadas. Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (International Financial Reporting Standards ("IFRSs")), tal como adoptadas na União Europeia.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e adequada a posição financeira do conjunto das empresas englobadas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, os seus ganhos e perdas consolidados reconhecidos e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável de que as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o nosso exame incluiu (a) a verificação de que as demonstrações financeiras das empresas englobadas na consolidação foram apropriadamente examinadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação, (b) a verificação das operações de consolidação, (c) a apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas, da sua aplicação uniforme e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, (d) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade, e (e) a apreciação da adequação, em termos globais, da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório Consolidado de Gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam de forma verdadeira e adequada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da PORTUGAL TELECOM, SGPS, SA e suas subsidiárias em 30 de Junho de 2007, e o resultado consolidado das suas operações, os seus ganhos e perdas consolidados reconhecidos e os seus fluxos de caixa consolidados no semestre findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (International Financial Reporting Standards ("IFRSs")) tal como adoptadas na União Europeia.

Lisboa, 25 de Setembro de 2007



P.MATOS SILVA, GARCIA JR., P. CAIADO & ASSOCIADOS, SROC
representada por Pedro Matos Silva, ROC

Relatório e parecer da Comissão de Auditoria

1 – Introdução

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea g) do artigo 423.º-F do Código das Sociedades Comerciais e no art.º 28 dos Estatutos, com as devidas adaptações, vem a Comissão de Auditoria Portugal Telecom SGPS, SA dar o seu parecer sobre os Relatórios e Contas individuais e consolidadas para o semestre findo em 30 de Junho de 2007.

2 – Actividades de fiscalização

A Comissão de Auditoria, no âmbito das suas competências, desenvolveu um conjunto de acções de fiscalização da qualidade e integridade da informação financeira constante dos documentos de prestação de contas.

A Comissão reuniu com os responsáveis pela preparação (i) dos Relatórios e Contas individuais e consolidadas, (ii) das contas das principais subsidiárias, (iii) com os auditores externos e com o (iv) Revisor Oficial de Contas tendo analisado as principais questões que se levantaram no fecho das contas e na elaboração dos relatórios. Adicionalmente, a Comissão de Auditoria discutiu os termos em que irão ser emitidas as Certificações Legais das Contas e Relatórios de Auditoria sobre as referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas assim que aprovadas pelo Conselho de Administração, elaboradas pelo Revisor Oficial de Contas e Relatório dos Auditores Externos os quais não apresentarão qualquer reserva sobre os Relatórios e Contas individuais e consolidadas para o semestre findo em 30 de Junho de 2007.

3 – Parecer sobre os relatórios e contas relativas ao 1.º semestre de 2007

Em face do exposto, a Comissão de Auditoria é da opinião que os Relatórios de Gestão individual e consolidado e as demonstrações individuais e consolidadas do semestre findo em 30 de Junho de 2007, os quais compreendem os balanços individual e consolidado, as demonstrações individuais e consolidadas dos resultados, as demonstrações individuais e consolidadas dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio e respectivos anexos, do semestre findo àquela data, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis pelo que recomenda a sua aprovação.

Lisboa, 19 de Setembro de 2007

João Manuel de Mello Franco, presidente

Thomaz Paes de Vasconcellos, vogal

José Guilherme Xavier de Basto, vogal

Relatório de auditoria

Deloitte

Introdução

1. Nos termos do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no relatório de gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do semestre findo em 30 de Junho de 2007 da Portugal Telecom, SGPS, S.A. ("Empresa") e suas subsidiárias, as quais compreendem o balanço consolidado em 30 de Junho de 2007, que evidencia um total de 13.468.873.401 Euros e capitais próprios de 2.888.721.971 Euros, incluindo um resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas da Empresa de 429.084.610 Euros, as demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas, dos fluxos de caixa e dos ganhos e perdas reconhecidos no semestre findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e adequada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, dos seus fluxos consolidados de caixa e dos seus ganhos e perdas reconhecidos; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1, apresentam de forma verdadeira e adequada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Portugal Telecom, SGPS, S.A. e suas subsidiárias em 30 de Junho de 2007, o resultado consolidado das suas operações, os seus fluxos consolidados de caixa e os seus ganhos e perdas consolidados reconhecidos no semestre findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 24 de Setembro de 2007



DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC SA
representada por Manuel Maria Reis Boto

Indicadores-chave

Informação financeira por segmento de negócio								milhões de euros	
	Rede fixa		TMN		Vivo		Outros		
	1S07	1S06	1S07	1S06	1S07	1S06	1S07	1S06	
Receitas operacionais	992,9	1.053,5	728,1	719,9	1.140,3	1.014,4	94,4	17,9	
EBITDA	506,0	486,9	327,4	318,8	274,7	197,6	38,7	(7,7)	
Margem EBITDA (%)	51,0	46,2	45,0	44,3	24,1	19,5	n.s.	n.s.	
Capex	104,7	99,6	71,0	51,5	105,2	114,6	26,0	15,3	
EBITDA menos Capex	401,3	387,3	256,5	267,3	169,5	83,0	12,7	(23,0)	
Capex em % receitas operacionais (%)	10,5	9,5	9,7	7,2	9,2	11,3	n.s.	n.s.	

Informação financeira consolidada				milhões de euros	
	1S07	1S06	Δ 07/06		
Receitas operacionais	2.955,8	2.805,7	5,4%		
EBITDA	1.146,8	995,6	15,2%		
Resultado operacional	606,2	438,4	38,3%		
Resultado líquido	429,1	401,5	6,9%		
Total do activo	13.468,9	13.495,7	(0,2%)		
Dívida líquida	4.280,4	4.380,5	(2,3%)		
Total do capital próprio	2.888,7	2.503,3	15,4%		
Capital social	33,9	1.467,5	(97,7%)		
Gearing (%)	59,7	63,6	(3,9pp)		
Margem EBITDA (%)	38,8	35,5	3,3pp		
Dívida líquida / EBITDA (x)	2,3	2,9	(0,7x)		
EBITDA / juros líquidos (x)	12,6	9,0	3,6x		
Capex	306,8	281,0	9,2%		
Capex em % das receitas operacionais (%)	10,4	10,0	0,4pp		
EBITDA menos Capex	840,0	714,6	17,6%		
Free cash flow operacional	621,4	633,8	(2,0%)		
Trabalhadores do Grupo	31.224	30.183	3,4%		
Mercado doméstico	11.084	11.853	(6,5%)		
Mercado internacional	20.140	18.330	9,9%		

Destaques operacionais

Base de clientes ('000)	1S07	1S06	Δ 07/06
Rede fixa	4.342	4.433	(2,0%)
Móvel	36.054	33.887	6,4%
Banda larga (ADSL retalho)	715	636	12,5%

Rede fixa	1S07	1S06	Δ 07/06
Acessos ('000)	4.342	4.433	(2,0%)
Acessos de retalho	3.861	4.209	(8,3%)
PSTN/RDIS	3.146	3.573	(12,0%)
Linhões geradoras de tráfego	2.833	2.992	(5,3%)
Pré-selecção	313	581	(46,1%)
ADSL retalho	715	636	12,5%
Acessos de wholesale	481	224	114,9%
Lacetes locais desagregados	244	146	67,7%
Acessos ORLA	173	20	n.s.
ADSL wholesale	64	59	8,8%
Adições líquidas ('000)	(62)	(45)	36,8%
Acessos de retalho	(141)	(146)	(3,6%)
PSTN/RDIS	(171)	(196)	(13,2%)
Linhões geradoras de tráfego	(76)	(202)	(62,5%)
Pré-selecção	(95)	6	n.s.
ADSL retalho	30	51	(40,6%)
Acessos de wholesale	79	101	(21,8%)
Lacetes locais desagregados	48	74	(34,2%)
Acessos ORLA	31	20	57,1%
ADSL wholesale	(1)	7	n.s.
Planos de preços ('000)	4.220	2.283	84,9%
ARPU (euros)	30,2	30,0	0,7%
Assinatura e voz	24,3	25,0	(2,8%)
Dados	5,8	4,9	18,5%
Tráfego total (10 ⁶ minutos)	6.364	6.884	(7,6%)
Tráfego de retalho	2.659	2.872	(7,4%)
Tráfego de wholesale	3.705	4.012	(7,7%)
Trabalhadores	6.979	7.723	(9,6%)
Acessos fixos por trabalhador	622	574	8,4%

Móvel Portugal _ TMN	1S07	1S06	Δ 07/06
Clientes ('000)	5.814	5.362	8,4%
Adições líquidas ('000)	110	50	121,3%
MOU (minutos)	118	119	(0,6%)
ARPU (euros)	19,4	20,7	(6,3%)
Facturação	15,5	16,3	(4,9%)
Interligação	3,5	3,9	(11,0%)
Roamers	0,4	0,5	(15,7%)
Dados em % das receitas de serviço (%)	14,1	12,6	1,6pp
SARC (euros)	51,7	57,4	(9,8%)

Móvel Brasil _ Vivo	1S07	1S06	Δ 07/06
Clientes ('000)	30.241	28.525	6,0%
Adições líquidas ('000)	1.187	(1.280)	n.s.
MOU (minutos)	76	68	12,2%
ARPU (reais)	29,9	24,7	21,0%
Facturação	16,8	15,1	10,8%
Interligação	13,2	9,6	37,2%
Dados em % das receitas de serviço (%)	7,5	7,4	0,1pp
SARC (reais)	109,5	137,9	(20,6%)

Glossário

ADR – American Depository Receipt. Título que está cotado na NYSE em representação de acções de empresas não americanas. 1 ADR da PT = 1 acção da PT.

ADSL – Asymmetric Digital Subscriber Lines. Tecnologia que permite a transmissão de dados a uma maior velocidade (banda larga) sobre os telefones fixos tradicionais.

ARPU – Average Revenue per User. Receita média por cliente. Média mensal das receitas de serviço por número médio de utilizadores no período.

Capex – Capital expenditure. Investimento em imobilizado corpóreo e incorpóreo.

Cash flow – A diferença entre os cash inflows e os cash outflows num determinado período.

Cash flow operacional – Cash flow operacional = EBITDA – capex +/- alteração do fundo de manejo +/- provisões não monetárias.

CCPU – Cash Cost Per User. Custo médio por cliente. CCPU = média mensal dos custos operacionais menos provisões e ajustamentos, amortizações e vendas de terminais por número médio de utilizadores no período.

CDMA – Code Division Multiple Access. Tecnologia de interface para redes móveis baseadas na difusão do espectro do sinal de rádio e divisão de canais no domínio dos códigos.

CRM – Customer Relationship Management. Gestão do relacionamento com os clientes.

Custos de curtailment – Custos decorrentes do programa de redução de efectivos.

EBITDA – Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortisation. Resultados operacionais antes de amortizações. EBITDA = resultado operacional + amortizações.

Euronext Lisbon ou Euronext by Euronext – Bolsa de valores de Lisboa, mercado onde as acções da PT estão cotadas e são transaccionadas.

Free cash flow – Free cash flow = cash flow operacional+/- aquisições/vendas de investimentos financeiros +/- juros líquidos pagos – pagamentos relativos a responsabilidades de benefícios de reforma – pagamentos relativos a imposto sobre o rendimento +/- dividendos pagos/recebidos +/- outros movimentos de caixa.

Gearing – Gearing = dívida líquida / (dívida líquida + capital próprio).

Goodwill – Goodwill é o montante em excesso que resulta do facto do custo de aquisição de um activo ser superior ao seu valor contabilístico.

HDTV – High Definition TV. Transmissão do sinal de televisão com uma resolução maior do que os formatos tradicionais.

GSM – Global System for Mobile. Rede de rádio digital, internacionalmente estandardizada, que permite a transmissão de voz e de dados.

IAS/IFRS – International Accounting Standards. Normas Internacionais de Contabilidade/International Financial Reporting Standards. Novo normativo contabilístico emanado pelo International Accounting Standards Board, que foi adoptado a partir de 1 de Janeiro de 2005.

IP – Internet Protocol. Standard que especifica o formato exacto dos pacotes de dados transmitidos através da rede Internet.

IPTV – Internet Protocol Television. Serviço de televisão digital disponibilizado na linha telefónica, através de uma conexão de banda larga.

ISP – Internet Service Provider. Empresa que fornece o acesso à Internet.

Margem EBITDA – Margem EBITDA = EBITDA / receitas operacionais.

MMS – Multimedia Message Service. Tecnologia que permite a transmissão de dados nos telemóveis, nomeadamente textos, toques, imagens, fotos e vídeo.

MOU – Minutes of Usage. Média mensal em minutos de tráfego de saída e de entrada por número médio de utilizadores no período.

NYSE – New York Stock Exchange. Bolsa de Valores de Nova Iorque.

Oferta triple-play – Oferta integrada de serviços de voz, televisão e Internet.

Pay to basic ratio – Pay to basic ratio. Rácio que representa a percentagem do número total de subscrições dos serviços premium em relação ao número total de clientes de TV por subscrição.

POC – Plano Oficial de Contabilidade.

PSTN – Public Switched Telephone Network. Sistema de telefone tradicional instalado sobre linhas de cobre.

RDIS – Rede Digital com Integração de Serviços. Rede de telecomunicações digital que permite a transmissão em simultâneo de voz e de dados sobre um acesso fixo.

Resultado operacional – Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos do programa de redução de efectivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos líquidos.

SARC – Subscriber Acquisition and Retention Cost. Custos de aquisição e de retenção por cliente. SARC = (70% dos custos de marketing e de publicidade + comissões + subsídios) / (adições brutas + upgrades).

SEC – Securities and Exchange Commission. Regulador americano para o mercado de capitais.

SMS – Short Message Service. Serviço de mensagens curtas de texto para telemóveis, que permite o envio e recebimento de mensagens alfanuméricas.

VoD – Video-on-demand. Sistema que permite seleccionar e ver vídeos.

3G – 3Generation. Terceira geração é um termo genérico que cobre várias tecnologias para redes móveis (UMTS, W-CDMA e EDGE), as quais integram serviços de multimédia, permitindo a transmissão de dados a uma velocidade superior à da tecnologia GSM.

Conselho de Administração

Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva

Henrique Granadeiro

Vice-presidentes executivos

Zeinal Bava
Rodrigo Costa

Administradores executivos

Luís Pacheco de Melo
João Pedro Baptista
António Caria
Rui Pedro Soares

Administradores não executivos

António Viana-Baptista
Fernando Abril-Martorell
Joaquim Goes
Amílcar de Moraes Pires
Jorge Tomé
Armando Vara
Franquelim Alves
Nuno de Almeida e Vasconcellos
João Mello Franco
Thomaz Paes de Vasconcellos
Luís de Azevedo Coutinho
Gerald McGowan
Fernando Soares Carneiro
Francisco Pereira Soares
Rafael Mora Funes
José Xavier de Bastos

Informação adicional aos accionistas

Negociação das acções e ADR

As acções da PT estão cotadas na Euronext (código: PTC.LS) e na Bolsa de Nova Iorque, sob a forma de ADR – American Depository Receipts (código: PT). Um ADR é equivalente a uma acção ordinária.

Em 30 de Junho de 2007, o capital social da Empresa encontrava-se representado por 1.128.856.500 acções com o valor nominal de 3 cêntimos cada, estando cotadas em bolsa 1.128.856.000 acções. Na mesma data, o número de ADR registados ascendia a 48.604.229, representando 4,3% do total do capital social da PT.

	1S07	1S06
Em 30 de Junho		
Capital social (euros)	33.865.695	1.467.513.450
Número de acções	1.128.856.500	1.128.856.500
Cotação (euros)	10,23	9,44
Capitalização bolsista (milhões de euros)	11.548	10.656
Cotações/transacções		
Cotação máxima (euros)	10,65	10,44
Cotação mínima (euros)	9,50	8,04
Transacções em volume (milhões de acções)	812	810
Transacções em valor (milhões de euros)	8.441	7.850
Peso no volume de transacções (Euronext by Euronext)	16,3%	25,6%
Variação anual		
Portugal Telecom	8,4%	10,4%
PSI-20	40,8%	10,3%
DJ Stoxx Telecom Europe	30,4%	(5,0%)

Calendário financeiro 2007

- 08.FEV | Resultados do exercício de 2006 (não auditados)
02.MAR | Assembleia Geral de accionistas
27.ABR | Assembleia Geral anual de accionistas
10.MAI | Resultados do primeiro trimestre de 2007
22.JUN | Assembleia Geral de accionistas
29.JUN | Filing do form 20-F com a SEC
07.AGO | Resultados do primeiro semestre de 2007
08.NOV | Resultados dos primeiros nove meses de 2007

Contactos

Relação com investidores

Nuno Prego

Director de Relação com Investidores
Portugal Telecom
Avenida Fontes Pereira de Melo, 40
1069-300 Lisboa, Portugal
Tel: +351 21 500 1701
Fax: +351 21 500 0800
E-mail: nuno.prego@telecom.pt

Accionistas, investidores, analistas e demais interessados podem solicitar os seus pedidos de informações e esclarecimentos (relatórios e contas anuais e semestrais, form 20-F, press releases, etc.).

Banco depositário

The Bank of New York
ADR Division
101 Barclay Street, 22nd Floor
New York, NY 10286, USA
Tel: +1 212 815 2367
Fax: +1 212 571 3050

Os detentores de ADR podem também solicitar directamente informações e esclarecimentos ao banco depositário dos ADR da PT em Nova Iorque.

Página da Internet

Todas as publicações e comunicações, bem como informações sobre os produtos, serviços e negócios da Empresa, estão disponíveis na página da Internet da PT no seguinte endereço: www.telecom.pt

Sede social

Portugal Telecom, SGPS, SA
Avenida Fontes Pereira de Melo, 40
1069-300 Lisboa, Portugal
Tel: + 351 21 500 2000

Coordenação e edição
Relação com Investidores /
Comunicação Corporativa
Portugal Telecom, SGPS, SA

Direcção de arte e design
+2 designers
Paginação
Undo

